

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCÝ RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA – PPGSP

“E AÍ, MENOR, É NÓIS OU A GENTE?”:
Relações e Interações entre o Estado e as facções criminosas no CENSE Campos

RENATA DE SOUZA FRANCISCO

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
MARÇO - 2024

“E AÍ, MENOR, É NÓIS OU A GENTE?”:
Relações e Interações entre o Estado e as facções criminosas no CENSE Campos

RENATA DE SOUZA FRANCISCO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Sociologia Política.
Orientador: Prof. Dr. David Maciel

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
MARÇO – 2024

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

F819

Francisco, Renata de Souza.

“E AÍ, MENOR, É NÓIS OU AGENTE?” : relações e interações entre o Estado e as facções criminosas no Cense Campos / Renata de Souza Francisco. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

182 f. : il.

Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.

Orientador: David Maciel de Mello Neto.

1. Adolescentes em conflito com a lei. 2. Facções criminosas. 3. Medidas socioeducativas.
. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

“E AÍ, MENOR, É NÓIS OU A GENTE?”:
Relações e Interações entre o Estado e as facções criminosas no CENSE Campos

RENATA DE SOUZA FRANCISCO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Sociologia Política.
Orientador: Prof. Dr. David Maciel

Aprovado em: 8 de março de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. David Maciel
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF

Prof. Dr. Fátima Regina Cecchetto
Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ

Prof. Dr. Juliana Vinuto
Universidade Federal Fluminense-UFF

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF

Prof. Dr. Wania Amélia Belchior Mesquita
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF

DEDICATÓRIA

A minha linda filha Brenda.

AGRADECIMENTOS

Finalizar esta tese é concluir um ciclo educacional inédito na história da minha família. É concluir uma etapa que nunca foi sonhada, esperada ou sequer desejada pela minha mãe. Não que ela não esteja feliz em saber que eu terminei “a tarefa”! Mas porque os estudos nunca lhe foram apresentados como oportunidade de mobilidade social, como foi o trabalho na lavoura ou na lavagem de roupa para ajudar os pais ainda na juventude. Trajetória que fez da minha mãe uma mulher com pouca intimidade com a caneta, herdando da escola, só a sequência das letras do alfabeto que formam o seu nome. Por isso, agradeço a minha mãe, que mesmo tendo pouca intimidade com a escola sempre incentivou e fez o possível para que eu e meus irmãos tivéssemos acesso à educação.

Agradeço ao grande amor da minha vida, a quem dedico este trabalho, minha filha Brenda Souza. Agradeço pela generosidade, carinho, risos e palavras de afirmação durante a realização deste trabalho. A mulher que me inspirou e me inspira a ser uma pessoa melhor, a seguir em frente. Minha filha, economista formada pela UFF, que dá continuidade ao legado educacional inaugurado por mim, fazendo com que minha vida intelectual seja efervescente e cheia de movimento. Agradeço a minha filha por trazer vida e movimento para nossa casa e para minha existência em forma de amigas e amigos, como Larissa Granja, Olga Soares, Thiago Duarte, André Ferreira, Isabela Albernaz e tantos outros que hoje são meus amigos também.

Finalizar uma tese, conforme diz a tradição, nunca é um trabalho individual, muitas são as pessoas e instituições que nos acompanham durante todo o processo e contribuem para o resultado final. No meu caso não seria diferente e a lista é grande!

Agradeço aos colegas da minha turma de doutorado do PPGSP- UENF de 2019, em especial a Michelli Possmozer, Aline Marques pela amizade e carinho. Ao Thiago Abud pelos ouvidos atentos, mediações institucionais e por sempre se colocar à disposição para ajudar com as dificuldades acadêmicas.

Aos colegas da turma de mestrado PPGSP- UENF- 2019, pela amizade, em especial a Kamila Carino por me apresentar a terapia e me ensinar que fragilidade não é sinônimo de fraqueza. A Luciana Belé por embalar as nossas aulas com café gostoso, histórias da Flor e muita

generosidade. A Ana Carolina por me inspirar com a sua coragem de se tornar a mulher que ela queria ser, encarando as mudanças, rupturas e recomeços com dignidade e beleza.

Agradeço a todos os colegas do Núcleo Cidade Cultura e Conflito (NUCC) pelas trocas que contribuíram para a confecção deste trabalho. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -CNPQ, pela bolsa, sem a qual não teria condições de me dedicar a um programa de Pós-Graduação.

Agradeço aos professores e professoras do PPGSP pelas aulas. Aos professores e professoras que fizeram parte da banca de projeto (Luciene Silva, Juliana Blasi Cunha, Wania Belchior e Pablo Rosa), aos professores da banca de qualificação (Luciene Silva, Juliana Blasi Cunha, Wania Belchior e Juliana Vinuto) e aos professores da banca final (David Maciel, Juliana Vinuto, Wania Belchior, Mauro Macedo e Fátima Cecchetto). Um agradecimento especial ao David Maciel, por aceitar a orientação deste trabalho, já em curso, e por suas contribuições com leveza e profissionalismo.

Agradeço, ainda, a todos os professores e professoras do C. E. Rui Barbosa e aos agentes e funcionários da equipe técnica do Cense Campos que contribuíram direta e/ou indiretamente dirimindo minhas dúvidas, participando das entrevistas formais e informais para subsidiar a tese. Além, obviamente, de agradecer a todos os adolescentes que me concederam entrevistas formais e informais.

Aos amigos Rafael França, Ana Carla Pinheiro, Thaísa Tavares, Augusto Lima, Wania Belchior, Fábio Batista, Gabriel Belchior, Karina Crespo e Tatiana Crespo, cada um ao seu modo, me ajudaram a não desistir e me deram forças para concluir esta tese. Uns ouvindo minhas angústias, secando minhas lágrimas, lendo meus textos, outros me confortando com acolhimento, risos, comida boa e vinho! Obrigada, vocês me fortaleceram!

EPÍGRAFE

Isso é reabilitação, mas funciona com quem?!
Pois dessa forma, eu vou sair pior do que eu
entrei
Sei que o artigo é pesado, e não é tão comum
Fardado deu tapa na minha cara, 121

A nossa marca no governo, já foi registrada
Contra o sistema eu tô na bala, e é de corpo e
alma
A nossa marca no governo, já foi registrada
Contra o sistema eu tô na bala, e é de corpo e
alma

Tô privado da liberdade, e não tô contente
Entrei pra uma família nova, e nem são meus
parente

(MC Kautry).

RESUMO

FRANCISCO, Renata de Souza. **“E aí, menor, é nós ou a gente?”: Relações e Interações entre o Estado e as facções criminosas no CENSE Campos.** (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

O objetivo desta tese é compreender o processo de faccionalização dos adolescentes em conflito com a lei a partir do Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves, Cense Campos dos Goytacazes, que é uma unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Novo Degase). O interesse em pesquisar as interações e relações entre o estado e as facções criminosas, respectivamente os agentes e os adolescentes, decorreu de minha experiência profissional como professora de Sociologia do Colégio Estadual Rui Barbosa, onde atuo desde 2015, localizado no Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves (CENSE), em Campos dos Goytacazes. A unidade, inaugurada em maio de 2013, é destinada à internação provisória e à internação exclusiva de adolescentes, do sexo masculino, com idade entre 12 e 21 anos. A instituição tem como objetivo atender a 25 municípios das regiões das Baixadas Litorâneas, Norte e Noroeste Fluminenses. A partir da pesquisa, buscamos compreender como a reprodução na instituição da lógica externa, ou seja, dos agentes estatais configurarem a instituição de acordo com a divisão territorial existente no Estado do Rio de Janeiro, isto é, divisão por facções – Comando Vermelho (CV), Amigo dos Amigos (ADA) ou Terceiro Comando Puro (TCP) – vai impactar na trajetória do adolescente na instituição, bem como vai afetar o trabalho dos profissionais que atuam ali como um todo.

Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a lei; Facções criminosas; Medidas socioeducativas.

ABSTRACT

FRANCISCO, Renata de Souza. **“So, are we or us smaller?”: Relations and Interactions between the State and criminal factions in CENSE Campos.** (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

The objective of this thesis is to understand the process of factionalization of teenagers in conflict with the law from the Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves, Cense Campos dos Goytacazes, which is a unit of the General Department of Socioeducational Actions (Novo Degase). In researching the interactions and relationships between the state and criminal factions, agents and teenagers respectively, resulted from my professional experience as a Sociology professor at Colégio Estadual Rui Barbosa, where I have worked since 2015, located at the Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves (CENSE), in Campos dos Goytacazes. The unit, opened in May 2013, is intended for temporary hospitalization and the exclusive hospitalization of male adolescents, aged between 12 and 21 years. The institution aims to serve 25 municipalities in the Baixadas Litorâneas, North and Northwest regions of Rio de Janeiro. From the research, we seek to understand how the reproduction in the institution of external logic, that is, of state agents, configure the institution according to the territorial division existing in the State of Rio de Janeiro, that is, division by factions – Comando Vermelho (CV), Friend of Friends (ADA) or Third Pure Command (TCP) – will impact the adolescent's trajectory in the institution, as well as affecting the work of the professionals who work there as a whole.

Keywords: Adolescents in conflict with the law; Criminal factions Socio-educational measures.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Portaria de entrada do CENSE Campos dos Goytacazes	30
Figura 2	Portaria do CENSE Campos dos Goytacazes	31
Figura 3	Nova/atual portaria do Cense Campos	31
Figura 4	Desenho feito por um dos adolescentes entrevistados para me explicar como era um alojamento bem como suas divisões internas	33
Figura 5	Vista de satélite do Google Maps do Cense Campos	34
Figura 6	Foto de uma das internações na qual é possível ver roupas penduradas e os adolescentes observando no basculante	34
Figura 7	Guarita do segundo portão	35
Figura 8	Carta/redação de um aluno do C. E. Rui Barbosa sobre a escola	96
Figura 9	Fachada da escola que recebeu nova pintura. 4/02/21	98
Figura 10	Objetivo de mostrar aos professores as obras realizadas. Construção da rampa e caminho	99
Figura 11	Projeto “cultivando saberes” desenvolvido pelo professor de biologia da escola. 2017	99
Figura 12	“Semana de ciências, saúde e educação” promovida pela escola	100
Figura 13	Realização de avaliação externa OBMEP. 2017	100
Figura 14	Feira de Ciências. 2017	101
Figura 15	Regras da escola	115
Figura 16	Pato feito pelos adolescentes com técnicas de dobradura	116
Figura 17	Pato feito pelos adolescentes com técnicas de dobradura	117
Figura 18	Escultura de sabonete	117
Figura 19	Esculturas de sabonete	118

Figura 20	Fluxograma de atendimento ao adolescente em situação de ato infracional	123
Figura 21	Relato do luto	130
Figura 22	Relato do momento religioso	131
Figura 23	Última forma	132
Figura 24	inscrições que expressam comunicação e demarcação	142
Figura 25	inscrições que demonstram <i>faccionalização</i> e demarcação	143
Figura 26	inscrições que expressam instigação	145
Figura 27	Adolescentes do Instituto Padre Severino, unidade do Degase na cidade do Rio de Janeiro, no <i>padrão</i>	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	População Socioeducativa ativa em 15/04/2021 no Degase Campos	124
-----------	---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Artigos e quantitativo de adolescentes	125
----------	--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA- Amigos dos Amigos

AD- Análise do Discurso

ADC- Análise do Discurso Crítica

ABSP- Anuário Brasileiro de Segurança Pública

BOPE-RJ- Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro

CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

CAPS- Centro de Atenção Psicossocial

CRIAAD- Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente

CENSE- Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves

CV- Comando Vermelho

CF- Constituição Federal

CCZ- Centro de Controle de Zoonoses

DEGASE- Departamento Geral de Ações Socioeducativas

DCA- Delegacia da Criança e do Adolescente

DML- Departamento para Material de Limpeza.

DPES- Defensoria Pública do Espírito Santo

DIESP- Diretoria Especial de Unidades Prisionais e Socioeducativa.

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

HC- habeas corpus

TCP- Terceiro Comando Puro

TFP- Tradição, Família e Propriedade

TJRJ- Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

MP- Ministério Público

MPRJ- Ministério Público do Rio de Janeiro

MVI- Morte violenta intencional

FEBEM- Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor

FUNABEM- Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor

GE- Gratificação especial

UENF- Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SIIAD- Sistema de Identificação Informação de Adolescentes

SEEDUC- Secretaria Estadual de Educação

SEAP- Secretaria de Administração Penitenciária

SAM- Serviço de Assistência aos Menores

STF- Supremo Tribunal Federal

MPRJ- Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

PMERJ- Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

RO- Registro de Ocorrência

UTI- Unidade de Terapia Intensiva

PNE- Portadores de Necessidades Especiais

ONG- Organização Não Governamental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I - O DEGASE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E O CONCEITO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL: IMPRESSÕES INICIAIS E ANTECEDENTES HISTÓRICOS	27
1.1 Descobrimo o DEGASE de Campos dos Goytacazes	27
1.2 Professora pesquisadora	36
1.3 A pandemia de COVID-19 e o trabalho de campo	37
1.4 Campos dos Goytacazes e o processo de faccionalização da planície	40
1.5 Infância e adolescência: uma construção social	45
1.6 A construção do discurso da situação irregular e das classes perigosas	49
1.7 Do menor ao adolescente: ruptura ou permanência?	52
1.8 A criação do SINASE	55
1.9 As medidas socioeducativas	55
CAPÍTULO II - INSTITUIÇÃO TOTAL	58
2.1 Instituições totais e o DEGASE- Campos dos Goytacazes	58
2.2 A entrada no mundo institucional: as formas de adaptação e mortificação do eu	59
2.3 DEGASE: uma instituição híbrida	65
2.4 Instituições totais: racismo estrutural e institucional	66
2.5 Racismo e suas várias facetas	68
CAPÍTULO III - OS BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA: AGENTES DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO	72
3.1- Burocratas de nível de rua	72
3.2 Os burocratas de nível de rua na prática	74
3.3 O processo de faccionalização: a triagem institucional	76
3.4 O dentro e o fora: vasos comunicantes	91
3.5 Discricionariedade: um peso, duas medidas	94
CAPÍTULO IV - O C. E. RUI BARBOSA: A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA SOCIOEDUCAÇÃO E SUAS DIFICULDADES E ESPECIFICIDADES	98
4.1 O Colégio Estadual Rui Barbosa	98
4.2 O jaleco e a “segurança moral”	103
4.3 Dia zero: o meu primeiro dia de aula	106
4.4 O “porte ilegal” de material escolar	107
4.5 Sarneando uma caneta	108
4.6 Relações (in)tensas entre a escola e o DEGASE	112
4.7 O dia da carta	114
4.8 Regras de convivência da escola na escola	116

CAPÍTULO V - O PÚBLICO-ALVO DA SOCIOEDUCAÇÃO: OS ADOLESCENTES	122
5.1 Caminhos, avenidas e encruzilhadas percorridos por um adolescente quando do cometimento de um ato infracional	122
5.2 O Estado penal e os atos infracionais	127
5.3 “Atenção facção criminosa do nosso coletivo Comando Vermelho”: interditos, fachadas, regras e ritos das facções criminosas no Degase.	132
5.4 Redes, relações e o fortalecimento	138
5.5 Dia de visita	140
5.6 “Quem não é visto não é lembrado”: signos, símbolos e regras de pertencimento faccional	141
1. Comunicação e demarcação de território	146
2. Faccionalização e demarcação de território	147
3 Instigação	149
5.7 Empreendedores morais: (r)existindo na socioeducação	150
5.8 A liderança do mais velho X a lideranças institucionais	153
5.9 Entrando no padrão: mãos para trás, cabeça baixa e camisa para dentro do short	157
5.10 Construindo o sujeito homem: práticas, discursos e gestos	163
CONCLUSÃO	172
REFERÊNCIAS	179

INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é compreender o processo de faccionalização dos adolescentes em conflito com a lei a partir do Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves, CENSE Campos dos Goytacazes, que é uma unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Novo DEGASE).

O interesse em pesquisar as interações e relações entre o estado e as facções criminosas, respectivamente os agentes e os adolescentes, decorreu de minha experiência profissional como professora de Sociologia do Colégio Estadual Rui Barbosa, onde atuo desde 2015, localizado no Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves (CENSE), em Campos dos Goytacazes. A unidade, inaugurada em maio de 2013, é destinada à internação provisória e à internação exclusiva de adolescentes, do sexo masculino, com idade entre 12 e 21 anos. A instituição tem como objetivo atender a 25 municípios das regiões das Baixadas Litorâneas, Norte e Noroeste Fluminenses.

Minha atuação profissional me proporciona um contato semanal e próximo com os adolescentes e com os agentes de segurança socioeducativo, que têm a dupla função de desenvolver ações de cunho pedagógico e de segurança com os adolescentes. Esses agentes têm um rol diversificado de atribuições juntos aos adolescentes e constituem o maior número de profissionais na unidade, sendo a maioria do sexo masculino e os que mais têm contato direto com os adolescentes.

Nos contatos semanais, os diálogos e práticas me chamaram a atenção, evidenciando a existência de uma tensão entre os alunos, em si, e entre os alunos e os agentes de segurança socioeducativos. Além disso, me instigou o olhar, a percepção de comportamentos distintos entre os adolescentes, no que concerne ao vocabulário, à produção de símbolos escritos e gestuais, à disposição espacial no interior da sala de aula e a não interação com alguns colegas de classe.

A socioeducação em nossa sociedade ocupa um não lugar na vida da maioria das pessoas, haja vista que desconhecemos totalmente essas instituições e principalmente os seus usuários. No senso comum é cristalizada a ideia da socioeducação como um local de punição e não de ressocialização, um lugar que serve para fazer com que os culpados paguem pelos seus erros e os indesejados sejam depositados.

No Brasil, muitas vezes, os indesejados, culpados e os errantes tem cor e classe social, diria até endereço fixo uma vez que a ideia de erro e culpa está intimamente associado a classe e a cor dos indivíduos, além do local de moradia. Indivíduos esses que acabam naturalizando tomar dura do policial e serem incriminados. Racionais MC's em várias de suas músicas já denunciaram o racismo estrutural e institucional existente em nossa sociedade, principalmente nas instituições de segurança pública que se materializam nas abordagens truculentas e letais. Tal como na canção "Qual mentira vou acreditar" do seu icônico álbum "Sobrevivendo no inferno" no qual já nos disse que ser preto é se formar em "suspeito profissional, bacharel e pós-graduado em tomar geral."

No caso do Rio de Janeiro, o racismo estrutural e institucional aparece nas estatísticas de forma cruel através das chacinas policiais em comunidades. Segundo dados do relatório anual de 2022 do Instituto Fogo Cruzado, de 2019 a 2022, a região metropolitana do Rio de Janeiro foi palco de 237 (duzentas e trinta e sete) chacinas que registraram um total de 953 (novecentos e cinquenta e três) mortos. E que as operações ou ações policiais foram as responsáveis por 184 (cento e oitenta e quatro) das 237 (duzentas e trinta e sete) dessas chacinas que contabilizaram 760 (setecentos e sessenta) vítimas. Além disso, os dados do relatório apontam que no ano de 2021 e 2022 a polícia do Rio de Janeiro entrou negativamente para história, pois foi a responsável pelas maiores chacinas ocorridas no Estado. A saber; a chacina do Jacarezinho em maio de 2021 e a chacina da Vila Cruzeiro em maio de 2022 que juntas computaram a morte de 50 (cinquenta) civis e de um policial. Segundo Caroline Grillo, "as chacinas policiais são uma marca da democracia brasileira e não apenas um resquício do período da Ditadura Civil-Militar". Confirma-se que a violência é uma marca do modus operandi das nossas instituições de segurança e um desacordo com o que se espera de uma democracia.

O poeta Chorão, do grupo Charlie Brown Jr, também contribui para o nosso debate quando nos disse que "o jovem no Brasil nunca é levado a sério". Afirmação que encontra acolhida quando olhamos as estatísticas de morte violenta intencional (MVI) - que abrange homicídio doloso, feminicídio, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e mortes decorrente de intervenção policial - de crianças e adolescentes no Brasil, pois segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) de 2022, no ano de 2021, sete crianças e adolescentes foram, diariamente, vítimas de violência letal intencional em nosso país. E quando olhamos para o perfil das vítimas, encontramos a presença das desigualdades raciais, pois 66,3% das crianças vítimas de MVI eram negras. No que tange aos adolescentes o número é muito superior, chegando a 83,6% das vítimas.

Observa-se que o corpo negro em nossa sociedade ocupa o lugar de corpo-alvo. Alvo da polícia e de sua letalidade, além de ser o corpo-alvo do descaso do estado que quando não prende, mata e/ou deixa morrer.

Neste cenário, quando se fala em socioeducação há sempre a ideia da cadeia de menores. Isto porque a faceta da socioeducação que ainda paira sobre as nossas mentes e corações é a da relação íntima com o código de menores, aquela na qual a imagem e o nome da FEBEM são mobilizados para dar conta do que vem a ser uma instituição para jovens que cometem atos infracionais. A afirmação, faço, partindo de minha experiência pessoal, que mesmo não sendo estatisticamente representativa, ilustra uma mentalidade ainda compartilhada por muitas pessoas. Quando falo que trabalho em uma escola que fica dentro de uma unidade de socioeducação, para o atendimento escolar exclusivo dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, é comum o espanto do meu interlocutor, que sempre tem a FEBEM como referência e a ideia de um lugar de alta periculosidade, corroborando a ideia do não lugar que essas instituições ainda ocupam em nossa sociedade.

O meu contato semanal com os adolescentes me permitiu e permite observar os esforços diários dos mesmos para ressignificar a sua experiência dentro da instituição. A tentativa de manter uma agência, faz com que eles (re)signifiquem o máximo possível de coisas e situações, a partir da linguagem e da criação de suas próprias regras. Diante do exposto, decidi que transformaria meu local de trabalho em local de pesquisa.

A partir da pesquisa buscamos compreender como a reprodução na instituição da lógica externa, ou seja, dos agentes estatais, configuram a instituição de acordo com a divisão territorial existente no Estado do Rio de Janeiro, isto é, divisão por facções – Comando Vermelho (CV), Amigo dos Amigos (ADA) ou Terceiro Comando Puro (TCP) – impactará na trajetória do adolescente na instituição, bem como afetará o trabalho dos profissionais que atuam ali como um todo.

Além disso, a pesquisa visa compreender como funciona o processo de triagem e classificações institucional, isto é, investiga como os adolescentes são alocados nos respectivos alojamentos e também como eles constroem o discurso de pertencimento a determinados grupos desviantes, a fim de verificar os efeitos e consequências da adesão e da indicação, ou seja, compreender como se dá o processo de “faccionalização” dentro da instituição.

Neste sentido, a pesquisa busca verificar se esse processo de “faccionalização” é sempre de iniciativa do adolescente ou imputado pelo agente de socioeducação, além de perscrutar o que acontece com os adolescentes que não querem ter envolvimento com uma facção, bem como

analisar os vínculos propiciados pela internação, uma vez que o DEGASE Campos é, na maioria das vezes, o ponto de interseção entre adolescentes de bairros e/ou municípios distintos.

Acreditamos que compreender o papel da internação na conformação de novos laços criminais e, conseqüentemente, no possível fortalecimento das facções criminosas, é importante para verificarmos a complexidade da medida de internação, para assim, refletir sobre os efeitos práticos da sua aplicação e, possivelmente, apontar para a falta de eficácia ou a não existência das medidas que antecedem a internação, como também, sinalizar a falta de políticas públicas de prevenção, que visam impedir que adolescentes cheguem a socioeducação.

A pesquisa busca contribuir com o debate entre os objetivos da internação propalados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema Nacional de Ações Socioeducativas (SINASE) e o que de fato é realizado dentro dos muros institucionais. Em outras palavras, verificar os efeitos inesperados da internação.

Outro aspecto importante para a análise desta tese diz respeito ao surgimento, crescimento e estruturação regional do crime organizado, que tem no tráfico de drogas ilícitas sua principal atividade. Há uma ampla discussão sobre a definição de crime organizado na literatura¹, porém para fins desta pesquisa, entende-se, que “esta espécie criminal abrange grupos organizados que, principalmente, recrutam adultos com trajetória delitiva e funcionam como organizações de atividades ilícitas” (Souza, 2019, p. 14).

A pesquisa de campo e meu pertencimento próximo, porém distante – uma vez que trabalho no DEGASE, mas não sou funcionária do DEGASE – me permitiu verificar, assim como Willian Foot Whyte, em sua Corneville, que os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas apresentam um “complexo sistema de relações entre grupos, redes sociais e interações individuais que expressava densos e ricos conjuntos de significados” (WHYTE, 2005, p. 13).

A partir da presente pesquisa pretendemos verificar se a existência das facções na instituição têm um impacto direto no desenvolvimento da rotina laboral dela, haja vista, a existência de internações específicas para cada facção. Neste contexto, buscaremos entender como a rotina de trabalho dos agentes e da escola, que existe na unidade para atender, exclusivamente, os

¹ Durante a revisão bibliográfica observou-se que diferentes correntes e pesquisadores trazem distintas definições de crime organizado, evidenciando uma variedade e um não consenso. Outro debate intenso encontrado foi sobre a insuficiência de abrangência da atual lei de organização criminosa (Lei.12.850/13), que não dá conta da velocidade da diversificação da atuação das organizações criminosas. (MINGARDI, 1998; LLORENTE et al., 2002; SUTHERLAND, 1955; CHINELLI, MACHADO DA SILVA, 1993; MISSE, 2006, 2007; (SOUZA, Ano; ZALUAR, 1994, 2004; CEPIK, BORBA, 2011).

adolescentes que cumprem medida restritiva de liberdade no DEGASE, tem o seu funcionamento alterado, impactado e muitas vezes condicionado pela presença das facções.

Compreender a relação entre os agentes e os adolescentes, nos permitirá compreender como as políticas públicas voltadas para adolescentes em conflito com a lei são desenvolvidas no DEGASE Campos e, possivelmente, alcançar as formas de atuação e recrutamento das facções criminosas, dentro da instituição de socioeducação em tela, nos permitindo verificar se essas unidades estão, assim como os presídios federais, servindo como “uma espécie hub da criminalidade brasileira” (DIAS; MANSO, 2019, p. 228), contribuindo na conformação de redes.

A princípio, como hipótese de pesquisa, parece-me que, no caso, que o Estado, na figura dos agentes de segurança socioeducativo, legitima a existência das facções criminosas, coopera com o aumento do número de integrantes e contribui para a conformação de redes criminais, mediante a obrigação de os adolescentes, que cumprem medida socioeducativa, terem de escolher um espaço pertencente a uma das facções presentes no interior da unidade socioeducativa.

A partir dos dados apresentados, surge a seguinte questão que orienta a presente investigação: como e por que se dá o processo de “faccionalização”, ingresso e pertencimento dos adolescentes a uma facção criminosa dentro do DEGASE de Campos dos Goytacazes?

Com objetivo de responder à questão levantada e conduzir a pesquisa em tela, privilegiou-se o uso de métodos qualitativos. Isto porque os métodos qualitativos justificam-se pela singularidade do objeto investigado, uma vez que a produção de sentido dos interlocutores e a apreensão da realidade deles é incapaz de ser apreendida, exclusivamente, através de surveys ou dados estatísticos. Optou-se pelo uso de entrevistas semi-estruturadas com os adolescentes das três facções existentes na unidade e com os três diretores - gestão 2019 até os dias atuais, leia-se 2024. Além das entrevistas, lançou-se mão da observação participante.

A respeito da observação participante, Roberto Cardoso de Oliveira (1998, p. 24) nos diz que “[...] o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação”. O trabalho teórico consistiu na pesquisa bibliográfica, em que se buscou as teorias que melhor permitiram compreender os fenômenos observados. Conforme Minayo (2016, p. 16), “A teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. Este conjunto constitui o domínio empírico da teoria”.

Os registros contidos neste trabalho têm como ponto de partida a primeira vez que ouvi falar no DEGASE, ainda nos corredores da UENF em 2015, bem como, o trajeto percorrido para atuar na instituição como professora e, num segundo momento, como pesquisadora. Em

outras palavras, realizei uma descrição desde a fase exploratória da pesquisa, passando pelo meu primeiro dia de aula e minhas várias idas à unidade com objetivo de apresentar o DEGASE. Além disso, fiz uso de dados primários, isto é, dos materiais produzidos pelos alunos nas aulas de sociologia, pichações nas paredes da escola, no material escolar, conversas durante as aulas de sociologia, fotos e registros enviados no grupo de WhatsApp da escola, pelos professores. Grande parte deste material, num primeiro momento, foi produzido de forma “espontânea”, isto é, sem nenhuma relação com os objetivos da pesquisa, mas que nos serve como material de análise, uma vez que, ao serem submetidos ao crivo do estudo sociológico, podem desvelar as dinâmicas, interações e relações estabelecidas na unidade.

Além disso, conversas e entrevistas informais com professores, agentes e funcionários da equipe técnica também compõem o quadro de análise desta tese. Do mesmo modo, lancei mão do uso de dados secundários, tais como imagens de jornais, entrevistas e tabelas e quadros fornecidos pela instituição. Ademais, a maior parte das informações contidas neste trabalho, bem como a maioria dos dados analisados, versarão sobre o período de 2015, início de minha atuação na instituição, até 2021 quando realizei entrevistas formais com alguns adolescentes e com a equipe diretiva.

Para orientar a leitura, cabe informar que todas as categorias nativas utilizadas pelos adolescentes, agentes e todos os outros funcionários que atuam no interior do DEGASE são reproduzidas nesta tese e estão grafadas em *itálico* com objetivo de demarcar a sua existência enquanto tal, já que seu uso nunca é anódino.

Dito isto, o trabalho foi estruturado da seguinte forma:

No Capítulo I, intitulado “O DEGASE de Campos dos Goytacazes e o conceito de criança e adolescentes no Brasil: Impressões iniciais e antecedentes históricos.” versa sobre como descobri a existência do DEGASE, bem como o percurso percorrido para transformar meu local de trabalho em meu local de pesquisa, isto é, como a minha atuação profissional me fez problematizar as relações e interações estabelecidas dentro do DEGASE entre adolescentes e agentes socioeducativos. Além disso, analisa-se os impactos trazidos pela Covid-19 na realização da pesquisa. Neste Capítulo também apresentamos alguns aspectos geográficos, históricos e ideológicos da Cidade de Campos dos Goytacazes, na qual a pesquisa foi realizada, em seguida apresenta-se, de forma panorâmica, como se deu o processo de faccionalização da Planície Goitacá.

A segunda parte deste capítulo tem como objetivo a compreensão da construção/consolidação da ideia de infância e, conseqüentemente, da criança à luz dos estudos de Philippe Ariès (1981), com o propósito de mostrar, de forma introdutória, como a categoria

criança foi sendo socialmente moldada ao longo da história, haja vista sua inexistência no período medieval. Pretende-se, ainda, com foco nas instituições sociais que se ocupam das crianças, verificar, ao longo da história, a passagem de uma lógica assentada na ideia de criança em “situação de irregularidade”, para o “reconhecimento” da criança e adolescente como sujeitos de direitos e foco da doutrina de proteção integral a partir da promulgação da constituição de 1988. Por último, analisamos como se deu a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), bem como apresentamos as modalidades de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Capítulo II, “Instituição total” visa uma melhor compreensão do nosso campo de estudos e dos objetivos expressos na presente tese e partir daí, apresentamos o conceito de instituição total cunhado por Erving Goffman (2015), para situar qual o conceito de instituição total que estamos adotando, além de conduzir o leitor a uma apresentação do DEGASE de Campos dos Goytacazes, a fim de situar a instituição. Em seguida, ainda com Goffman, analisamos a entrada no mundo institucional e as formas de adaptação e mortificação do *eu* em uma instituição total.

Ainda neste capítulo, partindo do pressuposto da existência do racismo como elemento estruturante das relações sociais brasileiras, no qual se materializa nas instituições sociais visando a manutenção e gestão do poder da classe dominante branca, discutimos o conceito de racismo estrutural e racismo institucional para a compreensão do funcionamento de instituições como o Sistema de Justiça Criminal no Brasil, e conseqüentemente como as formas de punição foram construídas e são aplicadas até os dias de hoje com base nos marcadores sociais de raça.

Capítulo III, “Os burocratas de nível de rua: agentes de segurança socioeducativo” discute-se o conceito de burocrata de nível de rua cunhado por Michael Lipstick (2018). Entende-se os agentes de segurança socioeducativo como o principal implementador das políticas de socioeducação, isto é, um *burocrata de nível de rua*, pois são os profissionais que atuam de forma mais direta e contínua com os adolescentes. Analisar como se configuram essas relações pode nos permitir entender como esses atores sociais se relacionam com as normas oficiais e constroem seu *modus operandi* no atendimento aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e pertencem a uma facção criminosa. Neste capítulo também se analisa o processo de triagem institucional, isto é, a divisão dos adolescentes a partir da sua autodeclaração de pertencimento a uma facção ou a indicação por parte de um agente do estado – que terá o território do adolescente como referência para classificá-lo. Esse processo de triagem institucional no trabalho em tela, estamos chamando de *faccionalização*.

No capítulo IV- “O C. E. Rui Barbosa: a dimensão pedagógica da socioeducação e suas dificuldades e especificidades.” será dedicado a apresentação da escola, bem como todas as especificidades que envolvem uma escola dentro de uma instituição de socioeducação. Além disso, serão apresentadas as minhas impressões iniciais quando da atuação na escola, numa tentativa de fazer um uso científico dessas impressões do primeiro contato com a instituição.

No último capítulo V – “O público-alvo da socioeducação: os adolescentes” tem como objetivo analisar as relações estabelecidas pelos adolescentes dentro da instituição. Na primeira parte vamos descrever quais são as instituições e atores mobilizados quando do cometimento de uma ato infracional, isto é, para um melhor entendimento das medidas socioeducativas em si, bem como do funcionamento do sistema socioeducativo no geral. Percorreremos os caminhos a partir do que é previsto no ECA, no SINASE e da análise trazida pelo relatório “Trajetórias: Diagnóstico da Execução de Medidas Socioeducativas de Meio Fechado no Estado do Rio de Janeiro” produzido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), publicado em 2020. Além disso, neste capítulo analisaremos o uso e a (re)produção das linguagens, signos e símbolos, a partir das inscrições realizadas pelos adolescentes nas paredes, no mobiliário e no material escolar, como forma de comunicação com seus pares quando no DEGASE. Bem como, o modelo de masculinidade performado na figura do *Sujeito homem* na instituição. Por último, as conclusões do trabalho.

CAPÍTULO I - O DEGASE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E O CONCEITO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL: IMPRESSÕES INICIAIS E ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A nossa marca no governo, já foi registrada
Contra o sistema eu tô na bala, e é de corpo e alma
A nossa marca no governo, já foi registrada
Contra o sistema eu tô na bala, e é de corpo e alma

(MC Kautry).

1.1 Descobrimo o DEGASE de Campos dos Goytacazes

O Departamento Geral de Ações Socioeducativas - Novo DEGASE - atualmente, é o órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas no Estado do Rio de Janeiro, previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aos jovens em conflito com a lei. O Novo DEGASE é um órgão vinculado à Secretaria de Estado e Educação, criado pelo Decreto nº 18.493/ 93, e expressa, como objetivos, favorecer a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais competentes, bem como possibilitar a construção de projetos de vida, convivência familiar e comunitária. A unidade Professora Marlene Henrique Alves, inaugurada em maio de 2013, é destinada à internação provisória e ao acautelamento exclusivo de adolescentes do sexo masculino com idade entre 12 e 18 anos.

Falar em unidades de socioeducação é falar de uma instituição ainda invisível e desconhecida aos olhos e ouvidos de muitas pessoas. Durante grande parte da minha vida, nunca tinha ouvido falar de uma, muito menos que na cidade em que morava, abrigava uma instituição dessa natureza

A primeira vez que ouvi falar em Unidade de Socioeducação e DEGASE com mais atenção foi nos corredores da UENF em 2015, quando cruzei com uma colega, que diferente de mim, havia cursado Ciências da Educação. Na época conversamos sobre a vida e sobre as oportunidades de trabalho em nossas respectivas áreas. Na ocasião tinha acabado de assumir minha segunda matrícula como professora estatutária de Sociologia da educação básica do Estado do Rio de Janeiro. E ao ouvir a colega em questão, ela falou-me da existência do Colégio Estadual Rui Barbosa dentro do CENSE Campos, uma unidade do Novo DEGASE que estava precisando de professor de Sociologia. Ela sabia da informação, pois ela havia trabalhado no Colégio por um ano, em um contrato de prestação de serviços com a SEEDUC-RJ.

Importante registrar que a existência do DEGASE, isto é, de uma unidade de socioeducação na cidade de Campos é de desconhecimento da maioria das pessoas e a existência de um Colégio dentro desta instituição é informação ainda mais desconhecida. Nunca imaginei que haveria um Colégio por ali. E uma das minhas primeiras dúvidas era quanto à segurança de trabalhar na instituição, pois como já apontado acima, não tinha nenhum conhecimento sobre a rotina/realidade destas instituições, pelo contrário, tinha referências pautadas na ideia de FEBEM e de presídios. Entretanto, como em minha graduação tive a oportunidade de frequentar, enquanto pesquisadora, o presídio feminino de Campos - que à época não contava com Colégio e ainda continua sem, comecei a montar uma insípida referência do que poderia vir a ser uma unidade de socioeducação, mas mantendo a FEBEM e o presídio como modelos para uma unidade de socioeducação. Além disso, no meu período de pesquisa no presídio era recorrente a fala de que o presídio feminino de Campos era um presídio “tranquilo”, por se tratar de uma unidade feminina e abrigar presas de baixa periculosidade, logo um retrato não representativo do que de fato são as instituições carcerárias no Brasil.

Minha interlocutora garantiu que era super tranquilo trabalhar na unidade e, além disso, os professores concursados tinham uma gratificação especial de R\$516,00 (quinhentos e dezesseis reais, que continua o mesmo valor) para levar a matrícula para esta instituição, o que no estado é chamado de gratificação especial (G.E). De fato é um incentivo para professores trabalharem em escolas que são consideradas difíceis de completar o quadro de pessoal devido a alguma especificidade, tal como ser no interior, ser em comunidades consideradas violentas ou, no caso, na socioeducação ou presídios.

O valor da gratificação foi determinante para que eu escolhesse atuar na instituição, haja vista, que o vencimento inicial para 16 (dezesseis) horas era de R\$1.119,00 (mil, cento e dezanove reais), uma gratificação de R\$ 516,00 (quinhentos e dezesseis reais) fazia uma grande diferença na renda. Além disso, nesse período eu trabalhava em uma escola em Farol de São Thomé, que também tinha uma gratificação, mas a escola era muito distante. Além disso, eu gastava em média uma hora e meia para ir e mais uma hora e meia para voltar de ônibus, duas vezes na semana, o que era muito cansativo e também dispendioso, já que a passagem era cara. De posse das informações e do contato telefônico da escola e convencida de que queria muito conseguir trabalhar lá, comecei o contato com a diretora que foi muito receptiva e simpática desde a primeira ligação. A diretora, que permaneceu no cargo até sua aposentadoria em junho de 2023, marcou uma visita à instituição para que eu conhecesse a escola e a equipe. Acertamos os detalhes da visita e no dia e hora combinados estava aguardando por ela. Como o CENSE fica bem afastado do centro de Campos e sem muita sinalização ou identificação para se chegar ao

local, ela achou melhor que eu fosse de carro com ela e voltasse de ônibus. Assim foi feito. Ao chegar ao local, tive um grande estranhamento, pois o local não aparentava abrigar nenhuma instituição ou ter nenhuma construção, já que da estrada não se consegue avistar nada. A Estrada é marcada por muitos canaviais, pastos, grandes fazendas e com algumas residências construídas na beira da estrada. A única referência era uma construção, uma espécie de casa na beira da estrada e uma placa do Centro de Controle de Zoonoses de Campos (CCZ), às margens da RJ – 158, estrada Campos x São Fidélis, KM 53 em Itareré. A “casa” em questão servia de referência para pedir ao motorista da linha de ônibus para parar ali, quando o destino era o CENSE.

Ao entrar ao lado da referida construção, podemos avistar mais ao fundo um enorme portão de grade e ao lado da mesma na parte dos fundos, uma guarita que sempre conta com a presença de dois agentes de segurança socioeducativos que são os responsáveis pela portaria. São eles que decidem quem entra e quem não entra. Cabe registrar que os agentes da portaria mudam constantemente, isto é, não são os mesmos funcionários sempre, mas sim de acordo com o plantão. Na portaria temos um enorme portão para carros e caminhões, e um portão menor para pedestres. Os agentes são os responsáveis por abrir e fechar o portão e também por registrar quem entra, bem como a hora, a placa do carro e os nomes de todos os ocupantes do veículo, no caso de quem entra de carro, além de informar, via rádio, a *mesa*. *Mesa*, é como é chamado o lugar onde ficam os agentes que estão na condição de coordenador do plantão e cuidam de toda parte logística da instituição. A *mesa* recebe, via rádio, as informações e solicitações de outros agentes, isto é, quais adolescentes serão encaminhados para escola, atendimento técnico, saída para audiência e quem está entrando e saindo da unidade. É o local também em que ficam os monitores com as imagens das câmeras de segurança da instituição. No momento da entrada, achei que haveria um controle mais rígido quanto a entrada de uma pessoa estranha à instituição, haja vista eu nunca ter ido lá ou ter qualquer vínculo com a instituição e sequer ter havido a solicitação, com antecedência, de qualquer documento de identificação.

Ao chegarmos a instituição, bastou a diretora dizer meu primeiro nome e que eu era uma professora que visitaria a escola que nada mais foi perguntado ou informado, assim entrei sem muita burocracia na instituição. Acredito que o fácil acesso tenha uma relação direta por estar entrando com alguém de dentro da instituição, ou seja, com alguém cujas credenciais dispensa maiores explicações, alguém com trânsito diário, logo familiar aos seus agentes, fazendo com que as formalidades e protocolos sejam flexibilizados e, quem sabe, até mesmo abandonados.

Depois de uma rápida identificação na portaria, entramos na unidade. Da portaria ainda não é possível avistar o prédio em que ficam os adolescentes, mas vemos mais duas “casas” de frente para o portão de entrada, no interior da unidade. A portaria é composta de dois portões,

um externo e outro interno, no qual, em tese, você entra de carro e se o outro portão estiver fechado, fica-se na portaria para identificação e só depois de autorizada a sua entrada, o outro portão é aberto. Na ocasião, o segundo portão estava aberto e, quase sempre, permanece aberto. Depois de passada a portaria, há uma enorme subida, na qual é possível ver do lado direito, um muro bem alto branco com a parte superior verde e com uma grade de arame que vai da portaria até uma segunda portaria, na verdade, uma guarita. Do lado esquerdo, um muro feito de arame que conseguimos avistar a estrada. Ao término da subida, bem íngreme, temos um enorme portão de chapa, que estava aberto (na atualidade permanece aberto diariamente, poucas vezes o vi fechado) e uma outra guarita, bem no alto do muro. Abaixo, algumas imagens nas quais é possível observar a entrada da unidade.

Na figura 1 (um) é possível observar os portões citados e a “casa” que fica dentro da unidade, logo na entrada. Um ponto que me chamou a atenção na época: o fato de não existir nenhuma identificação para informar a quem passa pelo local, até mesmo se dirige a unidade, sobre do que se trata a construção, pois não havia nenhuma placa, faixa ou inscrição identificando a instituição. Na figura 2 (dois), é possível observar a “casa” que contém a Placa do CCZ e fica às margens da estrada. A casa em questão é a única referência para quem se dirige à instituição, seja de carro ou de ônibus. Uma referência que se o motorista não estiver atento, passa despercebido. Como já foi apontado, não havia nenhuma identificação da unidade e ela não é possível de ser avistada por quem passa pela estrada. Para dizer que não dá para se ver nada da estrada, quem vem prestando muita atenção no sentido Campos X São Fidélis, consegue ver, como disse, se tiver bem atento, do lado esquerdo, um pequeno pedaço do alto muro que cerca toda a unidade, já que o CENSE está situado no alto de um morro, uma peculiaridade geográfica presente na Planície Goytacá.

Figura 01: Portaria de entrada do CENSE Campos dos Goytacazes.



Fonte: NF Notícias, jornal on-line.²

Figura 02: Portaria do CENSE Campos dos Goytacazes



Fonte: SFN Notícia, jornal on-line³

Figura 03: Nova/atual portaria do Cense Campos



² Disponível em:

<https://www.nfnoticias.com.br/noticia-16663/menores-fazem-motim-e-ateiam-fogo-em-colcha%C2%B5es-no-degase-de-campos> Acessado em 1/2/2023.

³ Disponível em:

<https://sfnoticias.com.br/quase-60-menores-infratores-ja-foram-liberados-do-degase-na-rj-158-entre-campos-e-sao-fidelis> Acessado em: 1/2/2023

Fonte: Caderno de campo. Registro realizado em fevereiro de 2021

Ao término da subida, como já foi apontado, há uma segunda guarita, que estava vazia e na atualidade permanece vazia, ou seja, os agentes ou policiais não ocupam esses postos. No interior da unidade, há mais uma dessas guaritas, totalizando três com a portaria de entrada. Desde que comecei a trabalhar lá, em 2015, só vejo as mesmas sendo ocupadas por agentes de segurança socioeducativo quando falta internet na unidade e querem fazer uso de celular, já que o sinal de celular, lá, pega de forma precária. O celular só recebe sinal em alguns pontos específicos da unidade, sendo a guarita da entrada, um desses pontos. O não sinal de celular não tem nenhuma relação com tecnologias de bloqueio de transmissão. Apenas não funciona por falta de infraestrutura das companhias telefônicas.

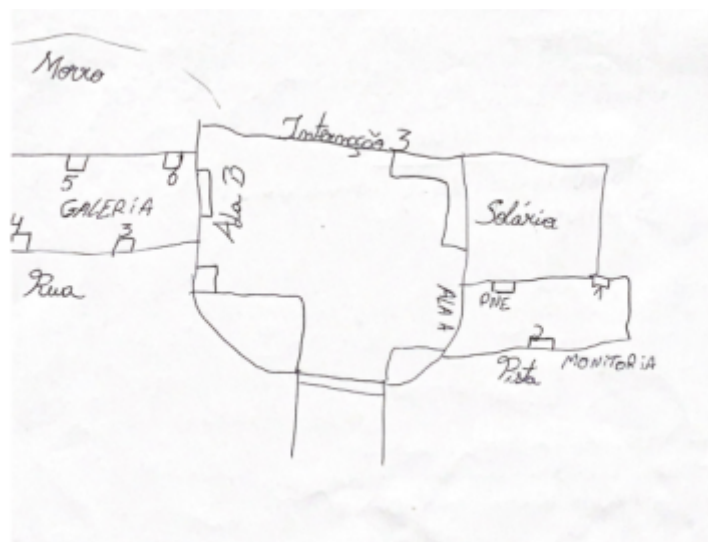
Ao passar por essa segunda portaria vemos uma pequena capela, seguida de uma quadra de vôlei de areia e uma primeira construção, chamada de módulo que, à época, abrigava salas de multiuso usadas para cursos, aulas e qualquer outra atividade desta natureza. Logo atrás da construção, fica outro módulo que, à época, abrigava a *mesa* e também era destinada a adolescentes de medida provisória, além de local de descanso dos agentes. Ao lado desta, há uma construção que abriga o almoxarifado, refeitório e a cozinha. Todas as refeições oferecidas aos adolescentes e aos funcionários são preparadas na unidade por uma empresa terceirizada, assim como a limpeza.

Ao entrar na unidade, a ideia que se tem é que estamos entrando em uma escola agrícola, ao menos foi a minha, pois a paisagem é totalmente rural e a arquitetura da unidade é toda dividida em pequenos prédios de um único piso espalhados pelo terreno da unidade. Além disso, é possível avistar pastos e animais, bem como uma enorme vegetação, tanto na frente quanto atrás da unidade, sem nenhuma outra construção. Uma paisagem muito bonita, na qual está incluída a vista do Rio Paraíba do Sul, a Serra da Bela Joana e muitos bois e vacas pastando tanto na paisagem da frente da unidade, quanto atrás. E há uma enorme pedra que é explorada pela Pedreira Itereré, sendo a responsável por barulhos de implosão, sempre ouvidos na unidade, devido à proximidade.

A unidade conta também com prédio da saúde, que tem enfermaria, sala para atendimento odontológico e salas para os atendimentos técnicos. Os prédios têm sempre um pequeno rol de entrada e as salas dispostas dos dois lados do corredor, com apenas uma porta de acesso, para entrada e saída. Seus portões são de aço e não contam com janelas, apenas pequenos basculantes bem altos, no qual não é possível avistar o lado de fora com facilidade, sendo sempre para isso necessário usar uma cadeira, afirmação que faço por serem os prédios da saúde, administração e

escola basicamente iguais e mesmo tendo 1,70 de altura, não consigo olhar por estes basculantes sem ajuda de uma cadeira. Ao lado do prédio da saúde temos o prédio da administração, em que fica também a sala da equipe da direção da unidade e na atual, sala da “*mesa*”. Atrás, temos dois prédios que abrigam os adolescentes, ou seja, as internações. A Unidade, na atualidade, conta com 4 módulos destinados a internações, nas quais são distribuídos os adolescentes em alojamentos específicos por facções, além de um prédio para a escola e uma quadra poliesportiva. A internação, segundo um dos adolescentes entrevistados, conta com o seguinte layout.

Figura 04: Desenho feito por um dos adolescentes entrevistados para me explicar como era um alojamento bem como suas divisões internas. Esse layout é da internação 3, mas os demais seguem o mesmo padrão arquitetônico.



Fonte: Caderno de Campo.

À medida que íamos avançando, a diretora apontava o que cada construção daquela significava. Na chegada, era possível avistar que alguns dos prédios, destinados a alojamentos, os pequenos basculantes, que contam com uma grade do lado de fora, tinham toalhas e lençóis pendurados, bem como camisas e outras peças de roupa para secar. Ao olhar, detidamente, era possível ver os adolescentes nos basculantes observando o movimento da unidade, ou seja, quem entra, quem sai, conversando entre eles e até mesmo chamando quem passa.

Para melhor apreensão da descrição da unidade, trazemos algumas imagens para ajudar o leitor a visualizar o complexo socioeducativo do CENSE Campos. A figura 5 (cinco) é uma imagem de satélite do Google Maps, para que o leitor tenha a dimensão do espaço destinado ao

CENSE Campos. Já na figura 6 (seis) é a foto de um dos alojamentos no qual é possível observar roupas penduradas para secagem e até mesmo o braço de um adolescente que observa o movimento nos pátios da unidade. Na figura 7 (sete) é a foto da guarita que está localizada no segundo portão, depois que entramos na unidade.

Figura 05: Vista de satélite do Google Maps do Cense Campos.



Fonte: google maps

Figura 06: Foto de uma das internações na qual é possível ver roupas penduradas e os adolescentes observando no basculante.



Fonte: Folha 1, jornal on-line⁴

⁴ Disponível em:
https://www.folha1.com.br/_conteudo/2019/04/geral/1246733-pm-faz-buscas-por-menores-que-fugiram-do-dega-se.html Acessado em 1/02/2023

Figura 07: Guarita do segundo portão.



Fonte: SFN notícias, Jornal on-line⁵

1.2 Professora pesquisadora

As linhas narradas acima, bem como as que serão narradas ao longo deste trabalho são uma tentativa de fazer um raio X do DEGASE de Campos a partir da minha primeira visita e dos meus vários dias de trabalho, que são também meus dias de trabalho de campo, ao longo de meus oito anos de atuação na unidade. Na primeira parte deste capítulo é um exercício reflexivo de mesclar o que eu não sabia com o que eu descobri ao longo desse percurso como professora e pesquisadora, tentando ao máximo me afastar do senso comum e olhar para os acontecimentos com um senso sociológico. Com toda certeza, o passar dos anos e a proximidade me fez perder vários detalhes e até mesmo naturalizar aspectos que seriam caros a um pesquisador que entrasse pela primeira vez no campo. Por outro lado, esses mesmos anos me tornou próxima, frequente e familiar, me possibilitando ver e ouvir aspectos que não seriam acessíveis a um pesquisador de fora, isto é, quem não tem uma vivência semanal na instituição, com os adolescentes e com os agentes de socioeducação.

⁵ Disponível em: <https://sfnoticias.com.br/apos-nova-confusao-internos-do-degase-vaio-para-a-delegacia>
Acessado em: 1/2/2023

A partir de todas essas vivências e acontecimentos surgiu a ideia de tornar esse cosmos meu objeto de investigação no doutorado. Inicialmente foi muito difícil definir o que era passível de ser analisado sociologicamente, haja vista, a enorme gama de possibilidades. Mas a organização da instituição a partir da lógica externa das facções, bem como o comportamento distinto de cada adolescente a partir do pertencimento a uma facção e a atuação dos agentes na hora de classificar um adolescente que me geraram maior curiosidade.

Foram nesses contatos semanais, diálogos e práticas que me chamaram a atenção, evidenciando a existência de uma tensão entre os alunos e, entre os alunos e os agentes de segurança socioeducativos. Além disso, há a existência de comportamentos distintos entre os adolescentes no que concerne ao vocabulário, à produção de símbolos escritos e gestuais, a disposição espacial no interior da sala de aula e a não interação com alguns colegas de classe.

De posse dessas observações, comecei a indagar os alunos o porquê das diferenças e eles sempre alegavam que não falavam ou sentavam perto de alguns colegas de classe, por se tratar de um *alemão*, isto é, membro de uma facção rival, portanto, um inimigo. Segundo eles, todos os adolescentes e agentes do Estado que não pertencem à sua facção são considerados seus inimigos, mesmo que nunca tenham visto ou falado com esse adolescente, bastando apenas pertencer a uma facção rival ou ser um agente de segurança socioeducativo. Desta forma, de meu lugar de observadora participante, pude constatar também a existência de comportamentos comuns entre os adolescentes e uma gama de representações sociais, regras de conduta e construções de fachadas (Goffman, 1998) de acordo com o pertencimento a cada facção.

1.3 A pandemia de COVID-19 e o trabalho de campo

O ano de 2020 seria destinado a fazer minha inserção oficialmente no DEGASE, na figura de pesquisadora. Porém, em 13 de março de 2020, o Estado do Rio de Janeiro publicou o Decreto N°46.970, que dispunha sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus. Dentro das providências estava a suspensão das aulas das escolas estaduais, que ocorreu no dia 16 de fevereiro. Inicialmente, achávamos que seria por apenas quinze dias, ninguém podia imaginar que o mundo pararia em função de uma pandemia, muito menos que esse vírus teria a letalidade que teve, afinal, só no

Brasil, foram mais de 600 mil mortos e quase dois anos de isolamento. E quando falo de isolamento, infelizmente, ele foi um privilégio para poucos, já que grande parte da população precisou continuar trabalhando para garantir a manutenção da vida material, uma vez que não houve, inicialmente, medidas econômicas que garantisse que grande parcela da população pudesse fazer o isolamento.

Cabe registrar que o auto índice de óbitos no Brasil por COVID-19 estão diretamente relacionados com ineficiência do governo Jair Bolsonaro em prover assistência e planos de contenção do vírus, afinal, o presidente foi o grande responsável por negar a gravidade da situação e capitanear verdadeiras campanhas negacionistas sobre a letalidade do vírus, nas quais se refutou toda e qualquer pesquisa científica que comprovou a eficácia do isolamento e do distanciamento social como uma das principais medidas para a contenção do vírus, inaugurando um verdadeiro ataque a ciência e aos cientistas.

Nesse período, para muitos pesquisadores foi impossível prosseguir ou dar início ao trabalho de campo – meu caso. Fiquei por 11 meses sem nenhum tipo de contato com os adolescentes com os quais pretendia trabalhar na minha tese. Durante esses meses de afastamento, as atividades escolares dentro do CENSE foram paralisadas, diferentemente do que ocorreu com as escolas da *pista* que, não demoraram muito, iniciaram o ensino remoto. Aplicado de uma forma altamente questionável, só escancarou as desigualdades educacionais dos alunos da escola pública, mas que não nos cabe discutir aqui.

A pandemia de COVID-19 colocou as atividades presenciais em xeque, sendo o uso das tecnologias digitais, a principal mediadora das relações sociais durante os dois anos de pandemia. Inicialmente, fiquei muito preocupada de como faria para realizar as entrevistas com os adolescentes, pois no ano de 2020, nem mesmo as aulas online, que foi uma modalidade adotada pelas escolas estaduais, eram realizadas com os alunos do Rui Barbosa, haja vista as dificuldades materiais existentes na escola, pois a mesma não dispunha de computadores ou rede de internet que suportasse as aulas on-line.

Em 2020 tivemos alguma tentativa de aulas online com os adolescentes, o que nem sempre era com muito êxito, haja vista a péssima qualidade da internet e do equipamento disponível para o fim. A solução encontrada para que os adolescentes não ficassem sem atendimento educacional, foi a transmissão de vídeo aulas gravadas por professores do Estado e a aplicação de apostilas,

Voltei a trabalhar presencialmente depois de 11 meses parada por conta da pandemia. Na volta ao trabalho e conseqüentemente ao campo de pesquisa, foi perceptível uma série de modificações na unidade, tanto nas instalações físicas quanto na gestão da mesma. A escola também passou por várias reformas físicas no período. As principais modificações ocorridas na unidade foram a revitalização da portaria e a instalação de tonéis para realização do Curso de “Técnicas de Aquicultura, Pesca e Processamento de Pescado” para os adolescentes. Uma parceria do DEGASE com o instituto Cooperar Brasil, dentro do projeto “Jovens que sonham”, com duração prevista de seis meses. Na volta fiquei sabendo que o curso já estava acontecendo. O mesmo consistia em aulas teóricas, presenciais, e aulas práticas nas “piscinas” instaladas na unidade para criação de peixes e rãs.

O retorno das aulas aconteceu no mês de fevereiro de 2021, mesmo sem vacinação. Os protocolos de segurança sanitária estabelecidos pelo Estado eram a nossa única forma de prevenção. Cabe registrar que no retorno, muitos agentes não usavam a máscara de proteção individual, que em tese, era obrigatória. As aulas foram retomadas de forma presencial no dia 8 de fevereiro de 2021.

Com o retorno das aulas, comecei a preencher os documentos oficiais para pedir ao DEGASE a autorização para realização das entrevistas com os adolescentes. Mas estava com muito receio de ter meu pedido negado, já que estávamos em plena pandemia e no momento até as visitas dos familiares estavam suspensas.

O mês de março de 2021 foi marcado pelo recrudescimento da pandemia do coronavírus, o que impactou visceralmente o meu campo de pesquisa e a mim como pesquisadora, uma vez que havia planejado fazer observações de campo mais consistentes, além das entrevistas com adolescentes e agentes de socioeducação no primeiro semestre do corrente ano. A ampliação dos casos de Covid-19, isto é, o aumento do nível de risco fez com que o Município passasse para a bandeira vermelha, que significava um risco alto de contaminação, além da saturação dos leitos de UTI. Desse modo, o conjunto de recomendações de isolamento social foram ampliadas, ocasionando o retorno da suspensão das aulas presenciais, desde o dia 9 de março.

A suspensão das aulas me gerou uma grande preocupação com a viabilidade do campo. Obviamente, entendia a necessidade do isolamento social e era favorável à manutenção do mesmo no combate à disseminação do COVID-19. Entretanto, havia planejado, para o mês de março o envio do formulário de autorização de pesquisa para o DEGASE, a fim de pleitear a autorização

para realização das entrevistas com os adolescentes. Obviamente, não existia a garantia de uma resposta rápida da autorização, mas acreditava-se que o fato de ser “alguém de dentro”, pudesse favorecer uma resposta positiva e célere, uma vez que já frequentava a unidade.

O dilema e angústia com o acesso ao campo, isto é, com a impossibilidade de pedir autorização, e por considerar o momento inapropriado, devido a pandemia, a suspensão das atividades escolares não contribuiria para uma permissão para fazer as entrevistas com os adolescentes por parte do DEGASE. Entretanto, meu problema foi resolvido após o compartilhamento de minha angústia com um colega de turma que é defensor público. Ele se comprometeu a fazer contato com o juiz da vara da infância e juventude do município, após ouvir meu impasse com a burocracia, para verificar a possibilidade do juiz autorizar as minhas entrevistas com os adolescentes no Fórum durante as audiências, haja vista a continuidade desse serviço na ocasião da reunião, o que me pouparia tempo com a burocracia de solicitar a permissão ao DEGASE.

Dito isto, a autorização para entrada oficial no campo foi conseguida sem grandes burocracias a partir da mediação do colega Defensor Público que falou diretamente com o Juiz da infância e juventude e a pesquisa foi autorizada.

1.4 Campos dos Goytacazes e o processo de faccionalização da planície⁶

As terras que neste começo do século 21 compõem o município de Campos dos Goytacazes são também chamadas de Planície Goytacá, em evidente alusão a seu relevo eminentemente plano (embora também se registre a ocorrência de pequenos planaltos e algumas montanhas) e em memória à antiga (e cruelmente extinta) presença dos índios da tribo Goytacá; estas terras também já foram chamadas simplesmente de Campos, e desde a década de 1980 voltaram a ser, oficialmente, Campos dos Goytacazes.

Trata-se de um município de médio porte do interior do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, possui em 2020 uma população

⁶ Tópico original do artigo: “Discursos e práticas na formação do “sujeito homem” em uma unidade de socioeducação”. Escrito em parceria com o Prof. Drº Rafael França Gonçalves dos Santos, apresentado no GT19 - Gênero e sexualidade pelo interior do Brasil: fronteiras e cartografias no 44º Encontro Anual da ANPOCS-2020

estimada de 500.186 habitantes e, em 2013 a cidade tinha o maior PIB do Brasil. Com um território de pouco mais de 4 mil km², é o maior município em extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro⁷, e faz parte da região do Norte Fluminense, considerada uma região de contrastes e profundamente marcada pela desigualdade socioeconômica (TOTTI; PEDROSA, 2006, p. 13).

Com uma longa tradição que parece acompanhar o modelo econômico brasileiro, a cidade protagonizou alguns importantes eventos de inovação tecnológica, ao mesmo tempo em que se sustentava por meio de uma base agrária, com destaque para o cultivo da cana-de-açúcar – no melhor estilo *plantation*. Totti e Pedrosa destacam duas importantes fases econômicas na região: a primeira ligada à indústria sucro-alcooleira, que subsiste até as primeiras décadas do século 20, e outra relacionada ao petróleo, a partir da década de 1970 (TOTTI; PEDROSA, 2006, p. 13).

É uma cidade que consegue aliar inovação ligada ao desenvolvimento tecnológico, da indústria sucro-alcooleira à exploração do petróleo, e o tradicionalismo religioso muito marcado pela presença da Igreja Católica, e com bispos e padres se posicionando publicamente em assuntos ligados à moral e aos costumes sociais. Um dos elementos que contribui para pensarmos essa ideia de tradicionalismo na cidade é a presença da TFP – Tradição, Família e Propriedade - organização civil ligada à Igreja Católica que defende valores tradicionais de formação familiar baseados na Bíblia.

A presença da TFP em Campos dos Goytacazes ficou ainda mais destacada com Dom Castro Mayer, que fundou em 1951 “o mensário Catolicismo”, cujo “trabalho de redação era realizado em São Paulo pelo grupo liderado por Plínio Corrêa de Oliveira” (ALTOÉ, 2006, p. 42). A atuação da TFP no cenário político de Campos na segunda metade do século 20 não foi inexpressiva. No processo de reforma agrária ocorrido no município, com a implementação do assentamento Zumbi dos Palmares, a TFP foi uma das organizações sociais que se posicionou contrária à desapropriação das terras, já que muitos de seus apoiadores eram fazendeiros do município (GONÇALVES, 2012, p. 74). Estes são alguns dos indícios de que o conservadorismo religioso é um dos elementos que compõem a trama histórica deste município que guarda em seu nome a lembrança daqueles dizimados há alguns séculos, os índios goitacás.

Há uma série de pesquisas, textos, livros, autores e autoras que já dedicaram tinta, tempo e talento para narrar e tecer a história de Campos. Nos clássicos autores da terra, pode-se

⁷ Conforme informações disponíveis em: <http://www.roteirodecampos.com.br/pg/22/dados-basicos/> - Acessado em 04 de abr. de 2018.

reconhecer o esforço de “homens ilustres”, que fizeram um grande trabalho memorialístico e literário, tais como: Alberto Lamego⁸, Júlio Feydit⁹ e José Cândido de Carvalho¹⁰. Esses autores são tidos, nos dias atuais, como memorialistas ou factuais. Além destes trabalhos já consagrados (ou um pouco esquecidos, como os de Thiers Martins Moreira), há de se registrar o interesse de muitos pesquisadores e pesquisadoras da área de História, particularmente aqueles/as que dedicam atenção ao fenômeno da escravidão. Pesquisando em sites que disponibilizam dissertações e teses produzidas no Brasil nos últimos anos, encontramos 496 registros¹¹ de teses e dissertações utilizando o buscador Campos dos Goytacazes, distribuídos em diversas áreas do conhecimento, como: História, Sociologia, Museologia, Zootecnia, Agronomia, Química, Biologia dentre outras. À esta busca também pode-se somar os 376 livros sobre Campos que estão disponibilizados na Biblioteca Campistana¹², todas obras digitalizadas e que podem ser consultadas online.

É importante salientar, ainda, a presença da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro, que foi criada em 1996. Um dos Centros da UENF é o Centro de Ciências do Homem, que atualmente conta com três cursos de graduação e 3 Programas de Pós-Graduação: Sociologia Política, Políticas Sociais e Cognição e Linguagem. Esses programas têm sido fundamentais para a produção de estudos sobre a cidade, pensando sobre a dinâmica do urbano, seus conflitos e tensionamentos.

A cidade de Campos dos Goytacazes, nos últimos anos, vem ganhando destaque nos indicadores sobre violência e criminalidade. Em 2017, figurou, em ranking divulgado pela ONG mexicana Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal, como a 19ª cidade mais violenta do mundo.

⁸ A Terra Goitacá à luz de documentos inéditos e Mentiras históricas, Verdadeira notícia da fundação da Matriz de São Salvador e de seus párocos de 1652 a 1925, ambos publicados nas primeiras décadas do século 20. É importante notar que, por vezes, o nome Alberto Lamego pode causar alguma confusão. Os títulos citados são de Alberto Frederico de Moraes Lamego, que é pai de Alberto Ribeiro Lamego, que publicou quatro livros sobre o estado do Rio de Janeiro: O homem e a serra, O homem e a Guanabara, O homem e a Restinga e O homem e o Brejo, durante as décadas de 1940 e 1950, conforme apresentado por Rui Aniceto Nascimento Fernandes em *Colecionismo e história. Reflexões sobre a prática historiográfica de Alberto Lamego na década de 1910*.

⁹ Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes: desde os tempos coloniais até a proclamação da República. A primeira edição foi de 1900; em 1979 foi relançado por sua neta Hilze Peixoto Diniz Junqueira em comemoração aos festejos do Santíssimo Salvador.

¹⁰ O coronel e o lobisomem, publicado em 1964.

¹¹ Banco de teses da CAPES: <http://bancodeteses.capes.gov.br/> - Acessado em 04 de abr. de 2016.

¹² Conforme consulta no site: <http://bibliotecavirtual.camaracampos.rj.gov.br/> - Acessado em 04 de abr. de 2016.

Essa realidade tem chamado a atenção de pesquisadoras e pesquisadores da UENF, que têm se debruçado sobre essa realidade, considerando que o aumento da violência implica em modificações na vida dos moradores da cidade, principalmente dos que residem nos bairros periféricos e favelas, impactando diretamente na vida dos jovens. Nesse cenário, dois atores merecem nossa atenção. São eles as facções estabelecidas, inicialmente, nas favelas Baleeira e Tira-Gosto, que dividem e disputam o comércio de drogas ilícitas na cidade.

Alguns desses estudos tiveram como foco as dinâmicas do tráfico na cidade, visto que a partir da década de 1990 a cidade passa por um processo de “faccionalização”, que foi motivado por conflitos entre os traficantes das duas maiores favelas da cidade: a Tira-Gosto e a Baleeira. Esses eventos assumem importância particular na cidade, pois têm capacidade de interferir na dinâmica social da vida urbana, atingindo principalmente os jovens moradores das periferias.

Em seu levantamento sobre a história do tráfico em Campos dos Goytacazes, Caroline Siqueira (2016) pôde constatar que a ligação entre o tráfico de drogas em Campos e as facções do Rio de Janeiro tiveram início após a prisão dos líderes das respectivas favelas campistas em presídios cariocas. Uma vez que as relações estabelecidas dentro desses presídios e entre os presos obedece à rivalidade existente entre os diferentes grupos, gera-se uma divisão espacial dentro da instituição e obriga indivíduos que não pertencem a nenhum grupo a se “faccionalizar”, ou seja, a escolher suas alianças, parcerias e, automaticamente, seus inimigos. E isso se dá porque a adesão a um grupo implica na rivalidade com o outro. A presença das facções Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigos dos Amigos (ADA), há tempos, transborda para outros bairros da cidade e uma das suas consequências é a divisão da cidade em zonas e fronteiras de atuação (SIQUEIRA, 2016).

Assim, a Baleeira estabeleceu relações comerciais com a facção Amigo dos Amigos (ADA) e a Tira-Gosto, iniciou sua aliança no mundo das facções com o Comando Vermelho (CV), porém rompeu com esse grupo e se filiou ao Terceiro Comando Puro (TCP), grupo com o qual estabelece relações até hoje. Durante muito tempo a cidade era territorialmente dividida pelas facções Amigo dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP), realidade que mudou em setembro de 2021 com a chegada do Comando Vermelho (CV) na cidade. Em 2024, ano que a tese está sendo finalizada, fazem parte do Comando Vermelho (CV) três comunidades que antes eram filiadas à facção Amigos dos Amigos (ADA), a saber: Baleeira, Santa Cruz e Tapera. Cabe ressaltar, que a chegada do CV na cidade foi motivo de preocupação das forças policiais e de atenção dos meios de comunicação, haja vista uma série de reportagens a respeito do tema nos

periódicos locais. Segundo as notícias veiculadas nos portais de notícias, as autoridades policiais ficaram sabendo da chegada do CV na cidade através do serviço de inteligência e, também, pelas inscrições da sigla CV nos muros e postes das respectivas localidades. Siglas essas que funcionam como marcador de território e pertencimento. Tema que será melhor abordado no capítulo dedicado aos adolescentes.

As demandas iniciais das facções criminosas, há muito tempo deixaram de se restringir exclusivamente às reivindicações de melhores condições de vida na instituição penal. Gorski aponta que “[...] as facções criminosas transpassam os muros dos presídios e alargando as suas atividades para as ruas, concentrando-se mais precisamente nas periferias. Conseqüentemente, a interação dos territórios prisionais com os territórios urbanos transborda para o sistema socioeducativo.” (GORSKI; CORDEIRO; SOUZA, 2018, p. 5).

A territorialização, atuação e o projeto expansionista protagonizado pelas referidas facções que atuam na cidade, altera a vida dos moradores que residem em bairros dominados por elas. Pois, a presença se traduz em troca de tiros a qualquer hora do dia ou da noite, mortes violentas, toque de recolher, para falar de algumas ações de um rol exaustivo. (PINHEIRO, 2018)

A territorialização da cidade pelo tráfico, segundo Siqueira (2016), vai impedir a circulação dos jovens pela cidade, esse impeditivo levará em consideração variáveis como grau de envolvimento com o comércio de drogas, gênero e até mesmo religião. A não observação dos limites, simbólicos ou geográficos pode custar a vida de um adolescente. Souza, S.A, (2010), em sua pesquisa com jovens traficantes na favela Baleeira constatou a limitação do uso dos diferentes espaços públicos por esses indivíduos. Assim, o tráfico de drogas na cidade se constitui como um “vetor” que impede que os jovens, principalmente os envolvidos com esta atividade, se beneficiem da liberdade básica de ir e vir e do direito de movimentar-se livremente pela cidade.(SOUZA, 2010)

Esta breve apresentação que fazemos da cidade, focalizando mais detidamente a dinâmica da faccionalização é proposital e pretende servir de amparo para a compreensão de algumas das dinâmicas presentes no interior do DEGASE.

1.5 Infância e adolescência: uma construção social

Ao olhar para a arte medieval, Philippe Ariès (1981) vai constatar que a infância não fazia parte desse universo. Segundo o autor, a ausência está mais relacionada ao não lugar da infância nessa sociedade do que a uma possível inabilidade dos artistas da época. Ao perscrutar a iconografia medieval, Ariès vai encontrar os primeiros vestígios da infância, a partir do século XI, no qual os artistas pintavam/representavam uma criança como um adulto em escala menor, ou seja, uma figura que pretendia retratar uma criança, mas sem os elementos constitutivos e específicos da infância. Assim, o autor nos diz que:

[...] No mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. Essa recusa em aceitar na arte a morfologia infantil é encontrada, aliás, na maioria das civilizações arcaicas (ARIÈS, 1981, p. 51).

Nesse sentido, Ariès nos chama a atenção que a ausência da representação da infância nas artes, ou seu registro de forma adultizado, são sintomas de que os indivíduos do século X e XI não tinham uma concepção da infância como a existente na atualidade. Assim, Ariès (1981, p. 52) nos diz que “a infância era o período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida”. Assim sendo, o autor nos aponta que o conceito de criança compartilhado na atualidade inexistia antes do século XVI, apontando, desta forma, que a infância é um fenômeno histórico e não somente natural.

Partindo da arte como base de sua investigação, Ariès verifica que a primeira representação da infância mais parecida com o sentimento moderno começa a surgir na arte por volta do século XIII. É neste momento que surgem os anjos, que são representados sob a aparência de um rapaz muito jovem. O segundo tipo é considerado pelo autor o “modelo ancestral de todas as crianças pequenas da história da arte: o menino Jesus” (ARIÈS, 1981, p. 53).

De acordo com o autor, no início, Jesus também era representado como um adulto em escala menor, mas a arte foi evoluindo para uma representação mais realista e sentimental da criança. Porém, adverte que esses casos eram raros, já que o “sentimento encantador da tenra infância permaneceu limitado ao menino Jesus até o século XIV, quando, [...], a arte italiana contribuiu para desenvolvê-lo e expandi-lo” (ARIÈS, 1981, p. 53). O autor destaca que passa a existir uma iconografia da infância religiosa centrada na figura de Jesus.

A ruptura só acontece a partir da fase gótica, na qual as crianças passam a ser retratadas nuas. Além disso, nesta fase, passa a se destacar uma iconografia leiga, coincidindo com um crescimento da história de crianças nas lendas, na tapeçaria e na pintura. Entretanto, aponta que os elementos destacados não são indícios suficientes para pensar em um protagonismo da infância, ou seja, de uma existência de sentimentos de cuidado e de centralidade da infância.

Destarte, Ariès nos conta que é a partir do século XV é que começam a surgir duas novas formas de representação da infância: o retrato e o *putto*. O *putto* é a figura da criança nua, que surge no fim do século XVI. Já o retrato, consiste na representação da criança como modelo solo, coisa que não existia antes na idade média. A partir daí, as crianças passarão a ser retratadas tal como eram no momento de vida que o registro era feito.

Assim, o autor aponta que a relação de insignificância com a ideia de infância e de crianças em si, encontram acolhida nos altos índices de mortalidade infantil do período, pois, como muitas crianças morriam logo que nasciam, não criavam-se sentimento em relação a elas, existindo assim, indiferença e naturalização da morte de crianças. Indiferença que fazia com que as crianças, que morriam logo após o nascimento, fossem enterradas em qualquer lugar.

A existência de retratos de crianças em sua forma natural, com seus traços reais, ocupando lugar de destaque na iconografia, isto é, sendo retratadas sozinhas aponta, segundo Ariès, para uma mudança nas sensibilidades. Ou seja, há um deslocamento na forma de tratar as crianças com indiferença, para um sentimento de cuidado, apreço e reverência. O autor nos diz que:

[...] O gosto novo pelo retrato indicava que as crianças começavam a sair do anonimato em que sua pouca possibilidade de sobreviver às mantinha. É notável, de fato, que nessa época de desperdício demográfico se tenha sentido o desejo de fixar os traços de uma criança que continuaria a viver ou de uma criança morta, a fim de conservar sua lembrança. O retrato de uma criança morta, particularmente, prova que essa criança não era mais tão geralmente considerada como uma perda inevitável. Essa atitude mental não eliminava o sentimento contrário [...] até o século XVIII, eles coexistiam (ARIÈS, 1981, p. 58).

E é a partir do florescimento de retratos de crianças, vivas e, principalmente, de crianças mortas, que Ariès verifica a mudança na mentalidade e na sensibilidade de uma época. O autor aponta que as condições demográficas pouco mudaram do século XIII ao XVII, e mesmo a mortalidade infantil mantendo-se alta, houve uma mudança no paradigma de cuidados com as

crianças. Ariès (1981, p. 61) nos diz que “[...] uma nova sensibilidade atribuiu a esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer”.

O autor atribui a cristianização mais profunda dos costumes como o elemento constituidor da nova sensibilidade no que diz respeito ao cuidado com as crianças. Além dessa hipótese – da cristianização dos costumes – diz que a preocupação das famílias em vacinar as crianças contra varíola, também pode ser lida como indícios da nova sensibilidade inaugurada nesse período, pois a preocupação com a varíola contribuiu para outras práticas de higiene que auxiliaram na redução da mortalidade infantil.

Entretanto, ao fazermos uma análise mais ampla, verificamos que a mudança nas sensibilidades e na forma de cuidado com as crianças têm uma relação direta com a necessidade de mão de obra no período de florescimento e consolidação do capitalismo. Como nos mostra Rusch e Kirchheimer (2004), o surgimento das cidades, sua demanda por serviços constantes e regulares, por certos bens de consumo e o crescimento do sistema financeiro gerarão uma grande demanda por mão de obra.

Além do exposto, uma série de guerras religiosas e distúrbios internos colocarão em xeque a força de trabalho. Segundo os autores, a escassez de mão de obra que ameaçava a ordem social, fez com que a classe dominante estabelecesse uma série de medidas visando resolver o problema. Dentre essas medidas, o estímulo à taxa de natalidade foi uma das principais, uma vez que “visava amenizar a falta de trabalhadores através da promoção de uma alta taxa de nascimento” (Rusche; Kirchheimer, 2004, p. 48) Assim, os governantes da época deveriam agir em prol de povoar sua nação e cabia a eles:

[...] varrer todos os obstáculos do caminho; verificar se todos os habitantes tinham meios de subsistência; enfim, fazer tudo que estivesse em seu poder para combater a pobreza, de forma a estimular o casamento de todos os que desejassem se casar, e que todos os casais tivessem muitos filhos. O clero deveria estar preparado para invocar argumentos religiosos para uma alta taxa de nascimento. Sussmilch desafiava qualquer teólogo a protestar contra sua tentativa de mostrar que nenhum homem poderia governar com sabedoria se não tivesse o seguinte mandamento do criador em sua mente: Crescei e multiplicai-vos! (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004, p. 48-49).

Avançando na análise deste processo histórico, Ariès nos conta que o século XVII foi central para o tema da primeira infância, pois é neste século que os retratos de crianças sozinhas

começam a se popularizar, o que na sua tese, representa uma mudança de paradigma no que tange aos cuidados e sentimentos sobre as crianças e sua condição específica. Dessa maneira, o autor nos diz que:

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII (ARIÈS, 1981, p. 65).

Ainda segundo Ariès, até mesmo os hábitos de vestuário, são indícios de uma nova representação da infância que era desconhecida na Idade Média, uma vez que nada no traje medieval distinguia crianças de adultos. O autor aponta que a partir do século XVII as crianças passam a não ser mais vestidas como adultos, ao menos as crianças das famílias mais abastadas, passando a existir assim uma separação entre as roupas, marcando uma nova forma de separação e entendimento sobre a infância.

Assim sendo, Ariès (1981, p.73) nos aponta que “os hábitos de vestir, portanto, não são apenas uma frivolidade. A relação entre o traje e a compreensão daquilo que ele representa está aqui bem demarcada”. As roupas passaram a funcionar como uma espécie de elemento visível que dava conta de separar crianças dos adultos, contudo, inicialmente, as roupas infantis eram um traje uniforme tanto para meninos quanto para meninas. Logo, é possível verificar que a ideia de infância, criança e adolescente são categorias sociais que variam no tempo e no espaço, ou seja, cada sociedade estabelece os parâmetros balizadores de suas noções sobre o tema em diferentes momentos históricos. Por conseguinte, as instituições destinadas ao tratamento dessas crianças e adolescentes também surgem conforme as necessidades e importância que esses sujeitos ganham na sociedade.

1.6 A construção do discurso da situação irregular e das classes perigosas

A história da infância no Brasil também já passou por muitos reveses. As primeiras instituições a dispensarem cuidados com as crianças no país, datam do século XVI. Trata-se exclusivamente de instituições religiosas ou grupos filantrópicos, já que neste período o Estado não tinha nenhuma participação na criação ou regulamentação de instituições (PAIVA, 2014;

RODRIGUES, LIMA, s/d). As referidas instituições eram as responsáveis pela assistência aos pobres, pautados em atitudes caritativas. “A caridade estava envolvida fortemente nisso e uma das suas principais marcas no que diz respeito à assistência à infância é a “Roda dos Expostos” [...]” (Paiva, 2014, p. 19).

A partir do século XIX, as crianças começam a se tornar uma questão social, figurando no rol de preocupação do estado, que tece uma série de críticas aos mecanismos empregados até então para lidar com elas. Novos saberes e dispositivos são empregados para lidar com a infância. Rizzini (2008, apud Figueiró et al, 2014, p. 20), diz que a nova concepção de infância refletia, principalmente, os contornos das novas ideias que se propagavam pelo mundo naquela época [...]”. Médicos e juristas serão os grandes protagonistas desse momento, no qual a medicina vai categorizar, organizar e estabelecer condições de vida específicas, ou seja, a normalização para cada estrato da população. Por outro lado, os juristas vão propor uma nova ordem social, formulando políticas públicas. Conforme Figueiró et al (2014), “A partir dessa época, a criança começa a ser percebida como patrimônio da nação, pois, por ser considerado um ser em formação, poderia ser transformado num “homem de bem” ou mesmo num ‘degenerado’” (p. 20-21).

É possível compreender a nova atuação do estado na vida da população à luz do que Michel Foucault (1999), chamou de biopoder e biopolítica, uma vez que a biopolítica, organiza, classifica, controla e cria aquilo que é normal e patológico, estabelecendo um padrão a ser naturalizado. Ademais, não bastava mais disciplinar as condutas individuais, e sim gerenciar de forma planejada a vida das populações (Duarte, s/d; Sierra, 2019).

Portanto, o papel do estado no cuidado com a infância, passa a ser encarado como garantidor da ordem social (Figueiró, 2014). O código de menores, de 1927 traz uma série de instituições, mecanismos e atores que eram responsáveis por vigiar e fiscalizar as irregularidades sofridas e cometidas por crianças e jovens. O código de menores inaugurou a “situação de irregularidade” e essa irregularidade tinha suas raízes na “família desestruturada”, que o pensamento da época, comumente atribuía às famílias pobres.

O discurso da irregularidade foi naturalizado e criou a figura do delinquente menor de idade (Arantes, 1993; Figueiró et al, 2014; Castro, 2006), e a eles foi atribuído conteúdo médico e psicológico. Assim, a internação desses indivíduos seria a solução viável na correção “para o convívio social ‘normal’, aceito pela sociedade. Com esse Código, abriu-se espaço para criação

de estabelecimentos específicos para a internação de crianças e adolescentes abandonados, ou considerados delinquentes.” (Figueiró et al, 2014, p. 26).

Cabe salientar que, com base na ideia de classes perigosas atribuídas à população pobre, como sempre esteve presente em nossa sociedade, a pobreza historicamente foi acusada de ser o locus gerador dos problemas sociais. A população pobre, nesse contexto, é identificada como geradora de doenças e problemas de ordem social e moral. Assim:

A reflexão sobre o fenômeno da criminalização exige uma contextualização histórica, observando os mitos que fundamentam essa ideologia, como o mito das classes perigosas que contribui na consolidação do medo social e da atribuição ao jovem, negro, pobre e da periferia o status de criminoso e sua culpabilização como principal condutor da violência na atual conjuntura do Rio de Janeiro (CARLOS et al., 2018, p. 2).

Nesse sentido, podemos identificar como marco inicial da criação do mito das classes perigosas, as desigualdades sociais gestadas pela abolição da escravidão ocorrida no território brasileiro sem um projeto de inclusão social, que legou à massa de ex-escravos um destino de dificuldades quase intransponível, que desde 1888 vem sendo lido como um problema individual, isentando, assim, o Estado, de sua responsabilidade na execução de políticas de superação das desigualdades.

Em seus estudos, Alba Zaluar (1994), trabalhando com moradores do conjunto habitacional Cidade de Deus na década de 1990, na cidade do Rio de Janeiro, já apontava que os moradores das áreas pauperizadas carregavam o estigma de “vagabundo”, “bandido”, “envolvido” e “malandros”, categorias que servem como marcadores sociais para a atuação do Estado. Assim, a autora nos diz que essas categorias darão lugar a noção/conceito de classes perigosas cunhado por Louis Chavalier, nas quais os setores mais amplos da sociedade se orientam a partir dessa noção que criminaliza e estigmatiza a pobreza, fazendo com que a polícia, por exemplo, trate todos os moradores de comunidades e bairros pobres como “bandidos”. Isso posto, Zaluar nos diz que a noção de classe perigosa começa na:

[...] própria ação policial que engloba todos os populares que não tenham carteira assinada na categoria de criminosos e como tal os trata. Tal medida repressiva é tanto mais absurda aos olhos desses populares quanto mais percebem que as dificuldades criadas pelo desemprego crescente não são de sua responsabilidade nem podem ser resolvidas por eles. E esse fato toma proporções dramáticas e

alarmantes quando nos lembramos que o desemprego e o subemprego também afastam o trabalhador de qualquer tipo de assistência social do Estado. Além de desassistidos, foram tratados como criminosos antes de sê-lo (ZALUAR, 1994, p. 33).

Nos lembra Zaluar (1994) que a criação de estigmas para as classes populares funciona como uma prisão ideologizante e simbólica dos dominados, tendo em vista a dificuldade e, muitas vezes, a impossibilidade desses indivíduos se desacoplar do estigma de bandido, ou seja, da rotulação de classe perigosa atribuída pela classe dominante. Assim, há uma naturalização da identidade dos pobres como perpetradores de violência e distúrbio social, o que, em contrapartida, gera uma apatia social mediante as várias violências e violações às quais as populações pobres são submetidas.

Com base na estigmatização da pobreza e do pobre como uma estratégia bem-sucedida da classe dominante para justificar a sua dominação, a autora enfatiza que, “Uma das expressões da dominação é a construção da identidade do dominado pelo dominador. E uma das técnicas repressivas é a estigmatização de quem se quer oprimir. O espelho que se constrói agora no Brasil é este: pobre, criminoso, perigoso” (Zaluar, 1994. p. 33).

Assim sendo, já é ponto pacífico no discurso do senso comum o olhar estereotipado que naturaliza a população pobre como uma classe perigosa, atribuindo a elas a culpa pelos problemas estruturais de ordem social, política e econômica, advindas das desigualdades sociais. O fato é que a população empobrecida está historicamente submetida a esses problemas que deveriam ser superados via políticas públicas. Entretanto, o discurso individualista neoliberal da meritocracia, isto é, a ideia que o indivíduo sozinho é o único capaz e responsável por lidar com os problemas estruturais, é constantemente mobilizado para manter a população menos favorecida como alvo da precariedade no jogo desigual de acesso a bens materiais e simbólicos. Trata-se de uma maneira eficaz de escamotear as verdadeiras causas da desigualdade e pobreza em nossa sociedade, tornando os menos favorecidos o alvo da violação de direitos e dos arbítrios do Estado. Mesmo quando a função primeira da instituição estatal é prover ajuda e inclusão, vemos, na grande maioria das vezes, o propósito inicial se distanciar e muito das práticas operadas pelos gestores e servidores no bojo das instituições.

1.7 Do menor ao adolescente: ruptura ou permanência?

Em 1941 é criado no Brasil o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), que passou a cuidar das crianças desamparadas, órgão que duas décadas depois foi substituído pela Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor, mais conhecida como FUNABEM, criada através da Lei Federal 4.513/64. A FUNABEM tinha como objetivo implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo território Nacional, e para que esse objetivo fosse alcançado cria-se a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), para executarem nos Estados as ações estabelecidas pelo governo Federal. A FEBEM era um órgão vinculado à secretaria de Estado e Serviço Social, que prestava assistência aos menores, na faixa etária que compreendia a idade de 0 a 18 anos. A missão da FEBEM voltava-se primordialmente para a promoção social, ou seja, formular e implantar programas de atendimento a menores em situação irregular, visando preveni-lo da marginalização e criar/gerar oportunidades para esse jovem desfavorecido, e reabilitar os delinquentes.

As instituições, criadas aos moldes do sistema repressivo da época, carregaram durante toda sua existência o estigma da violência, marcado por atrocidades das mais variadas ordens, (Vidigal, 2012; Saraiva 2012), desde rebeliões violentas aos maus tratos e à brutalidade por parte dos agentes que deveriam garantir às crianças e aos adolescentes segurança e “reabilitação”. Só com o processo de redemocratização, a partir da década de 1980, cria-se uma legislação específica para a infância e a adolescência.

A ruptura formal com o código de menores se deu, legalmente, a partir da década de 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que nasce com o propósito de romper com o passado de controle e de exclusão, isto é, com o paradigma da situação irregular, colocando a criança e o adolescente como sujeito de direito (BRASIL, 1998). No entendimento da lei, *criança* vai da faixa etária de 0 a 12 anos incompletos, enquanto *adolescente* compreende os indivíduos na faixa etária de 12 a 18 anos.

As legislações sobre infância e juventude no Brasil começam a ganhar espaço a partir da década de 1980. Resultado de acontecimentos internacionais que florescem, tanto no cenário internacional quanto no nacional, uma série de movimentos reivindicatórios, principalmente da sociedade civil organizada, bem como da criação e/ou fortalecimento de instituições de direitos da criança e do adolescente.

No Brasil, o marco fundador dos direitos da criança e do adolescente foi a constituição de 1988 e, em seguida, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos anos 90. Mas essas legislações não deram conta, de forma suficiente, dos adolescentes em conflito com a lei, entendendo como “adolescente em conflito com a lei”, os autores de ato infracional, definido pelo ECA como: “Conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Sendo assim, a atuação do Estado com esse público, por décadas foi pautado em práticas incipientes e até mesmo punitivistas. É somente a partir dos anos 2000 que os adolescentes, que transgridem o pacto social, ou seja, os adolescentes em conflito com a lei passaram a ser objeto de políticas públicas e também de direitos humanos mais consistentes.

No que tange à resposta do estado frente aos delitos cometidos por adolescentes, a “socioeducação” surgiria como expressão que delineava a mudança de um paradigma correccional para socioeducativo” (Pinto, 2012, p. 26). Com esse objetivo, mudanças semânticas e práticas se viram necessárias para desfazer os estereótipos, historicamente enraizados, nos quais a nomenclatura “crime” dá espaço ao “ato infracional”, que é definido pelo ECA (Brasil, 1998) como “a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Além disso, os termos “menor” e/ou “delinquente juvenil” são substituídos por adolescente ou pessoa em desenvolvimento e a “pena” passa a ser substituída por medida socioeducativa.

Como apontado, as mudanças foram mais de cunho cosmético e semântico do que efetivo, considerando a falta de consistência do ECA no que diz respeito à definição e paradigmas da socioeducação em sua prática, além da manutenção de práticas punitivas, mesmo que sob uma nova roupagem. Ou seja, novo nome para velhas práticas. Desse modo, Cynthia Bisinoto (et al, 2015), nos diz que:

A noção de socioeducação surgiu com a implementação das medidas socioeducativas normatizadas pelo ECA, o qual contempla a organização estrutural e o funcionamento das instituições de atendimento, mas deixou uma lacuna quanto à compreensão da socioeducação que pudesse se materializar em intervenções consistentes e promotoras do desenvolvimento dos adolescentes. No ECA, a forma substantiva – socioeducação – não aparece no texto, apenas sua forma adjetiva. (BISNOTO et al. 2015, p. 576).

No contexto, colocar as unidades de socioeducação como foco dos estudos sociológicos, e os seus agentes, se faz improrrogável na tentativa de problematizar as práticas socioeducativas desenvolvidas nessas unidades, isto é, as permanências. Nos alerta Bisinoto a lacuna conceitual e

teórica deixada pela falta de clareza do ECA – no que tange a socioeducação –, pois, embora a lei seja uma ruptura importantíssima de uma lógica punitivista, manteve precedentes para a manutenção de práticas baseadas no código de menores, bem como no mito das classes perigosas, ou seja, práticas meramente punitivas.

Não obstante, a falta de clareza possibilita espaço para a discricionariedade que pauta o trabalho da socioeducação nas crenças políticas, ideológicas e experiências pessoais dos gestores que estão no trato direto e cotidiano das unidades. Como também aponta Bisinoto (2015, p. 577), uma outra consequência da falta de clareza dos fundamentos da socioeducação é “a redução do trabalho socioeducativo a atividades de cunho preponderantemente técnico-burocráticas em resposta a solicitações de informações e atendimento a demandas apresentadas pelo sistema Judiciário”.

Com base nessa discussão, nos próximos tópicos vamos tratar da criação do SINASE, com o propósito de dar bordas e contornos ao trabalho na socioeducação, além de ter o objetivo de evitar e/ou limitar a discricionariedade, o que nos obriga a olhar a discricionariedade com maior acuidade. Com o trabalho de campo desta tese, buscamos verificar se a discricionariedade é, ainda, um elemento relevante da atuação dos agentes de segurança socioeducativos, ou seja, dos burocratas de nível de rua.

A discricionariedade dos agentes de segurança socioeducativo pulula no seu fazer cotidiano. Uma vez que se materializam em práticas personalizadas de acordo com as crenças, ideologias, convicções, humores e entendimento legal dos agentes envolvidos, assim essa discricionariedade é visível, tanto aos adolescentes, quanto a todos que frequentam a unidade com regularidade.

1.8 A criação do SINASE

A partir de 2006 o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA), propõe a criação do SINASE, que tem como objetivo constituir parâmetros mais objetivos para as práticas socioeducativas, bem como embasar, teoricamente, a sua execução e limitar e/ou reduzir a discricionariedade, assim como, consolidar, de forma definitiva, a natureza pedagógica das medidas socioeducativas.

O SINASE só foi instituído em 2012 pela Lei n. 12.594, tornando-se a diretriz federal que norteia o desenvolvimento do atendimento socioeducativo, previsto pelo ECA. A lei traz um rol de princípios, regras de caráter jurídico, político e pedagógico da socioeducação (Costa, 2017). O SINASE tem como objetivo primeiro a construção de parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos que limitem ou evitem a discricionariedade, ou seja, a liberdade de atuação administrativa dos agentes públicos, em tese dentro dos limites da lei. Entendendo por agentes públicos os burocratas responsáveis pela mediação entre o Estado e o cidadão na execução das políticas públicas.

1.9 As medidas socioeducativas

As medidas socioeducativas são aplicadas aos adolescentes entre 12 e 18 anos que cometem ato infracional, sendo definidas judicialmente de acordo com o ato cometido. O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, prevê um rol de seis medidas socioeducativas, que são: Advertência; Obrigação de reparar o dano; Prestação de Serviço à comunidade; Liberdade Assistida; Inserção em regime de semiliberdade; e Internação em estabelecimento educacional, que pode ser provisória ou não.

A *advertência* consiste em um comunicado verbal, com termo assinado pelo adolescente e seus pais ou responsável legal em caso de infração de baixa ofensividade. No que diz respeito a *obrigação de reparar o dano* se aplica mais quando a ação do adolescente danifica ou destrói um bem ou patrimônio. Além disso, a autoridade judicial pode:

[...] determinar a reparação da avaria causada, a restituição do bem ou o pagamento do prejuízo gerado pelo adolescente. Caso o adolescente não possa arcar com o ressarcimento proposto, sem prejuízo, outra medida pode ser aplicada, como a prestação de serviços comunitários que implica a realização de atividades gratuitas destinadas a um grupo específico ou à coletividade. Dentre os locais para prestação de serviço estão: escolas, hospitais, entidades assistenciais, além de programas governamentais e comunitários, devendo obedecer a jornada de oito horas semanais, sem prejudicar os expedientes escolares ou laborais (TRAJETÓRIAS, 2020, p. 12-13).

A quarta medida socioeducativa do rol de menor rigidez é a *liberdade assistida*, que é recomendada no caso dos adolescentes que precisam, segundo relatório do MPRJ (2020), de auxílio e orientação individualizada e contínua. A *liberdade assistida* e a *prestação de serviços comunitários* são de responsabilidade do poder executivo municipal.

A semiliberdade inaugura as medidas de restrição de liberdade. Essa medida cerceia o direito de ir e vir do adolescente, ficando o mesmo limitado ao interior da unidade de socioeducação na maior parte do tempo. De acordo com o relatório do MPRJ (2020), essa medida tem o objetivo de afastar o adolescente de ambientes de risco e vulnerabilidade, além de servir de medida de transição do meio fechado para o meio aberto. Entretanto, mesmo na semiliberdade, o adolescente garante a manutenção do acesso à escola, cursos profissionalizantes e estágios. A pena pode ser aplicada por um tempo máximo de três anos, com revisões periódicas a cada seis meses, na qual a autoridade judiciária avalia o relatório individual do adolescente e decide pela progressão ou encerramento da medida.

No que diz respeito a medida de internação, essa é aplicada aos adolescentes que cometem ato infracional considerado grave ou que seja reincidente. De acordo com o ECA, em seu artigo 121, “A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (Brasil, 1998). Ao ser internado, o adolescente é detido em uma unidade de internação especializada por um período máximo de três anos.

A duração da privação de liberdade é designada judicialmente, e a cada seis meses é revista, com base em relatório feito pela equipe técnica da unidade de internação (Costa, 2017). Castro, (2006), chama a atenção para a maneira como o ECA, ao trazer os princípios da brevidade e excepcionalidade da medida socioeducativa restritiva de liberdade, opera uma ruptura importante com a legislação, uma vez que “o código de menores não permitia o direito de defesa de jovens sob acusação de ato infracional previsto no código penal” (CASTRO, 2006, p. 35).

No capítulo dedicado aos adolescentes, público-alvo da socioeducação, descreveremos os caminhos, avenidas e encruzilhadas percorridos pelos mesmos quando do cometimento de um ato infracional, ou seja, quais são as instituições e agentes mobilizados no primeiro contato com o Sistema de Justiça Criminal.

CAPÍTULO II - INSTITUIÇÃO TOTAL

Se a alma rebelde se quer domesticar
Menina preta perde infância, vira doméstica
Amontoados ao relento, sem poder se esticar
Um baobá vira um bonsai, é só assim pra explicar

(Drik Barbosa e Emicida).

2.1 Instituições totais e o DEGASE- Campos dos Goytacazes

Para uma melhor compreensão do nosso campo de estudos e dos objetivos expressos na presente tese, importa termos em mente qual a noção de instituição total que estamos adotando, além de conduzir o leitor a fim de situar a instituição.

Erving Goffman (2015) define instituição total como local de residência ou trabalho, em que indivíduos semelhantes passam a maior parte do tempo separados do restante da sociedade, levando uma vida fechada e formalmente administrada. Assim, as ações e necessidades mais banais dos frequentadores são demandadas por esquemas, regulamentos e protocolos que estabelecem quando e como as ações e necessidades serão executadas e satisfeitas. O autor nos diz que estabelecimentos sociais, em outras palavras, as instituições sociais, são locais tais como salas, conjunto de salas, prédios, fábricas em que ocorrem atividades de determinado tipo, além disso, que cooptam o tempo e o interesse dos seus frequentadores. Todavia, adverte que toda instituição tem uma tendência ao fechamento. Entende-se que o grau de fechamento de uma instituição seja determinado pela existência de barreiras à saída e ao contato com o mundo externo. Assim, Goffman nos diz que:

Seu 'fechamento' ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais [...] (GOFFMAN, 2015. p. 16)

Por conseguinte, o autor aponta que as instituições totais podem ser divididas em cinco grupos. O primeiro tipo seria para pessoas incapazes e inofensivas, por exemplo, asilos e orfanatos; no segundo tipo, para pessoas incapazes de cuidar de si mesmas e que são

consideradas ameaças não intencionais - encaixam-se instituições como os sanatórios; o terceiro tipo são os estabelecimentos que visam proteger a sociedade dos perigos intencionais, nesse caso, trata-se de presídios e das unidades de socioeducação que são reservadas aos adolescentes. O quarto tipo tem por objetivo manter os indivíduos para o desenvolvimento de alguma tarefa de trabalho e aponta, como exemplo, quartéis, navios e escolas; o quinto e último tipo seriam instituições para servir de refúgio do mundo, a exemplo de locais como abadias e mosteiros.

Goffman aponta que o aspecto central de uma instituição total se baseia no fato de o estabelecimento fazer uma cisão com uma das características básicas que configuram a sociedade moderna. São elas: a possibilidade de o indivíduo dormir, brincar e trabalhar em lugares distintos, sob distintas autoridades, com diferentes indivíduos e sem um plano racional e protocolar. Nesse sentido, o autor aponta que a ruptura das barreiras que separam essas três esferas da vida deve ser entendida como um aspecto central das instituições totais, uma vez que o dormir, o brincar e trabalhar serão praticados em um mesmo local, sob um plano formal e uma autoridade central.

Dessa maneira, todas as atividades serão realizadas em grupo, com outras pessoas, em que todos os indivíduos serão tratados de forma igual e obrigados a realizar as mesmas coisas, conjuntamente. Todas as atividades diárias serão regulamentadas, ou seja, existe uma sequência preestabelecida, formal e explícita, de como e quando as ações devem ser desenvolvidas. Para isso, haverá um grupo de funcionários para supervisionar essa realização. Essa homogeneização dos comportamentos de forma burocrática e o controle das necessidades humanas é apontado por Goffman como o fato básico da instituição total, pois é por meio dessa organização que será possível a vigilância dos internos. Outro aspecto da instituição total é a existência de uma divisão básica entre os internados e os supervisores.

O DEGASE-Campos pode ser classificado, dentro dos critérios *goffmanianos*, de instituição total, mais especificamente a do terceiro tipo, uma vez que visa proteger a sociedade dos perigos intencionais de alguns indivíduos.

2.2 A entrada no mundo institucional: as formas de adaptação e mortificação do *eu*

Toda instituição social guarda suas regras e formalidades quanto ao acesso e permanência em seu interior, porém verifica-se que algumas são mais rígidas, outras nem tanto. Algumas

instituições exigem vestimentas específicas, convites, comportamentos segundo seus códigos, normas e, até mesmo, rituais, símbolos e gestos específicos para entrar e permanecer em seu interior. As instituições vão requerer, outras até mesmo exigir, uma adaptação ao seu funcionamento. Nas instituições totais não é diferente. Com base em Goffman (2015), é possível observar que os internos, ao chegarem a uma instituição total, carregam com eles a denominada “cultura aparente”, derivada de um “mundo da família”, como ocorre no DEGASE, compreendido como o mundo da *pista*. A *pista* é uma categoria nativa para se referir ao mundo fora dos muros institucionais, ou seja, o mundo da família, no qual os adolescentes exercem um estilo de vida diferente do que é vivido na instituição.

A *pista*, no caso do DEGASE, será sempre referência para as práticas e produções discursivas dos adolescentes. Assim, segundo Goffman, aparentemente as instituições totais não substituem a cultura específica já estabelecida. Todavia, o que pode acontecer é uma mudança cultural limitada, mais ligada a um “desculturamento”, uma falta de habilidade temporária que se deve ao longo tempo de distanciamento da sociedade, não permitindo ao indivíduo institucionalizado acompanhar as mudanças sociais. Além disso, para o autor, a instituição total não pretende uma vitória cultural sobre os indivíduos, ao contrário, “criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle dos homens” (Goffman, 2015, p. 24).

O autor aponta a existência de um outro fenômeno, de ordem subjetiva, que o ingresso nas instituições totais opera nos novatos. As instituições totais não apenas exigem de seus ingressantes uma adaptação cultural externa. Submetem seus calouros a uma espécie de adaptação interna, que passa pelo despir-se de si mesmos, das concepções de si, formadas pelas disposições sociais anteriores à institucionalização. E, conseqüentemente, passa a exercer mudanças estruturais no que Goffman (2015, p. 24) denomina de “carreira moral”, “uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que se têm a seu respeito e a respeito dos outros, significativas para ele”.

Assim, a primeira forma de mutilação do *eu*, apontada pelo autor, está no fato de a instituição total colocar uma barreira entre o mundo civil e o mundo do internado. A instituição total extirpa o fluxo que proporciona ao indivíduo o exercício de seus vários papéis, horários e atividades na sociedade e, ainda assim, a instituição total não impedia a realização de outros tantos papéis, bem como suas ligações.

Em contrapartida, o ingresso em uma instituição total submete os indivíduos a uma monotonia de papéis, isto é, à redução de sua atuação a um único papel, o de interno, e por um grande período que, dependendo da instituição, pode durar vários anos. O movimento vai patrocinar, segundo Goffman, o despojamento do papel civil ou, no caso em tela, da *pista*. Além do mais, mesmo que alguns papéis possam ser restabelecidos quando o indivíduo abandona a instituição total, outros não são passíveis de ser retomados, tais como a criação dos filhos, um namoro ou até mesmo o investimento em instrução. Assim, a barreira entre a instituição total e o mundo externo, por si só, mostra o caráter violento e mutilador que uma instituição total, como o DEGASE, exerce sobre seus internos. O autor nos lembra que “em muitas instituições totais, inicialmente, se proibem as visitas vindas de fora e as saídas do estabelecimento, o que assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação da perda de papel” (GOFFMAN, 2015, p. 24).

Outro processo mobilizado, também de forma padronizada pelas instituições totais, com vistas à mortificação do eu, pode ser verificado no momento de admissão. Assim sendo, o autor aponta que é na admissão que outra forma de mortificação do eu vai se materializar, pois, é no ingresso à instituição que os indivíduos são despidos de sua roupa da *pista*, são separados de seus pertences, fotografias, tendo, na maioria das vezes, seus cabelos cortados e, principalmente, o nome substituído por um número que, segundo Goffman, pode ser encarado como uma grande mutilação do *eu*. Além do exposto, ao chegar à instituição, os internos recebem as instruções de funcionamento das regras. No caso do DEGASE, os adolescentes chamam essa etapa de *passar a visão*, ou seja, tomam conhecimento do que pode e não pode ser falado e feito. Dito isso, Goffman nos diz que:

Os processos de admissão talvez pudessem ser denominados ‘arrumação’ ou ‘programação’, pois, ao ser ‘enquadrado’, o novato admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina (GOFFMAN, 2015, p. 26).

Em uma instituição total, a autonomia e a auto expressão dos indivíduos são veementemente combatidas pelos regulamentos e punições. A dependência para as ações mais elementares, segundo Goffman, é uma forma eficiente de perturbar uma pessoa e colocá-la como dependente e submissa. Dessa forma, as instituições totais visam também o enfraquecimento da

autonomia, isto é, o impedimento de o indivíduo ter a possibilidade de tomar decisões pessoais, desde as mais complexas às mais simples, tais como comer, dormir, vestir-se, escrever, falar e brincar. A tomada de decisão e a autonomia, consideradas um valor na sociedade civil para atestar a liberdade de ação e o caráter adulto de um indivíduo são, sistematicamente, enfraquecidas e atacadas em uma instituição total, com vistas à mortificação e à mutilação do eu, não sobrando, aparentemente, nenhuma possibilidade de ação fora dos condicionantes institucionais.

Outro autor que contribui para olharmos os fenômenos em curso no DEGASE é Erich Fromm (1983), com os conceitos de “adaptação estática” e “adaptação dinâmica”. Conceitos que nos possibilitam pensar as formas de adaptação e mortificação do eu em uma instituição total. Fromm (1983, p.22) entende a adaptação estática como “uma adaptação a padrões que não alteram a estrutura do caráter, implicando apenas a adoção de um novo hábito.” Isto é, uma adaptação externa a novas situações e contextos. Assim, a adaptação estática não altera e não afeta a personalidade do indivíduo, ela não desperta novos impulsos ou traços de caráter, podendo o indivíduo, ao abandonar a situação que requereu dele uma adaptação de ordem estática, voltar para o seu mundo incólume. Conceito, que acreditamos dialogar com a inabilidade temporária apontada por Goffman a respeito do “desculturamento” dos indivíduos na instituição total.

O mesmo fenômeno, entretanto, não pode ser assegurado no processo, também delineado por Fromm, de “adaptação dinâmica”. Nesta adaptação, às condições externas, ao contrário da primeira, não atinge o indivíduo de forma superficial, permitindo-o sair ileso de sua influência e de suas tramas, já que está diretamente relacionada à incidência de mudanças na personalidade, isto é, no caráter. Por exemplo, quando o indivíduo é submetido a assujeitamentos, ameaças e violências, em suma, à situações externas degradantes, requerem uma adaptação. Na impossibilidade de agir de outra forma, o indivíduo acaba se adaptando à necessidade da situação. A adaptação, criará novos impulsos e gerará hostilidades. Assim o autor nos diz que:

Esta hostilidade reprimida, contudo, embora não-manifesta, é um fator dinâmico da sua estrutura de caráter. Ela pode gerar uma nova ansiedade e, assim, levar a uma submissão ainda mais profunda; pode estimular uma rebeldia vaga, não dirigida contra alguém em particular, mas mais bem contra a vida em geral. Se bem que aqui, também, como no primeiro caso, um indivíduo se adapta a certas condições externas, este tipo de adaptação forma algo novo dentro dele, despertando novos impulsos e novas ansiedades. (FROMM, p. 23)

A discussão sobre mortificação do *eu* e adaptação dos indivíduos em instituições totais nos interessa porque, a partir das observações de campo e dos diálogos com os adolescentes cumpridores de medidas socioeducativas no DEGASE-Campos, nas aulas de Sociologia, observou-se o uso recorrente da categoria nativa *cheio de ódio*. Essa expressão é mobilizada pelos adolescentes sempre que eles estão insatisfeitos com alguma situação da/na unidade. As situações que serão elencadas a seguir, são algumas das causas, que nos foram relatadas pelos adolescentes, que os fazem acionar a categoria *cheio de ódio*, porém o rol é exaustivo. Deste modo, nos relataram situações como: quando eles vão para a audiência e o juiz decide pela manutenção da medida socioeducativa, isto é, ganham mais tempo de internação; quando um agente faz revista no alojamento e apreende objetos proibidos ou destroem algum objeto de valor afetivo, como um artesanato ou fotografia de familiar; quando os familiares não vão a visita; quando há algum desentendimento entre os adolescentes e os agentes ou até mesmo entre os próprios adolescentes.

A categoria *cheio de ódio* também é invocada quando há a necessidade do cumprimento das regras institucionais e serve, muitas vezes, de justificativa para explicar uma briga ou até mesmo motivação para qualquer ato violento perpetrado pelos adolescentes. Em outras palavras, sempre que os adolescentes precisam seguir as regras institucionais - as quais, na maior parte dos casos, são vistas por eles como opressão- ou têm suas expectativas, necessidades, desejos e/ou vontades não atendidos e, até mesmo, seus direitos violados, a expressão *cheio de ódio* é mobilizada para dar conta do estado emocional do adolescente naquele momento. O *cheio de ódio*, na concepção deles, é similar ao cheio de raiva, zangado, revoltado ou emburrado com uma situação.

Não é incomum durante os dias de aula encontrar um ou mais adolescentes encolerizados na escola. Os sintomas físicos são o semblante carregado, isto é, mal-humorado. Muitos já chegam em sala anunciando que estão *cheios de ódio* e por isso não vão fazer nenhuma atividade. Nesses casos, alguns realmente não realizam nenhuma atividade, outros pedem para retornar ao alojamento e, não raro, o contato com os outros adolescentes e até mesmo a conversa com o professor sobre o que motivou o ódio faz com que o adolescente que, num primeiro momento estava taciturno, mude de semblante e participe das atividades pedagógicas propostas pelo professor.

Acredita-se, a partir do exposto, que o uso da categoria nativa *cheio de ódio* pode ser um indício dos processos institucionais de mortificação do eu, cunhada por Ervin Goffman e da adaptação dinâmica de Erich Fromm. Na medida que apresenta-se discursivamente como um sentimento que surge diante da necessidade de adaptação às regras institucionais, isto é, a necessidade de uma adaptação interna a uma situação externa, aparentemente, geram mudanças em suas personalidades, gerando o que Fromm apontou como novos impulsos, no caso, o sentimento constante de revolta e ódio recorrente no discurso de muitos dos adolescentes institucionalizados.

Entre os adolescentes do DEGASE, o ódio, muitas vezes, não tem um alvo específico, ou seja, eles apenas se dizem estar, pura e simplesmente *cheio de ódio*, que conjectura-se ter relação direta com o fato estarem internados na instituição. Entretanto, também observou-se que em alguns casos, o ódio é direcionado aos agentes de segurança socioeducativos, indivíduos responsáveis pela imposição das regras, ou seja, membros da equipe dirigente.

Além disso, constatou-se que a categoria *cheio de ódio* também pode ser acionada para se referir a sociedade, ou melhor, muitas vezes o ódio é destinado, discursivamente, para a sociedade via ameaças de que quando eles saírem da instituição, vão seguir matando e roubando. Obviamente, não é um dado generalizável. Ao inquiri-los com objetivo de uma melhor compreensão da fala, observou-se que, aparentemente, a sociedade é entendida por eles, num primeiro momento, como uma entidade discursiva sem rosto e sem forma, isto é, uma entidade abstrata que é a responsável pela manutenção deles na unidade de socioeducação, logo, merecedora de todo ódio que eles podem sentir. Entretanto, a “sociedade”, parece ganhar corpo no argumento do juiz, que invoca a categoria sociedade como a responsável pela manutenção deles na instituição, ao dizer, nas sentenças, que o adolescente ainda não está apto a retornar ao convívio em sociedade. A impressão que fica, a partir das entrevistas informais, é que eles não entendem o linguajar jurídico e se agarram nas “franjas” argumentativas que lhe são passíveis de entendimento, sendo essa parte da sentença a mais compreensível. Aponto isso, porque muitos adolescentes chegam à sala de aula *cheios de ódio* e me explicam que eles estão de volta à unidade porque o juiz disse que eles não estão preparados para voltar ao convívio em sociedade, isto é, para a *pista*.

2.3 DEGASE: uma instituição híbrida

Os conceitos articulados dos autores clássicos da sociologia da prisão, Adorno e Dias (2013) trazem os conceitos de cultura prisional e de prisionização, cunhados por Donald Clemmer (1958), contribuindo para o debate. O autor usa os conceitos “para descrever e analisar a prisão como uma comunidade societal única, marcada por específicas normas de conduta, formas de comunicação e padrões de estratificação social que conformam não apenas a relação dos presos entre si, mas também com seus familiares e com os guardas da prisão” (ADORNO; DIAS, 2013, p. 2).

Mesmo sendo as unidades de socioeducação distintas das instituições prisionais – no que concerne à arquitetura, público-alvo, legislação, dentre outras –, elas guardam muita similaridade, inclusive, os adolescentes chamam o CENSE de presídio e sempre fazem referência à instituição, como se estivessem na *cadeia de criança*, pois a unidade não conta, segundo eles, com as liberdades que existem na cadeia de adulto, tais como, o uso de drogas, ter visita íntima, usar telefone celular. As unidades de socioeducação podem ser chamadas, conforme conceito cunhado por Vinuto e Franco (2019), de instituições híbridas de interface com a prisão, isto é, “Instituições que desde a sua concepção almejam articular o cárcere com outras instituições não prisionais, como a escola e o hospital” (VINUTO; FRANCO, 2019, p. 251).

A produção de regras pautadas em valores morais e a triagem (categoria que será explorada no capítulo cinco) feita pelos adolescentes no CENSE Campos, nos remetem aos achados de pesquisa de Karina Biondi (2009) com prisioneiros integrantes do PCC, em que ela verificou que as facções impõem uma dinâmica, presente nas ruas, que inviabilizam a existência de uma instituição total, nos termos de Goffman, no qual há a interferência de rígidos procedimentos administrativos e institucionais no modo de vida dos prisioneiros, que alcançaria todos os aspectos das suas vidas. Para ela, não é a relação com a instituição que está em jogo, mas sim a relação entre os presos.

2.4 Instituições totais: racismo estrutural e institucional

Partimos do pressuposto da existência do racismo como elemento estruturante das relações sociais brasileiras, em que ele se materializa nas instituições sociais, visando a manutenção e gestão do poder da classe dominante branca. E acreditamos ser central para a compreensão do funcionamento de instituições como o Sistema de Justiça Criminal no Brasil, e conseqüentemente como as formas de punição foram construídas e são aplicadas nos dias de hoje, trazendo a discussão racial para este trabalho.

O Sistema Socioeducativo, mesmo tendo sua pedra fundamental assentada, formalmente, em uma natureza pedagógica das medidas, traz a punição, na maioria das vezes, como princípio orientador da prática profissional. Um sistema, cuja clientela é formada, majoritariamente, por pretos e pardos. Pois, de acordo com o último Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2017, a população parda e negra representava 56% dos adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade.

Nas relações sociais do presente é possível observar as manifestações e os resquícios do nosso passado escravocrata. Passado esse, marcado pelo projeto Estatal de tentativa de eliminação da população negra, quando não os matando, os deixando morrer, uma vez que, ainda reserva à população negra um presente perverso que se traduz nas duras estatísticas que mostram o abismo e a profunda desigualdade racial e social existentes no Brasil.

O tráfico negreiro no Brasil, enquanto atividade comercial, foi inaugurado tempos depois que Pedro Álvares Cabral chegou à Bahia, em 1500. Segundo Laurentino Gomes (2019, p. 24), “o Brasil foi o país que mais recebeu africanos, tornando-se o maior território escravista do hemisfério ocidental por quase três séculos e meio”. O autor também nos diz que foi o Brasil, o país que mais resistiu em acabar com o tráfico negreiro e o último a abolir formalmente a escravidão. Medidas que, incontestavelmente, ocasionam um impacto direto na formação, configuração e consolidação do Brasil enquanto nação. Assim:

A escravidão no Brasil foi uma tragédia humanitária de proporções gigantescas. Arrancados do continente e da cultura em que nasceram, os africanos e seus descendentes construíram o Brasil com seu trabalho árduo, sofreram humilhações e violências, foram explorados e discriminados. Essa foi a experiência mais determinante na história brasileira, com impacto profundo na cultura e no sistema político que deu origem ao país depois da independência, em 1822 (GOMES, 2019, p. 34).

Desse modo, não é possível falar da constituição do Brasil sem falar dos africanos e africanas que para cá foram trazidos, pois, como nos disse o fotógrafo Januário Garcia: “Existe uma história do povo negro sem o Brasil; mas não existe uma história do Brasil sem o povo negro”, haja vista a deportação forçada de milhares de africanos e africanas para o Brasil com o objetivo de serem usados como escravos. A presença do povo negro na conformação do Brasil pode ser vista em nosso dia a dia, transfigurado na culinária, na música, em nosso vocabulário, na arquitetura, em suma, na construção do Brasil como um todo.

Mesmo que durante séculos a história oficial tenha omitido as contribuições técnicas e intelectuais dos escravizados, negando assim, sua agência e os retratando como meros executores do trabalho braçal, a presença do povo preto também se mantém viva na cor da pele, na cara, no cabelo e no sangue de mais da metade da população brasileira. É importante lembrar que o tráfico negreiro e a escravidão na América foram um fenômeno de longa duração. Desta forma, Laurentino Gomes nos diz que:

[...] Nada foi tão volumoso, organizado, sistemático e prolongado quanto o tráfico negreiro para o Novo Mundo: durou três séculos e meio, promoveu a imigração forçada de milhões de seres humanos, envolveu dois oceanos (Atlântico e Índico), quatro continentes (Europeu, África, América e Ásia) e quase todos os países da Europa e reinos Africanos [...]. Além disso, redesenhou a demografia e a cultura da América, cujos habitantes originais, os indígenas, foram dizimados e substituídos por negros escravizados. [...] Também pela primeira vez, escravidão se tornou sinônimo da cor de pele negra, origem da segregação e do preconceito racial que ainda hoje assustam e perturbam a convivência entre as pessoas em muitos países, caso do Brasil e dos Estados Unidos. (GOMES, 2019, p. 26)

Como pode ser observado na citação supracitada, o tráfico negreiro foi um grande empreendimento colonial que impactou a América de forma direta e profunda, ou seja, estrutural. Mesmo que já tenha se passado mais de um século da extinção formal da escravidão, os seus impactos ainda são visíveis em nossos dias. Não em forma de artefatos em um museu ou memorial para que nos lembremos dos horrores de um período da nossa história, na qual seres humanos eram tratados com total desumanidade. Nem mesmo, para alertar as novas gerações sobre os horrores que a escravidão imputou aos escravizados ou sequer para reconhecer as contribuições, tecnológicas, intelectuais e laborais dos africanos na formação do Brasil.

Os mais de três séculos de funcionamento do sistema escravocrata juntamente com a opressão da elite branca sobre os escravizados negros foi de total desprezo, violência e injustiça.

O período da escravidão no Brasil foi o responsável por abrir profundas feridas coloniais na população negra e conseqüentemente impactar na construção da nossa ideia de cidadania e de cidadão. O impacto é de ordem rizomática, isto é, está profundamente enraizado em todas as partes e esferas da nossa vida social.

2.5 Racismo e suas várias facetas

Qualquer análise que tenha por objetivo a compreensão das relações sociais ou da conformação e funcionamento das instituições sociais no/do Brasil de hoje, que não leve em consideração o nosso longo histórico escravista, corre o risco de ser considerada míope para uma das grandes chagas da escravidão: o racismo. Entendemos racismo segundo a definição trazida por Silvio Luiz de Almeida (2019), de que:

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem (Almeida, 2019, p. 22).

Diante do exposto, é sabido que o grupo racial composto por pessoas pretas continua sendo subjugado e que o domínio do aparato institucional legal, (no sentido Weberiano) ainda é majoritariamente branco. Segundo Silvio de Almeida (2019, p. 22-23) o racismo não se materializa apenas em preconceito racial, ou seja, um “juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” e nem apenas na discriminação racial, que é “a distribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” que são, em sua grande maioria, manifestações de âmbito individual ou de grupos explicitadas de forma direta e/ou indireta, e que é passível de ser combatido legalmente. Dito isso, o autor nos adverte que as análises sobre o racismo e suas materializações não devem se circunscrever ao seu aspecto comportamental, ou seja, individual ou de grupo. Uma vez que as grandes mazelas geradas pelo racismo na história foram chanceladas pelo Estado e pela Igreja, Almeida (2019) nos diz que é preciso levar em conta também a dimensão institucional, ou seja, o racismo institucional, já que as

instituições são compostas por grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses. Assim, o autor nos diz que:

Sob essa perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. [...] os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2019, p. 26-27)

As instituições sociais são fundamentais para a manutenção e compreensão da sociedade, uma vez que elas também são responsáveis por gerar, organizar e distribuir poder. São moldadas e moldam os indivíduos de uma sociedade. As instituições são as responsáveis pela criação do conjunto de normas e regras de “certo” ou “errado”, “normal” e “anormal”, “bonito” ou “feio”, dos papéis sociais. As instituições estão vinculadas à ordem social da classe que a domina, visando, desta forma, resguardar o seu poder político, econômico e ideológico. O autor ainda nos adverte da importância de termos em mente a distinção analítica, feita pela Sociologia, dos conceitos de instituição e estrutura social. Isto é, são conceitos diferentes e explicam fenômenos distintos. O autor nos mostra que o racismo institucional, ou seja, a imposição de regras e padrões racistas pelas instituições está vinculado a uma estrutura social racista, ou seja, a um racismo estrutural. Em suas palavras:

[...] as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ele visa resguardar. Assim, como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente- com todos os conflitos que lhe são inerentes-, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2019, p. 31).

Diante do exposto, as instituições sociais são verdadeiras guardiãs do *status quo* e, desta forma, reprodutoras da ordem social da classe dominante de regras e padrões, em grande parte,

racista. Regras que visam a manutenção da lógica colonial assentada na inferioridade dos afrodescendentes, superioridade branca, bem como, responsáveis por organizar e estruturar a vida social. Acreditamos ser fundamental, em uma análise que se pretende compreender o funcionamento das instituições sociais no Brasil e, conseqüentemente, os padrões e comportamentos que compõem a vida social, levar em consideração o racismo e as suas várias manifestações.

É fato que a ferida colonial ainda está aberta e sangrando, uma vez que a liberdade outorgada pelo Estado brasileiro para a população escravizada em 1888 não se fez plena. Em outras palavras, a nova população livre, como nos mostra Mário Theodoro (2008) que antes era o núcleo do sistema produtivo colonial, foi legalmente excluída do acesso a terras, ao mercado de trabalho e à cidadania como um todo, criando uma massa de pauperizados abandonados à própria sorte. Assim “Mecanismos legais, como lei de Terras, de 1850, a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à migração, forjaram um cenário no qual a mão de obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente [...]”. (THEODORO, 2008, p. 19).

Afirmção que encontra acolhida nos estudos de Floresta Fernandes em obras tais como: “*A integração do negro na sociedade de classe*” ou “*O negro no mundo dos brancos*” sobre a inclusão do negro na nova ordem econômica e social após a abolição. Obras que vão nos mostrar que o projeto de abolição da escravidão inaugurado pelo Estado brasileiro foi totalmente contraditório e cruel, uma vez que nem o Estado, nem a Igreja e muito menos os senhores foram responsabilizados, ao menos, por preparar os libertos para a transição de objeto de trabalho para senhor de si e de seus dependentes.

Ao contrário, foram os latifundiários quem reivindicam indenizações do governo brasileiro por libertar sua lucrativa força de trabalho. A abolição da escravidão sem um projeto que contemplasse a segurança e a inclusão dessa população na nova ordem social, pode ser visto como um processo perverso, já que libertou os cativos da escravidão dos senhores e os legou a escravidão da pobreza e exclusão social. Assim Fernandes nos diz que:

[...] a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideias de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (FERNANDES, p. 35-36)

Olhar as desigualdades sociais as quais a população negra está majoritariamente submetida no presente a partir de uma perspectiva de raça, isto é, dos vários racismos e da condição de precariedade reservada a essa população, se faz indispensável. Por conseguinte, compreender como a exclusão da população negra na nova ordem competitiva, inaugurada pós-abolição da escravidão, a partir de declarados projetos estatais que visavam a eliminação da população negra no Brasil, mostra-se como elemento chave para entendermos o nosso momento.

Nesse entendimento, as desigualdades sociais no Brasil não são uma questão puramente de classe. Assim, olhar as desigualdades apenas da perspectiva da classe, é não levar em consideração a interseccionalidade, pois como nos ensina Carla Akotirene “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo [...] (AKOTIRENE, 2019 p. 19).”

CAPÍTULO III - OS BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA: AGENTES DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO

3.1- Burocratas de nível de rua

Weber concebe a burocracia como um aparato técnico que garante precisão, velocidade, clareza, unidade, especialização de funções e redução de custos materiais de pessoal. Já o tipo ideal de burocrata é o funcionário subordinado às regras, que persegue uma finalidade objetiva impessoal e dotado de um conhecimento técnico especializado. Ademais, para Weber as paixões e valores, isto é, escolhas e negociações são atributos do político e dessa maneira, não haveria espaço para autonomia ou liberdade de decisão a ser exercida pelo burocrata.

Segundo Gabriela Lotta (2012), a modernização da atuação e do papel do estado, a separação de funções entre burocratas e políticos, concebida pelo modelo weberiano, mostrou-se insuficiente para dar conta dos novos arranjos, distribuições e funções exercidas pelo burocrata e pelo político na modernidade.

A partir de uma série de pesquisas empíricas, Rockman e Putnam (1981, apud Lotta, 2012) delinearão um novo cenário em curso, no que diz respeito aos papéis do político e do burocrata. Os pesquisadores definem como “burocratização da política” e “politização da burocracia”. A burocratização da política ocorre quando os políticos precisam considerar aspectos técnicos em sua decisão, já “a politização da burocracia se dá em decisões que não são técnicas e que, portanto, permitem margem para negociação, acordos, busca de consensos e articulação de interesses difusos por parte da burocracia” (Lotta, 2012, p. 4). Os autores ressaltam que os burocratas, na democracia contemporânea, não se limitam a seguir apenas regras rígidas e impessoais na aplicação do seu trabalho, mas também participam como políticos do processo decisório.

Com seu conceito de burocracia do nível de rua, Michael Lipsky (2019) nos auxiliará no entendimento da relação do estado com os adolescentes que cumprem medidas de internação no CENSE Campos e pertencem a uma facção a partir do trabalho dos agentes. O autor vai chamar de burocrata do nível de rua, toda pessoa que atua na linha de frente do serviço público, em outras palavras, os indivíduos que vão constituir a principal interface entre o estado e o cidadão. Sendo burocratas, ou funcionários, os indivíduos que interagem cotidianamente com os usuários dos serviços estatais, isto é, os beneficiários das políticas públicas. O autor define burocratas no nível de rua como:

Os trabalhadores do serviço público que interagem diretamente com os cidadãos no decurso dos seus trabalhos e que têm poder substancial na execução de seu trabalho são chamados de burocratas de nível de rua neste estudo. Organizações do serviço público que empregam um número significativo de burocratas de nível de rua em relação à sua força total de trabalho são chamadas de burocracia de nível de rua. Os típicos burocratas de nível de rua são os professores, policiais e outros funcionários responsáveis pela aplicação da lei, os assistentes sociais, os juizes, os defensores públicos e outros oficiais de tribunais, trabalhadores da saúde e muitos outros funcionários públicos que concedem acesso a programas governamentais e possibilitam a prestação de serviços dentro deles. As pessoas que trabalham nesses postos tendem a ter muito em comum, porque elas experimentam, analiticamente, semelhantes condições de trabalho (Lipsky, 2019, p. 37-38).

Portanto, o encontro do cidadão com o estado se dá mediada na figura dos seus agentes públicos, que são investidos de poderes para representá-lo. Além disso, a forma como esses burocratas de nível de rua desenvolvem o seu trabalho, ao distribuir as sanções ou benefícios, vai se estruturar e delimitar a vida e as oportunidades dos usuários. “Essas formas orientam e determinam o contexto social (e político) no qual as pessoas agem. Assim, cada extensão de benefícios do serviço é acompanhada pela extensão da influência e do controle do Estado” (LIPSKY, 2019, p. 38).

O autor vai adiante e diz que esses burocratas impactam de forma variada na vida das pessoas, já que eles são os portais de acesso do cidadão aos serviços públicos e também determinam seu espaço na comunidade política, pois são eles que vão determinar a elegibilidade ou não de uma pessoa a determinada política pública. Ademais, na maioria das vezes, suas decisões são de caráter redistributivo ou alocativo. Em suma, os burocratas de nível de rua, de maneira implícita ou explícita, exercem uma relação fundamental entre o cidadão e o estado. São eles que detêm as senhas de acesso ao mundo da cidadania para o cidadão (LIPSKY, 2018).

O autor verifica, também, a existência de elementos comuns que atravessam todos os burocratas de nível de rua, mesmo havendo diferença entre as categorias profissionais, os trabalhos desenvolvidos e responsabilidades. Esse elemento é a discricionariedade sobre a alocação de benefícios ou a distribuição de sanções públicas, que pode ser entendida como uma espécie de liberdade que o agente estatal tem na aplicação da política pública. Lipsky (2019), parte do pressuposto, de que a ação individual dos burocratas, quer dizer, a construção e a vivência das regras, os estereótipos sociais, gostos e preferências dos trabalhadores vão afetar a aplicação dos serviços, podendo se tornar o comportamento da instituição. Assim:

[...] as ações da maioria dos trabalhadores do serviço público, de fato constituem os serviços entregues pelo governo. Além disso, quando tomadas em conjunto, as

decisões individuais desses trabalhadores se tomam, ou se somam, às políticas públicas da organização. Se a política do governo é a de entregar ‘mercadorias’ (como bem-estar ou habitação social) ou de conferir status (tais como ‘criminosos’ ou ‘doentes mentais’), as ações discricionárias dos funcionários públicos são os benefícios e as sanções dos programas governamentais ou determinam o acesso aos direitos e benefícios (LIPSKY, 2018, p. 37).

Gabriela Lotta (2012, p.2), nos diz que “para compreender a ação efetiva do Estado, pressupondo que os implementadores o representam e por ele respondem, é necessário entender justamente a ação e a interação realizadas por esses implementadores”. Mediante ao exposto, entende-se, os agentes de segurança socioeducativo como o principal implementador das políticas de socioeducação, isto é, um burocrata de nível de rua, pois são os profissionais que atuam de forma mais direta e contínua com os adolescentes.

Acredita-se, portanto, que entender a relação entre estado e as facções criminosas dentro do CENSE Campos, perpassa pela compreensão da atuação dos principais implementadores das políticas públicas previstas pelo SINASE, isto é, dos agentes de segurança socioeducativo. Analisar como se configuram essas relações pode nos permitir entender como esses atores sociais se relacionam com as normas oficiais e constroem seu *modus operandi* no atendimento aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e pertencem a uma facção criminosa. Tendo em vista que o SINASE tem, como premissa básica, a redução e a limitação da discricionarieidade, entender como essas relações e imbricações se dão na prática se faz necessário.

3.2 Os burocratas de nível de rua na prática

Diante do exposto, entendemos os agentes de segurança socioeducativo como representantes máximos do Estado na aplicação de uma política pública, ou seja, como burocratas de nível de rua conforme termo cunhado por Michael Lipsky (2018). Além disso, os agentes são, como nos disse Juliana Vinuto (2019, p. 20), o “coração da medida [...], o agente socioeducativo é o responsável pelos fluxos de atividade em um centro de internação”.

Por outro lado, os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, podem ser vistos como filiados das facções criminosas, uma vez que se autodeclaram ou são declarados, pelos agentes de socioeducação, como integrantes de suas respectivas fileiras. Dessa forma, sobrando pouco espaço para as exceções, passando a defender suas bandeiras e seguindo suas cartilhas. Analisar a atuação dos agentes de socioeducação a partir da perspectiva da burocracia de nível de rua, segue o caminho percorrido pelos trabalhos de (Vinuto, 2017; Ademir e Bauer, 2013;

Martins e Dias 2018), que mostraram a complexidade e particularidade em seus respectivos campos, na implementação das políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), pelos burocratas de nível de rua, que muitas vezes, como constatado por Vinuto (2017), adotam uma postura viril e agressiva, a fim de impor medo nos adolescentes. Segundo a autora “tais posturas agressivas também ajudam a camuflar o medo de lidar com adolescentes considerados criminosos em um contexto de superlotação e baixo contingente de profissionais, [...]” (VINUTO, 2017, p. 2).

Em sua pesquisa com agentes de socioeducação em duas unidades do DEGASE na cidade do Rio de Janeiro, Juliana Vinuto (2017) observou que os agentes pautam sua atuação na priorização da segurança, no controle e na disciplina. Fundamentam seu trabalho em uma postura de virilidade, como se tal postura fosse imprescindível para desenvolver a função. Essa prioridade, no caráter da segurança, pode ser útil para entendermos as principais exigências desses profissionais. Em 2017, a partir de reivindicação da categoria, foi incorporada a palavra “segurança” na nomenclatura da carreira, com aprovação da Lei nº. 7.694. O porte de armas é outra reivindicação da categoria.

Conforme ressalta Bourdieu (2008), a precarização do serviço público impacta diretamente nos funcionários que desempenham funções sociais. Já Lipsky (2019) e Lotta (2012), observam que as políticas públicas, na maioria das vezes, são atravessadas por conflitos e decisões vagas, além da falta de diretrizes e guias práticos que, conseqüentemente, impõem que cada agente público, isto é, os burocratas de nível de rua, decidam, de acordo com a sua compreensão, valores e vontades, como se comportar diante das situações. Ou seja, fazem uso da discricionariedade.

A precarização do serviço público, muitas vezes, é o motor que impele os agentes a lançarem mão de estratégias variadas, algumas vezes informais e até ilegais, para que suas atividades cotidianas possam ser realizadas. Por exemplo, às relações estabelecidas entre os adolescentes e os agentes, que dão indícios de serem construídas de modo “colaborativo”. Nesse contexto, o uso da palavra não está sendo empregado em seu sentido denotativo, pois, muitas vezes, essa “colaboração” é conseguida pela ameaça e até mesmo pelo uso da violência. Em outras palavras, pode indicar que o trabalho dos agentes de segurança socioeducativos, em várias ocasiões, parece se distanciar das diretrizes, guias práticos e de procedimentos, inerentes à sua função, no desenvolvimento das atividades cotidianas devido a precarização do serviço público, já que cada plantão emprega um procedimento distinto no desenvolvimento de uma mesma atividade.

Salienta-se que a aparente precarização do serviço, isto é, a falta de reposição de equipamentos de trabalho, por parte do Estado, o baixo quantitativo de pessoal, aparentam ser a força motora que “obriga” os agentes a lançarem mão de “soluções criativas” – uso de latas de spray de pimenta vazias, aquisição de equipamentos de segurança com recursos próprios, criação de procedimentos de segurança individualizados, rádios de comunicação que não funcionam, negociação e flexibilização de regras com os adolescentes, criação de procedimentos e regras de acordo com cada plantão ou agente, dentre outros – para a manutenção da ordem e, conseqüentemente, para o desenvolvimento das atividades laborais.

3.3 O processo de faccionalização: a triagem institucional

A discricionariedade dos agentes de socioeducação, isto é, dos burocratas de nível de rua, fica evidente no processo de triagem institucional. A triagem, ou melhor, a separação dos adolescentes que chegam à instituição para cumprir medida socioeducativa, consiste em acolher, classificar e separar os adolescentes a partir da lógica faccional existente nas ruas, ou seja, a partir do pertencimento -ou indicação- do adolescente a uma das três facções criminosas existentes no estado do Rio de Janeiro, a saber, comando vermelho (CV), terceiro comando puro (TCP) e amigo dos amigos (ADA).

A triagem institucional não é um procedimento fechado e inalterado, pois ao longo de minha atuação na unidade presenciei mudanças significativas nessa fase de ingresso dos adolescentes ao DEGASE, mudanças mais relacionadas à atuação da equipe gestora, isto é, dos burocratas de nível de rua, do que a mudanças no ordenamento jurídico, em si. No início de minha atuação na instituição, em 2015, os adolescentes que chegavam para cumprir a internação provisória, quando decidida pelo juiz, deveriam cumpri-la no prazo máximo de 45 dias, (ainda é o mesmo prazo) respeitando as hipóteses definidas em lei, ou seja, disciplinadas nos artigos 108¹³, 174¹⁴, 183¹⁵ e 184¹⁶ Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

¹³ Art. 108. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

¹⁴ Art. 174. Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.

¹⁵ Art. 183. O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de quarenta e cinco dias.

¹⁶ Art. 184. Oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, decidindo, desde logo, sobre a decretação ou manutenção da internação, observado o disposto no art. 108 e parágrafo.

Em Campos dos Goytacazes a unidade do DEGASE de internação provisória fica localizada nas dependências da unidade de internação de privação de liberdade. Os adolescentes internados provisoriamente frequentam o mesmo endereço dos adolescentes que cumprem medidas de privação de liberdade, mas em alojamento e prédio distintos. Há um projeto em curso que prevê a separação dos endereços da internação e de internação provisória - que ocupará o prédio onde funcionava o antigo Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD), no Bairro Pecuéria, mas até o fechamento desta tese, ainda não foi efetivado.

Dentro desse período de internação provisória, que teoricamente não pode passar de 45 dias, o adolescente vai para audiência e nela o Juiz decidirá pela liberação ou por uma medida socioeducativa. Em caso de uma medida de restrição de liberdade, isto é, uma medida de internação, o adolescente retorna à instituição para dar início ao cumprimento da medida estabelecida pelo juiz. No retorno o adolescente que estava alocado no alojamento da provisória passa para o alojamento da internação, local que ficará durante o cumprimento da medida.

Um fato importante desse processo é que, entre os anos de 2015 até 2019, os adolescentes depois que iam para os alojamentos da internação, tornavam-se inimigos mortais dos adolescentes de outra facção, hoje, a inimizade já se inicia na internação provisória, bem como a separação. Ao inquirir a equipe diretiva sobre o fato, eles dizem que havia, na perspectiva deles, um “acordo de cavalheiros” entre os adolescentes quando na internação provisória, nos mesmos moldes que há no sistema prisional, uma vez que eles não podiam decidir estar ou não no convívio com um adolescente de facção rival, assim eles nos dizem que:

Entrevistado 1: É mais uma questão cultural entre eles, em termo de... é um período de adaptação que é o mesmo que eles fazem quando estão no período de CDP (Centro de Detenção Provisória) na maior. Por exemplo, o preso que chegou naquele dia vai chegar, vai ficar...de um lado, se for na delegacia independente de facção, e eles vão se respeitar porque aquele momento ali não cabe a eles decidirem ou não ficar ali com contato com preso de outra facção. É um poço que eles têm que passar então eles têm que... eu vou chamar de acorde de cavaleiros, eles acabam tendo essa...

Pesquisadora: Aqui não tem?

Aqui tinha também esse acordo de cavalheiros.

Segundo os agentes, esse “acordo de cavalheiros”, passou a ser abandonado quando os adolescentes tinham um número muito grande de passagens e com um tempo de permanência igual ou próximo a 45 dias na provisória. O alto índice de reincidência de alguns adolescentes e o longo

tempo na internação provisória começou a gerar novas demandas de comportamento por parte dos adolescentes reincidentes. Acredita-se, que como há uma comunicação entre as internações, comportamentos e diálogos travados na provisória, podem ser cruciais para o aceite de um adolescente ou não no *convívio*, isto é, junto com os adolescentes que já estão no alojamento e são membros da facção a qual ele pertence ou para a qual ele será indicado quando vão para a internação, isto é, *subir*. Um adolescente na provisória que estabelece uma aliança indesejada, pode ser *cobrado* (julgado pelos outros adolescentes e receber sanções) quando chega na internação. Assim, os agentes relatam que quanto mais passagens pela internação provisória um adolescente tem e quanto maior o tempo de permanência estabelecido pelo juiz nessa modalidade de medida, maior a probabilidade desse adolescente se envolver em problemas e, geralmente, esse problema tem uma relação com o pertencimento do adolescente a uma facção, como relatado pelos agentes.

Entrevistado 2: O adolescente tinha uma expectativa muito grande de bater na provisória e ficar de 10 a 45 dias no máximo e ir embora, só que os adolescentes estão com... Esse mecanismo da provisória perde a razão, o juiz já não olha para um garoto de 3/4/5 passagens com o mesmo olhar de um com 1/2 passagens, então começaram a ficar. Então para eles estarem na provisória de forma mais calma, mais tranquila com a expectativa de sair, acabou perdendo a razão. Porque eles já sabiam que a missa dele estava encomendada, eu vou pegar internação, então eu tenho que ser o cara da facção [...].

A comparação do sistema socioeducativo com o sistema prisional é uma constante nas falas e nas práticas dos agentes de segurança socioeducativo, como pode ser observado. Os adolescentes também usam o sistema penitenciário como modelo ideal de gestão de suas vidas, quando institucionalizados, já que alegam serem tratados pelos agentes dentro do DEGASE, como crianças e não como *sujeito homem*. O *sujeito homem*, é uma categoria nativa que dentre muitas coisas, significa também uma ruptura com a infância e reivindica uma masculinidade viril e merecedora de respeito, validação e reconhecimento por parte de outros homens. Observa-se que sistema penitenciário é a régua que baliza as práticas e modos de atuação das instituições de socioeducação e por mais que o ECA tenha rompido com o paradigma menorista e punitivista, o modelo segue vivido nas práticas da execução da socioeducação e, não pode ser ignorado, já que esse modelo nos traz indícios de como as políticas de socioeducação estão sendo executadas na atualidade. Em outras palavras, as mudanças e permanências. E, conforme nos mostra Costa (s.d), não é um problema exclusivo da unidade de socioeducação de Campos dos Goytacazes ou, sequer, do estado do Rio de Janeiro, mas sim um problema que é observado no Brasil inteiro.

No Brasil, lamentavelmente, muitos centros socioeducativos possuem características similares às unidades do sistema penitenciário. Ao longo dos anos, signatariamente, as instituições de privação de liberdade para adolescentes foram aderindo às práticas carcerárias. É possível que isso tenha ocorrido quando, posterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, se passou a negar o modelo existente de atendimento que estava atrelado ao antigo Código de Menores. Quando a normativa promulgada trouxe princípios e diretrizes para o fazer, mas não deu as orientações sobre o como fazer, os profissionais mais experientes e os novos adaptaram outros modelos para delinear a prática. (COSTA, p.7)

Nessa época (2015 até 2019) a transição de um adolescente da internação provisória para a internação era feita a partir de um processo de triagem pelos agentes que indagavam os adolescentes, geralmente, no retorno da audiência a qual facção eles pertenciam, para decidir em qual alojamento e internação eles seriam alocados. E uma das perguntas era: “*E aí menor, é nós ou a gente?*”. A frase que dá título ao presente trabalho é uma categoria nativa utilizada pelos adolescentes para saber qual é a filiação faccional de outros adolescentes que chegam a unidade. Porém, a frase foi incorporada na linguagem e nas práticas dos agentes e pode ser utilizada na triagem institucional. Termo que ouvi de uma conversa, despreziosa, entre agentes durante a atuação deles na escola, quando um deles disse ter chegado para o adolescente e usado a frase com intuito de saber qual era a sua facção. Essa frase não é sempre *ipsis litteris* utilizada pelos agentes, conforme foi relatado na entrevista, mas todos os agentes vão perguntar aos adolescentes a qual facção ele pertence quando colocá-los na internação.

A incorporação de gírias e modos de falar dos adolescentes por parte dos agentes não é um fenômeno incomum. Além disso, não é difícil ouvir e até mesmo reproduzir, enquanto professora da instituição, as gírias e dialetos utilizados pelos adolescentes do DEGASE, dentro da instituição e fora dela. Volpi (2001 apud Costa, s.d.), aponta que o processo ocorre não só com os agentes, mas com todas as pessoas que têm um contato mais direto e regular com uma instituição total, já que existe um vocabulário específico só entendido por aqueles que compartilham aquele espaço, apontando esse processo como um efeito totalizante típico de instituições dessa natureza. Em sua experiência em cursos de formação com agentes de socioeducação, o autor nos diz que:

Ao realizarmos palestras e atividades em grupos com novos profissionais, constatamos que a maioria deles tinha um bom nível de expressão linguística, reveladora de que eram quase todos estudantes ou recém-formados em cursos superiores. Seis meses após a primeira capacitação reencontramos o grupo agora com experiência concreta de trabalho direto com os adolescentes internos e

tivemos a surpresa de constatar que suas expressões haviam incorporados uma série de erros, especialmente a eliminação do 's' nas palavras em plural, excessivo uso de aumentativos e diminutivos e erros básicos de concordância gramatical, além de gírias próprias dos adolescentes presos (VOLPI, 2001, p. 138-139).

Durante a entrevista com a equipe diretiva, os diretores demonstraram um certo desconhecimento em relação ao uso da frase -“É aí menor, é nós ou agente?”-, mas ao final confirmaram o uso da expressão. Aparentemente, a pergunta seria mais como uma espécie de dupla verificação de segurança, já que segundo eles, a instituição já incorpora a informação, do pertencimento faccional, nas planilhas oficiais que são passadas para os agentes responsáveis pela triagem, como pode ser conferido no excerto abaixo:

Pesquisadora: Ainda se usa a pergunta "é aí menor, é nós ou a gente"?

Entrevistado 1: Na verdade isso aí seria para identificar a facção.

Entrevistado 2: Servidor perguntando aos adolescentes?

Entrevistado 2: Não. Essa pergunta que você está fazendo na verdade "é nós ou agente", o "nóis" seria direcionado a facção do Comando Vermelho e "a gente" seria direcionado ao terceiro, e o servidor tem conhecimento disso pela própria planilha dividida por facção, então fica fácil dele identificar, agora, entre os adolescentes eu acredito que sim.

Tanto “*é nós*” quanto “*a gente*”, eram gírias comumente utilizadas em comunidades, mas com o avanço e a intensificação do tráfico de drogas elas foram apropriadas pelas facções, principalmente nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro. Deste modo, as gírias passaram a fazer parte do arsenal simbólico dos grupos, funcionando como um marcador de identidade e pertencimento. Assim, tanto os membros da facção quanto os moradores de comunidades dominadas pelo Comando Vermelho, por exemplo, mesmo não tendo nenhuma relação com o tráfico, usam, (no caso dos últimos por medida de segurança), a gíria “*é nós*”. Já as comunidades dominadas pelo TCP e ADA usam “*é a gente*”. A explicação do porque tanto o TCP quanto o ADA usam a mesma gíria não me ficou muito claro, quando perguntei aos adolescentes e a alguns agentes, as respostas giravam em torno de ter sido o ADA a última facção a ser formada e também por ser essa uma dissidente do TCP. Assim, a alocação do adolescente nos respectivos alojamentos vai depender de sua resposta.

Se a frase “É aí menor, é nois ou agente?”, não é utilizada recorrentemente pelos agentes, como eles identificam a qual facção o adolescente pertence? Como eles conseguem separar os

adolescentes para encaminhá-los para um alojamento adequado ao seu pertencimento faccional? Insisto na pergunta. Os agentes apontam, que desde a primeira aparição de um novo adolescente no DEGASE, os que já estão ali internados tentam uma comunicação para saber de onde o novato é oriundo e a qual facção ele pertence. Esses diálogos iniciais, se dão através de gritos daqueles que ficam nos cobogós dos alojamentos e veem quem entra e quem sai da unidade, dão, segundo os agentes, indícios e informações sobre os que chegam e ajudam a organizar o trabalho dos burocratas de nível de rua. É importante ressaltar, que mesmo os adolescentes estando cumprindo medida de internação provisória, por mais que seja em um prédio distinto, há uma participação desses últimos na vida dos que estão já internados, bem como uma participação em toda a movimentação da unidade através dos cobogós, já que o alojamento da provisória fica na entrada da unidade, permitindo que eles presenciem toda a movimentação da unidade. Além disso, essa localização facilita diálogos e interações com os que chegam e com os que já estão na instituição através de gritos e sinais.

Pesquisadora: Eu falo entre os agentes perguntando ao adolescente quando ele chega. Como vocês sabem de qual facção ele é?

Entrevistado: Abriu a porta da viatura vem um, veme e grita, “e aí menozão é nós?” e aí se ele não responder vem o outro “é a gente então né?”, daí faz os sinais.

Entrevistado: É geralmente... mais assim...

Entrevistado2: Abriu a viatura a gente vai saber, não precisa ninguém perguntar.

Entrevistado: É feito um sistema de porta de entrada também, onde ele é atendido pela técnica de saúde, pelo próprio agente, coordenador de plantão que vai fazer uma micro entrevista com ele nome, idade, nomes dos pais, até sapear e bater com as informações da ficha ali, fazer um confere das informações que estão no apoio, na guia de internação da delegacia com o adolescente para fazer esse confere e vai perguntar se pertence a alguma facção.

Nesse período de 2015 até 2019, quando um adolescente que não tinha uma filiação anterior, ou seja, quando ele não vinha da rua com uma vinculação faccional, muitas vezes, esse período de até 45 dias na internação provisória servia como forma de recrutamento do novo adolescente para as fileiras de uma das facções presentes na instituição. A filiação se dava por afinidade territorial e faccional, ou seja, o adolescente encontrava no DEGASE um adolescente da mesma área, isto é, bairro ou município e, por afinidade geográfica e segurança, se voluntariava como membro da facção que domina o lugar que ele mora, por mais que ele não tivesse envolvimento pregresso ou conhecesse de fato o adolescente que mora no seu bairro. Quando

falo em segurança, me refiro ao relato dos próprios adolescentes durante as aulas, quando perguntados o porquê de ter escolhido facção A ou B, eles sempre dizem que a área deles é dominada pela facção e por isso eles precisam *tirar* a medida juntos, pois ao sair da unidade e retornar ao bairro podem sofrer alguma retaliação. Desta forma, é possível observar que a faccionalização dos adolescentes acontece patrocinada pelos encontros que a unidade proporciona, isto é, de forma “voluntária”, tendo como critério as demarcações territoriais das facções.

Além dessas filiações “voluntárias”, existem as faccionalizações compulsórias via *lobby* dos adolescentes faccionalizados que já estão na instituição quando da chegada do novato. Esses, como apontado pelos agentes, exercem uma “pressão” sobre os novatos para que eles adiram à facção. Há relatos dos próprios adolescentes de que muitas vezes os métodos de convencimento para adesão a uma facção são via castigos físicos, sobrando pouco ou nenhum espaço para a neutralidade. Deste modo, os agentes nos dizem que:

Entrevistado: Existem adolescentes que entram sem facção e em questão de dois ou três dias, pelo convívio na internação provisória ou por pressão de garoto A, B ou C, eles levantam a mão e se dizem pertencer a uma determinada facção.

Entrevistado2: Geralmente por causa do bairro onde ele mora. Se a localidade onde ele mora é dominado pela facção X ele tende a ser *abraçado*, como eles dizem aí, por essa facção. Porque eles já têm um conhecimento mesmo que não tenha afinidade com a facção, ele tem afinidade com um membro da facção, com um CPF, um fulano...

Pesquisadora: Como assim?

Entrevistado: Ele mora naquela rua, tem os mesmos colegas, os mesmos amiguinhos, só que ele não entrou na facção. Eles por terem certa familiaridade com algumas pessoas da facção, eles começam a falar: “tem meu amigo fulano, meu amigo beltrano, então eu vou dizer que pertenceo também”, acontece.

Pesquisadora: Isso você tá deduzindo ou eles te falaram isso?

Entrevistado: Essa linha de raciocínio realmente acontece por afinidade pessoal, pelo bairro que mora. Só pra contextualizar: um garoto entrou aqui porque, sei lá, cometeu um homicídio, mas sem relação alguma com o tráfico... aí é a primeira passagem dele, foi um ato destemperado que acabou matando a pessoa. Ele vai entrar aqui e no primeiro momento vai dizer que não tem facção, que não tem relação com o tráfico de drogas, só que por ele morar no bairro tal que é dominado pela boca tal da facção tal e os amigos dele que estão ali na sela a, b ou c ele passa um, dois dias e eles começam a dizer “eu sou terceiro, eu sou comando ou eu sou ADA”. E mesmo, às vezes não tendo ligação e até por uma questão de blindagem ele se diz pertencente a um grupo.

Outra forma de faccionalização presente dentro da instituição, é quando o próprio burocrata de nível de rua indica novos adolescentes para pertencer a facção, isto é, quando o

agente de segurança socioeducativo mobiliza seu conhecimento empírico para indicar um novo adolescente para integrar o alojamento pertencente a uma facção específica. Em outras palavras, quando o adolescente no período de provisória não se autodeclarou pertencente a uma facção e nem foi “convencido” por outros adolescentes a integrar um grupo, fica a cargo do agente fazer essa indicação a um grupo. Logo, a triagem é também uma forma de faccionalizar o adolescente, uma vez que ao ser alocado em um alojamento, ele será obrigado a performar esse pertencimento a facção com a qual ele foi identificado. A classificação de uma adolescente para um alojamento acontece, muitas vezes, a partir do conhecimento do agente sobre qual facção domina determinada área, bairro ou município, além das informações coletadas por eles com o próprio adolescente nas “micro entrevistas”. Informações que serão determinantes para o agente encaminhar o socioeducando para o alojamento da facção que atua no logradouro de origem do novo interno, mesmo o adolescente não declarando uma filiação pregressa. Conforme nos aponta na entrevista:

Pesquisadora: Então vocês perguntam aqui (a facção) quando chegam?

Entrevistado: Sim. Vai perguntar "você pertence alguma facção?", eles respondem "não senhor", qual lugar que você mora, na área que você mora tem facção, tem alguma facção de domínio? "Tem o Terceiro Comando, Comando Vermelho ou ADA", "você tem algum envolvimento, conhece alguém de lá?" "conheço e tal", por ali você já passa ter uma ideia do grau de envolvimento dele justamente para você adequar, ou vai para esse alojamento, ou vai para esse ou para o alojamento que não é de facção nenhuma, que é aquela pergunta inicial que é para poder fazer uma identificação. Então é feito essa micro entrevista, essa porta de entrada, ele vai passar pelo setor de saúde para ver se ele tem alguma queixa, alguns sintoma gripal, algo nesse sentido, agora está com esse caso de covid, mas antes a gente já fazia também essa avaliação para ele falar se sente alguma dor, se toma remédio controlado, se faz algum tratamento de saúde, então dentro do possível é feito essa... Então ali ela já fala para o servidor se ele é Terceiro Comando, então não tem tanta essa necessidade, mas entre os adolescentes sim, é comum. Ele vai chegar na escola principalmente se ele for de provisória, se tiver subindo para uma visita, alguma coisa assim o adolescente vai perguntar, até porque nem todos são da mesma área. Então assim...

A equipe gestora, durante a entrevista, fala em alojamento para os adolescentes sem facção, porém, ao serem questionados se haveria espaço físico para essa configuração, dizem que no período compreendido de 2015 até 2019, quando a unidade passava pela superlotação, não era possível ter um espaço para adolescentes sem facção. Entretanto, a partir do habeas corpus coletivo do Fachin em 2019 e com o Juiz responsável respeitando veementemente a capacidade máxima da unidade, é possível, segundo a equipe diretiva, separar os adolescentes que não se

declaram pertencentes a nenhuma facção. Porém, na ocasião da entrevista eles disseram não ter nenhum adolescente sem facção.

Pesquisadora: Entendi. E aqueles casos que não têm facção? Mesmo assim, o garoto não quer se envolver com facção, e aí, o que vocês fazem?

Entrevistado: Aí a gente tem que ter um tratamento um pouco diferenciado no sentido de salvaguardar a integridade física dele, geralmente ele mesmo faz a declaração de não pertencer e não querer pertencer etc.. E ele pede para que fique sem que seja apartado dos demais.

Pesquisadora: E vocês têm condições físicas no sentido da capacidade da unidade de atender essa demanda?

Entrevistado: Hoje sim, hoje a gente consegue, em 2021. Quando a unidade tava com 200/300... não

Entrevistado: Na verdade, desde quando o Fachin colocou a decisão de não superlotação e o juiz Dr Claudio, daqui de Campos, da comarca adotou, seguiu a risca a gente consegue desde 2019, com certa tranquilidade.

Pesquisadora: E a área específica para os sem facção?

Entrevistado: Tem alojamento, tendo demanda, tendo adolescente....

Pesquisadora: E este alojamento, está vazio ou cheio?

Entrevistado: Hoje tem 3 alojamentos vazios.

Entrevistado: Dependo do bloco.

Pesquisadora: Não, mas eu falo assim, tem adolescentes sem facção?

Entrevistado: Hoje não tem ninguém que se intitula sem facção.

Sabendo que na ocasião não existia nenhum adolescente sem facção, pergunto pela existência do *alojamento da bênção*, que havia sido inaugurado mais ou menos entre 2017 e 2018. Em 2019, quando sai de férias escolares, este alojamento, bem como seus integrantes, ainda existiam, mas, não tinha certeza da sua existência em 2021, haja vista ter ficado praticamente o ano de 2020 inteiro sem frequentar a instituição por conta da pandemia de Covid-19. O *alojamento da bênção*, como era denominado pelos adolescentes e pelos agentes, foi criado a partir da demanda, mais especificamente, de um adolescente que estava na unidade respondendo por homicídio.

O adolescente, inicialmente se auto declarava pertencente ao comando vermelho da região dos lagos e estava em sua primeira passagem pelo DEGASE. Foi também na unidade que o

adolescente, a partir do trabalho religioso realizado pela Igreja Universal, aderiu ao neopentecostalismo. A partir dessa experiência, o adolescente e alguns outros do mesmo alojamento, demandaram dos gestores da unidade um alojamento exclusivo para os que estavam na bênção. A adesão religiosa na unidade funcionava como um recomeço, um distanciamento do mundo do crime e o abandono da ideia “envolvido” (Cecchetto, Muniz, Monteiro, 2018), além de uma jornada heróica (Mesquita, Pereira, 2023). Além disso, a adesão demanda novas performances, tais como leitura da bíblia, pregação e, principalmente, uma desfaccionalização, ou seja, não mais se declarar pertencente a uma facção. Entretanto, como pode ser verificado na entrevista, o alojamento foi desfeito assim que os adolescentes foram saindo.

Pesquisadora: E os religiosos? Eu lembro da época do Josué¹⁷ que era do alojamento da bênção

Entrevistado: Tinha o alojamento da bênção.

Pesquisadora: Este alojamento ainda existe?

Entrevistado: Não, este alojamento foi desfeito desde que o pessoal perdeu a fé. (risos)

Pesquisadora: Risos. A fé foi embora junto com ele?

Entrevistado: A fé foi embora e aí... mas hoje nós temos o alojamento da monitoria que é basicamente uma bênção, só que uma bênção pelo trabalho, não é bênção porque é religioso, são adolescentes que moram aí...

Entrevistado: Eles têm um convívio tranquilo, eles conseguem rodar em tudo, em todas as frentes aqui, em todos os alojamentos vamos dizer assim sem que haja esse atrito, você é da facção tal ou foi da facção. E aí geralmente neste alojamento estão os adolescentes que não tem ou tenham um envolvimento menor, menos arraigados com as facções, geralmente funciona assim.

Depois do alojamento da bênção ter sido desfeito, surgiu o alojamento dos monitores. Os monitores eram adolescentes que tinham um bom comportamento e desenvolviam atividades laborais na unidade, mas o projeto não durou muito tempo.

Em 2018 o *habeas corpus* (HC) coletivo número 143.988/ES, impetrado pela Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES), que visava acabar com a superlotação e todos os problemas advindos dela, já que desde 2013 eram registrados e encaminhados, pela DPES, relatos de violação de direitos humanos nas unidades de socioeducação do Espírito Santo (Instituto Alana, 2022). No contexto, foi deferida no Espírito Santo, em agosto de 2018, o HC

¹⁷ Nome fictício

que fixava o limite de internos nas unidades de socioeducação em 119% de sua capacidade (MPPR, 2020)¹⁸. Em maio de 2019 a decisão foi estendida para as unidades de socioeducação de outras unidades da federação, incluindo o Rio de Janeiro. Na nova decisão, as unidades deveriam respeitar o limite de 100% de sua capacidade de ocupação. Em maio de 2020, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), cujo relator foi o Ministro Edson Fachin, em sessão virtual, julgou o *habeas corpus* coletivo n.º 143.988/ES e entendeu como inadmissível a superlotação nas unidades de socioeducação e que a internação deve observar o limite de 100% da capacidade, ação que fez com que muitos adolescentes tivessem a medida de internação revogada ou substituída por medidas em meio aberto.

Em 2020, a pandemia de Covid-19 obrigou o Sistema de Justiça Juvenil a repensar a aplicação da internação, medida que, mesmo sendo prevista como excepcional, como nos mostra Vinuto (2020), nunca foi tratada como tal. Deste modo, o Conselho Nacional de Justiça, através de sua recomendação N.º 62, de 17 de março de 2020 – que contempla tanto os sistemas de justiça penal e o socioeducativo – recomendava uma série de medidas preventivas a propagação do vírus, desde a aplicação preferencial de medidas em meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida), bem como revisão das decisões que determinaram a internação provisória e a internação, visando a sua substituição por medidas em meio aberto ou a suspensão ou remissão. Medidas que levaram o DEGASE de Campos a eliminar a superlotação que era um dos seus maiores problemas.

A triagem institucional que separa adolescentes por facção condiciona não só para qual alojamento o adolescente será encaminhado, mas também toda a sua trajetória na instituição. Ou seja, a partir da escolha ou indicação de pertencimento a uma facção, o adolescente fará aliados e, conseqüentemente, inimigos. Isso ocorre porque escolher ou ser indicado para pertencer a uma facção é declarar inimizade às demais. A adesão, seja ela espontânea ou indicada, condicionará os modos de pensar, agir e sentir dos adolescentes dentro da instituição, uma vez que cada facção estabelece suas regras de convivência dentro dos alojamentos, local onde os adolescentes ficam durante o cumprimento da medida. Essas regras derivam tanto das prescrições da facção na *pista*, isto é, na rua, como algumas elaboradas especificamente para se adequar às regras da unidade. Essas diretrizes é que vão determinar punições, em caso de *vacilação*, categoria nativa para quem não respeita as regras estabelecidas dentro do alojamento, vão determinar as palavras que podem

¹⁸ Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/2020/08/343/SOCIOEDUCAO-STF-limita-ingresso-de-adolescentes-nas-Unidades-de-Internacao.html>. Acesso em 05 dez. 22.

ou não serem ditas e utilizadas em seu vocabulário e, até mesmo, as normas que determinam o dia que os adolescentes podem *quebrar*, ou seja, se masturbar.

A triagem, isto é, a separação de adolescentes por vínculos faccionais em unidades de socioeducação não é uma exclusividade do estado do Rio de Janeiro e, sim, uma realidade presente em várias unidades de socioeducação Brasil afora, como mostrado nos trabalhos de Rodrigues (2020), Carvalho (2021), fruto de pesquisas com adolescentes em unidades de socioeducação de Alagoas, e, também, por Miranda e Paiva (2023), no Rio Grande do Norte. Nesses trabalhos é possível observar que a lógica faccional das ruas transborda para dentro dos muros das instituições destinadas à socioeducação e esse movimento condicionará o funcionamento institucional e coloca em xeque a ideia de instituição total aos moldes Goffmanianos.

Mesmo quando a superlotação deixou de ser um problema no DEGASE de Campos, a separação por facções continuou a delinear a configuração da unidade. Mais do que isso, hoje a triagem já acontece desde a internação provisória que passou também a ser dividida por grupos específicos. Segundo os gestores da unidade, a divisão se faz com objetivo de assegurar a integridade física dos internos, já que a rivalidade das ruas, que muitas vezes é a causa que leva os adolescentes até a instituição, não cessam quando eles ingressam no CENSE. A rivalidade das ruas se traduz em tensões e transbordam para desfechos violentos envolvendo desde agressão física, troca de tiros, tentativa de homicídios e quando não raro, a consumação do homicídio. Assim, um dos gestores afirma que:

Como diz o ditado popular de “a ocasião faz o ladrão”, então a gente não deixa criar a ocasião porque pode acontecer dele não ter, vamos dizer assim, a calma, não sei bem se esse é o termo, de fazer essa retaliação na pista ou se ele vai ver a oportunidade ali, a ocasião e fazer com que retalie o outro. Então a gente vai vendo esse clima mais pesado e começa a apartar um, apartar outro para poder evitar e resguardar a integridade física do interno (Entrevista, agente socioeducativo, julho 2021).

Nesse período de 2015 a 2019, a unidade passou por muitas mudanças, como apontado acima, e a principal, sem dúvidas, foi o fim da superlotação. O fim da superlotação permitiu que os gestores reconfigurassem a unidade de acordo com as suas perspectivas laborais. E uma das principais mudanças realizadas pela equipe diretiva foi separar os adolescentes por facção não mais na internação, mas sim desde a sua chegada na internação provisória. Em outras palavras, o processo de triagem faccionaliza o adolescente, hoje, desde o primeiro contato com a instituição, conforme apontado na entrevista.

Pesquisadora: Então se fosse datar esse momento de separação seria o que? 2019, 2020?

Entrevistado: No início da nossa gestão, em 2019.

Pesquisadora: Então foi na gestão de vocês que se estabeleceu essa divisão?

Entrevistado: Sim, por divisão. Quando a gente abriu, a gente separou quando saiu já em junho a questão do Fachin, que aí tomou-se possível. E assim, a gente visando o bem estar, é possível separar?

A separação passa pela discricionariedade dos burocratas de nível de rua, sendo o argumento da segurança a base que justifica a divisão da internação provisória por facção, pois, conforme a equipe diretiva afirma, a reconfiguração da provisória por facção foi uma iniciativa da gestão deles, com vista a um melhor atendimento dos adolescentes. Principalmente visando evitar conflitos oriundos da *pista* e salvaguardar a integridade física dos adolescentes. Separação que só foi possível com o fim da superlotação, pois a unidade que foi projetada inicialmente, para comportar 96 adolescentes já chegou a abrigar mais de 300 internos. Assim eles nos dizem que:

Pesquisadora: Então a gente pode pensar isso(separação da internação provisória por facção) como um plano da gestão de vocês?

Entrevistado: Sim, sem dúvida. E aí o que acontece, a partir do momento que se tornou possível fazer essa separação, ficou confortável para que fizesse, teve condições físicas de fazer a gente achou muito melhor porque é mais seguro, é o que a gente tinha te falado, é aquela questão que não dá para dividir por complexidade física, por idade e nem tipo de crime, a gente acaba dividindo por facção. Na provisória nem por facção dava porque era superlotação e gente entrando toda hora, e é um número reduzido de vagas para a provisória. Hoje são 76 para internação e 20 para provisória, aí por exemplo, a gente chegava a ter antes disso 80/96 na provisória, era inviável você conseguir dividir esse número altíssimo. O grande problema seja do sistema carcerário, seja do sistema socioeducativo, hoje é superlotação, é o que mais causa problema para tudo, porque a superlotação, eu costumava dizer sempre aqui. Hoje não falta água, não falta colchão, uniforme, higiene, alimento, tudo direitinho, tudo sendo *pagó* conforme preconiza a legislação. Antigamente eu costumava a falar, "cara, não é que falte colchão, sobra adolescente, sobra interno", pô, eu tenho uma unidade para 96 e atendia quase 300, ou seja, me sobrava adolescente, me sobrava interno, não me faltava nada. Porque se você constrói um prédio até em relação à escola, você sabe que a escola tem uma capacidade de atendimento X, e de repente eu coloco 4x a quantidade, 3x vão ficar sem atendimento, é humanamente impossível você conseguir colocar todo mundo para fazer.

Cabe lembrar que a única previsão legal quanto a classificação e separação de adolescentes no que diz respeito a medida privativa de liberdade é a prevista no Artigo 123 do ECA que diz que deve ser “obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição

física e gravidade da infração” (Brasil, 1998), dispositivo que, como pode ser observado, é conscientemente desconsiderado. Mesmo quando a superlotação deixou de ser um problema, a separação por facções continuou a ser o critério que determina a configuração da unidade. Na entrevista ao questionar os gestores sobre a separação dos adolescentes por facção ser uma forma de reconhecimento estatal da existência desses grupos, eles disseram o seguinte:

Pesquisadora: Tá, vocês já me disseram aí os motivos. E como surgiu essa coisa vamos separar a provisória. Tipo vocês sentam e conversam sobre isso, há uma determinação, há uma previsão legal de separar os adolescentes por facção com esse objetivo de salvaguardar a integridade física deles?

Entrevistado: O estado não reconhece facção criminosa, ele não reconhece poder paralelo.

Pesquisadora: Mas quando vocês separam, vocês estão reconhecendo.

Entrevistado: [retomando], aí a gente separa baseado na questão de integridade física. O SINASE, por si só, ele orienta que faça a separação por compleição física, por tipificação de crime e até por idade.

Pesquisadora: E vocês conseguem fazer isso aqui?

Entrevistado: Não. Porque se for fazer por exemplo, separar sempre nesses 3 eixos aí de compleição física, idade e tipo de crime e não der atenção a questão da facção é um outro problema. Eu vou colocar facção A com facção B na mesma cela e vou criar uma situação que eu vou pôr em risco a vida do adolescente, do próprio agente ou dos fatores envolvidos na socioeducação. O bem maior é a vida, então a gente acaba fazendo essa separação mais voltada, de forma que a gente tenha o melhor cenário possível para garantir o bem estar, mais do que atender essa nomenclatura, essa orientação do SINASE..

A divisão dos adolescentes a partir da sua autodeclaração de pertencimento a uma facção ou a indicação por parte de um agente do estado – que terá o território do adolescente como referência para classificá-lo – vai gerar efeitos inesperados. Dentre esses efeitos inesperados, patrocinados pela triagem institucional, ou processo de faccionalização, como denominamos aqui, podemos destacar, por exemplo: o intercâmbio e a construção de redes entre adolescentes de uma mesma facção, mas que são de municípios e/ou bairros distintos, e a filiação de novos membros para a facção. Além disso, observou-se durante a pesquisa de campo, que a faccionalização vai patrocinar entre adolescentes, da mesma facção, a criação de laços morais, de solidariedade, de obrigações mútuas, de proteção e de retribuição de favores dentro e fora da unidade. Já as interações e relações entre adolescentes pertencentes a facções rivais serão motivadas pelo conflito com vistas à eliminação física do outro, dinâmica das ruas e bairros comandados por essas facções, que vão ser reproduzidas na unidade, fazendo com que toda a dinâmica da instituição funcione segmentada pela existência das facções e seus membros.

Dias e Ribeiro (2019), ao analisar a conformação de redes criminais transnacionais, compreendem os presídios como uma peça central na construção das redes. Desta forma, os autores veem o encarceramento em massa como um dos “elementos que se conectaram e transformaram as dinâmicas ilícitas no Brasil, sendo cruciais para compreender a conformação da prisão como *hub* de redes criminais das facções criminosas e as suas redes transnacionais.” (DIAS; RIBEIRO, 2019, p. 100).

A partir do exposto, observa-se que as ações estatais contribuem para manutenção e fortalecimento das facções, assim conforme mostrado também por Miranda e Paiva (2023, p. 196), no excerto que nos diz que “ao traçarmos uma genealogia das facções criminosas em diferentes países, encontramos sua origem precisamente naquilo que é utilizado para combatê-las: as prisões”. Fenômeno, na atualidade, também observado nas unidades de socioeducação, pois, segundo os autores:

[...]o sistema socioeducativo contribui para intensificar o poder desses coletivos criminosos armados, tendo em vista que tal medida promove a formação de células socioeducativas com adolescentes que organizam a experiência nas unidades a partir da lógica das facções. Além disso, em alguns casos, os adolescentes são coagidos a fazer parte dessas células, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de uma prática socioeducativa atrelada não à ruptura com a trajetória infracional, mas ao seu oposto. (MIRANDA; PAIVA, 2023, p. 202).

Deste modo, a partir do exposto e da perspectiva de burocrata de nível de rua, cunhado por Lipsky, podemos entender as práticas dos agentes de socioeducação, isto é, dos burocratas de nível de rua como a materialização das práticas governamentais na entrega das políticas públicas de socioeducação. E, a partir disso, concluir que os agentes estatais vão conferir, muitas vezes, aos adolescentes o status de pertencente a uma facção ao separá-los dentro do DEGASE. O processo de triagem, neste trabalho, é entendido como um processo de faccionalização dos adolescentes capitaneado pelo Estado, já que ele visa classificar, separar e destinar o adolescente para um alojamento específico de acordo com uma facção. Em outras palavras, observa-se o Estado, via seus agentes, como um grande agenciador e patrocinador de novos membros para as facções criminosas, isto é, contribuindo para a existência e fortalecimento das facções dentro da unidade, e conseqüentemente, fora dela. Um efeito inesperado, que patrocina novos vínculos e possibilidades de atuação dos jovens dentro das facções, seja em seu território ou outros bairros e até mesmo outros municípios.

3.4 O dentro e o fora: vasos comunicantes

A atuação dos burocratas de nível de rua, isto é, dos agentes dentro da socioeducação não se limita às atividades e aos problemas internos, uma vez que os fluxos e acontecimentos externos também impactam diretamente na dinâmica interna e, intrinsecamente, no trabalho dos agentes. Os acontecimentos externos fazem com que as práticas laborais dos agentes sejam continuamente redefinidas. A comunicação entre o dentro e o fora ocorre através do que Godoi (2015), em sua pesquisa em prisões paulistas, denominou como vasos comunicantes, isto é, o contato entre o dentro e o fora da instituição total. Assim, Godoi define vasos comunicantes da seguinte forma:

Pode ser considerado um vaso comunicante toda forma, meio ou ocasião de contato entre o dentro e o fora da prisão. Trata-se de uma articulação particular que, ao mesmo tempo, une duas dimensões da existência social e define uma separação fundamental entre elas. Os vasos colocam em comunicação dois “mundos”, no entanto, não são desprovidos de bloqueios: neles, múltiplas negociações, determinações, poderes e disputas operam a diferenciação do que entra e sai, dificultando ou facilitando acessos, registrando (ou não) as passagens e estabelecendo destinações. (GODOI, 2015, p.136).

Nesse sentido, as dinâmicas das ruas que entram na instituição através dos vários vasos comunicantes gerará impactos no cotidiano da unidade. Por isso, a equipe diretiva se mantém atenta aos movimentos das facções, tanto nas ruas, quanto dos seus integrantes que estão dentro da unidade. Segundo Godoi (2015, p. 136), “a maior parte dos vasos comunicantes são vias institucionalizadas, previstas e reguladas pela legislação penal, como a visita semanal dos familiares, a visita íntima e o atendimento de um advogado”. Mesmo não sendo regido pela legislação penal, as leis e diretrizes que regulamentam a socioeducação também prevê os mesmos direitos no que tange a visita familiar e a assistência jurídica aos adolescentes. A visita íntima também é prevista no SINASE em seu Art 68¹⁹. Entretanto, na prática essa modalidade de visita é veementemente negada aos adolescentes, ao menos no caso em tela.

Tanto os agentes quanto os adolescentes dispõem de fontes, isto é, vasos comunicantes para se conectar e se atualizar sobre o mundo externo. Entretanto, observou-se, na presente pesquisa, que algumas vias de comunicação são de uso exclusivo de cada grupo, que chamaremos aqui de vasos comunicantes comuns e de vasos comunicantes particulares para acessar o fora. Assim, tanto os agentes quanto os adolescentes usam a televisão e/ou o rádio, chamados por

¹⁹ Art. 68. É assegurado ao adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável o direito à visita íntima

Godoi (2015, p. 137) de vasos eletrônicos, que no nosso entendimento pode ser compreendido como vaso comunicante comum. Deste modo, quando um familiar provê esse vaso eletrônico, permite aos adolescentes saber o que está acontecendo no mundo externo, principalmente, assuntos relacionados a “guerra das facções” e homicídios. A partir dos noticiários regionais e locais, muitas vezes, ficam sabendo dos acontecimentos relacionados ao seus bairros. Temas que vão inundar a unidade e impactar nas práticas cotidianas entre adolescentes e agentes e entre os próprios adolescentes.

Além desses meios comuns, existem o que denominaremos aqui de vasos comunicantes particulares, como já foi apontado. Tanto os agentes como os adolescentes contam com fontes exclusivas para se atualizar sobre os acontecimentos do mundo externo e, conseqüentemente, organizarem suas atuações dentro da instituição. Ainda que legalmente institucionalizada, esses vasos comunicantes que articulam o dentro e o fora de forma particular darão informações exclusivas e, até mesmo, sigilosas aos seus respectivos grupos. Por exemplo, os agentes contam, conforme relatado na entrevista, com o auxílio da inteligência da polícia para se informar sobre a atuação das facções no município. Um vaso comunicante que os adolescentes não terão acesso, logo, um vaso comunicante particular. Assim, um dos entrevistados da equipe diretiva nos disse que:

As próprias ocorrências tanto externas. No noticiário, fulano matou Beltrano, a facção X invadiu... isso já é um sinal. A gente é alimentado pela inteligência também em relação a um boletim diário de acontecimentos do mundo externo, extramuros em relações as facções, e aqui dentro também, você percebe pelo clima, pelo surgimento de desentendimentos frequentes, porque dificilmente a coisa já começa num grau altíssimo, não é impossível, mas geralmente começa com os desentendimentos. (Entrevista, agente socioeducativo da equipe diretiva, julho 2021)

Já os adolescentes ficam sabendo de notícias, específicas de seus bairros ou de ex-internos, isto é, notícias que não são televisionadas, através da visita do familiar. As informações vão desde o fato desse ex-interno ter *mudado de vida*, isto é, abandonado o crime, como também ter *pulado* de facção (categoria nativa para o adolescente que era filiado a uma facção e passa a ser filiado a uma facção rival), ter arrumado confusão no bairro, ter cometido um homicídio ou de sua morte. É também através desses vasos comunicantes particulares que os adolescentes se atualizam a respeito das novas ordens faccionais em seus respectivos bairros e essas informações vão patrocinar a necessidade deles se (re)organizarem, quando necessário, dentro da unidade. Uma vez que os vasos comunicantes, segundo Godoi (2015, p. 136), “[...] possibilita a criação e o fortalecimento de vínculos entre o dentro e o fora”. Além disso, um

familiar não estabelecerá com os agentes tal diálogo, sendo as informações passadas/dadas de uso exclusivo do adolescente.

Além da articulação entre o fora e o dentro, observamos que os vasos comunicantes, no caso em tela, também servem para articular as estruturas internas que encontram-se separadas por barreiras físicas, isto é, o dentro e o dentro. Essa conexão diz respeito aos adolescentes que ficam em alojamentos distintos e não frequentam simultaneamente as áreas comuns da unidade. Cabe dizer, que mesmo não compartilhando as dependências físicas os adolescentes se comunicam através dos vasos comunicantes. Deste modo, os vasos comunicantes servem tanto como mediação entre o mundo externo e o interno, quanto como meio de mediar as interações dentro da própria unidade. Essa mediação contempla tanto adolescentes da mesma facção quanto adolescentes de facções rivais. Trataremos do tema com maior acuidade no capítulo dedicado aos adolescentes.

3.5 Discricionariedade: um peso, duas medidas

Observar os procedimentos adotados para o acesso a uma instituição se faz importante para que possamos compreender o seu funcionamento e os atores que dão vida a ela. Conforme já apontamos no capítulo dois, toda instituição social guarda suas regras e formalidades quanto ao acesso e permanência em seu interior, porém verifica-se que algumas são mais rígidas, outras nem tanto. Ao longo do meu tempo de trabalho no DEGASe, pude observar que não há uma padronização de muitos dos procedimentos adotados na instituição, evidenciando o que Lipsky (2018) chama de discricionariedade, isto é, uma liberdade que o agente estatal tem na aplicação da sua atividade. Ao menos não há uma adoção cotidiana e uniforme dos procedimentos de segurança e que os protocolos adotados vão depender do plantão, do agente e a quem se dirige, isto é, das credenciais associadas à autoridade de quem entra. Em outras palavras, é a discricionariedade que dá a tônica aos procedimentos de segurança. Os procedimentos serão acionados ou flexibilizados se é direcionado a um funcionário, a um representante religioso, a um operador da lei, a um policial ou aos familiares dos adolescentes, pois para cada um dos indivíduos há um tratamento e um protocolo específico.

Quando penso nas credenciais, é possível pensar que a dispensa da formalidade se dá não pela via de um grau de importância ou confiabilidade da pessoa na instituição, mas, talvez, pode ser pautada no grau de irrelevância que é atribuída ao indivíduo e na ideia de uma possível previsibilidade e controle da rotina de trabalho. Isto é, a diretora ou um professor que frequente a instituição e acesse ela sem um alto grau de formalidade, quando nos procedimentos de segurança

da portaria, pode ser lido pelos agentes como alguém que não goza de poderes para alterar ou impactar o trabalho deles, logo, alguém irrelevante com os quais é possível fazer uma economia dos procedimentos de segurança que deveriam ser acionados diariamente quando da entrada e saída desses atores.

Trago esta reflexão porque em minha primeira visita à unidade (relatada no capítulo I) fiquei surpresa com a flexibilidade de acesso de uma pessoa estranha, mesmo estando acompanhada de alguém de dentro, por se tratar de uma unidade de socioeducação. Além disso, minha experiência como pesquisadora em uma instituição total me fazia acreditar que haveria um rigor maior para acessar o interior do DEGASE, mesmo que no primeiro momento não tivesse nenhuma relação com pesquisa acadêmica, mas, como já disse, por se tratar de alguém desconhecida.

Quando mobilizo minha experiência, me refiro à primeira pesquisa que realizei em uma instituição total. A investigação consistiu em um trabalho de campo realizado para subsidiar minha monografia de conclusão de curso de graduação realizado no ano de 2011 no presídio feminino Nilza da Silva Santos, que na época chamava-se Carlos Tinoco da Fonseca. Nessa instituição havia toda uma burocracia e rigor no que diz respeito a minha entrada e permanência na instituição. Na ocasião, desde minha primeira visita até o último dia de campo, sempre tive minha bolsa revistada, identificação e registro mediante apresentação de documento oficial com foto, acautelamento do telefone celular na portaria e a desconfiança da minha presença ali por parte de um dos agentes da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), que era responsável pela portaria e muitas vezes, quando de posse de meu documento de identidade, perguntava se eu tinha algum parentesco com alguma das internas. Pergunta que foi recorrente, mesmo explicando repetidas vezes, desde o primeiro dia em que fui atendida por ele, qual era o objetivo das minhas visitas e já ter respondido que não tinha nenhuma parente minha presa nessa ou em qualquer outra instituição do gênero.

A recorrência na abordagem do agente me levou a concluir que o fato de eu ser uma mulher negra, não me vestir com roupas e acessórios caros, portar um sobrenome popular facilmente encontrado na população brasileira e não gozar de nenhuma credencial com uma dimensão de autoridade, levava o experimentado agente da SEAP a me colocar na única “caixa” possível para pessoas como eu: ou presa ou parente de presa. Isso porque, simbolicamente, havia mais elementos visíveis que me aproximavam do que me distinguia das minhas interlocutoras. Talvez, frequentar a instituição na condição de pesquisadora, enquanto estudante de uma universidade pública, isto é, ter apenas a credencial de estudante da UENF, não tinha valor de troca nesse mercado. Pelo contrário, perturbava a ordem das coisas para aquele indivíduo forjado

em uma sociedade estruturada no racismo, que tem em sua atividade laboral, o “conforto” de confirmar tudo que as teorias racistas pregaram e pregam ao longo da história, haja vista a população carcerária do Brasil ser composta por um alto quantitativo de indivíduos de cor-alvo, isto é, por pessoas negras, que quando não são mortas ou deixadas para morrer, são encarceradas.

Além da pesquisa no presídio feminino, em 2013 iniciei uma investigação, com objetivo de colher dados primários para minha pesquisa de mestrado, no Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro (BOPE-RJ). A formalidade e a burocracia também foram exigidas na primeira visita e nas demais. A identificação mediante a apresentação de documento oficial com foto, registro na portaria e com agendamento prévio das minhas idas a campo eram sempre necessárias. Havia, também, uso de um crachá indicando o meu lugar de “visitante” na instituição, pois a medida que fui frequentando a instituição, e arrisco dizer, me tornando familiar/frequente, me diferenciar de alguém, possivelmente de dentro, se tornou necessário. Desta forma, acreditava que esse comportamento também seria exigido para adentrar em uma unidade de socioeducação.

Dito isso, no DEGASE, quando fui à unidade pela primeira vez na condição de pesquisadora, o fiz na companhia de uma defensora pública. Nessa ocasião, pude observar um protocolo de segurança bem distinto do que havia presenciado em minha primeira ida com a diretora da escola e também das minhas idas semanais como professora que atua na instituição. Ao chegar ao CENSE com a defensora, ela se identificou por nome e número de matrícula, e em seguida, anunciou-me pelo nome e o motivo da minha presença ali. A partir disso, o agente solicitou que eu me identificasse pelo nome completo e o número de um documento oficial de identificação. Confesso que foi um momento meio esquisito, pois fiquei pensando se o agente não havia me reconhecido, afinal, eu o reconheci. Era um rosto que sempre me via entrando na unidade. Porém, acredito que um dos motivos para tamanha formalidade, pode ter uma relação direta com a pandemia de COVID-19, uma vez que, durante a pandemia, minhas idas à unidade na condição de professora ficaram suspensas. Além disso, o uso da máscara pode ter contribuído para dificultar a minha identificação, para não dizer impossibilitado.

Mas para além de o agente não ter me reconhecido, o que é o mais provável, a formalidade e a solicitação para que tanto a defensora quanto eu me identificasse de forma oficial e burocrática, me abriu a possibilidade de pensar no acesso a instituição e nos protocolos de segurança a partir das ideias das credenciais de quem entra e da discricionariedade dos agentes. Pois, acredito que a posição, isto é, as credenciais de uma pessoa e o possível poder que ela pode exercer sobre o trabalho do agente, faz com que eles acionem, ou não, determinados protocolos. Tendo em vista que a defensora pública é uma autoridade, faz com os agentes não

deixem os protocolos de segurança, previsto em seus manuais, de lado. Diferente do tratamento dispensado a diretora da escola ou aos professores que não gozam de poder algum, logo, esses ocupam um lugar de insignificância na hierarquia dos poderes. E, conseqüentemente, não podem intervir ou alterar o trabalho dos agentes em caso de eles não cumprirem os protocolos de segurança, já que na maioria das vezes estamos à mercê deles no que diz respeito à segurança na instituição.

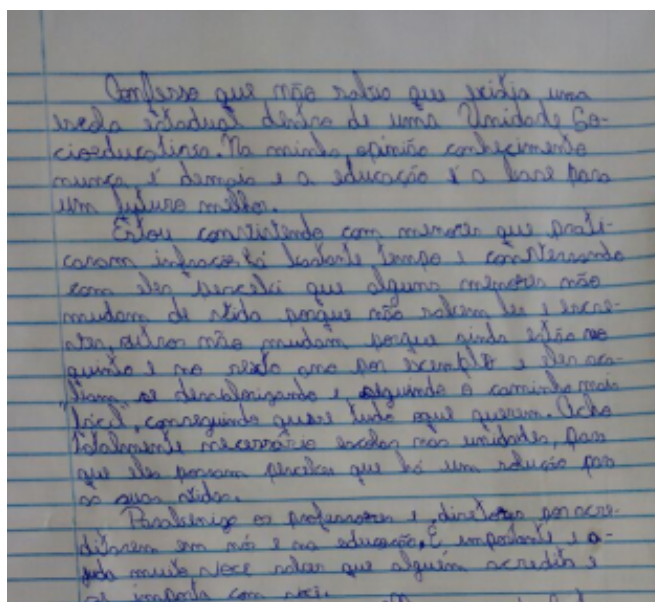
Observou-se, a partir dessa cena, que a discricionariedade é o elemento que vai dar cor e contorno às práticas dos burocratas de nível de rua no CENSE no que diz respeito aos protocolos de segurança. O comportamento dos agentes pode ser alterado, de acordo com as credenciais de quem acessa a unidade, isto é, os protocolos de segurança e acesso à instituição serão mobilizados ou flexibilizados de acordo com as credenciais de quem entra. Essa breve análise do acesso à instituição, aponta para aspectos importantes do funcionamento da instituição e das tensões existentes entre os plantões. Além disso, aponta para uma possível contradição no que diz respeito à segurança da unidade e na unidade. Em outras palavras, quando é oportuno, o argumento da segurança é invocado para justificar o emprego de determinadas ações e protocolos, e, também, do não emprego ou até mesmo, exigir um rigor quando da entrada de alguém na instituição.

Verificou-se também a existência de uma cultura institucional de criação de protocolos e regras de segurança, muitas vezes informais. Essas regras e protocolos são criadas e implantadas de acordo com as ideias, paixões pessoais e interesses dos proponentes de um determinado plantão, fazendo com que essa regra/protocolo seja realizado pelo plantão que propôs e deliberadamente ignorada por aqueles plantões que não reconhecem tal regra como legítima, apontando para as tensões existentes entre os diferentes grupos, isto é, plantões. A partir do exposto, conclui-se, que para algumas práticas relacionadas à segurança, existe um peso, e duas medidas.

CAPÍTULO IV - O C. E. RUI BARBOSA: A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA SOCIOEDUCAÇÃO E SUAS DIFICULDADES E ESPECIFICIDADES

4.1 O Colégio Estadual Rui Barbosa

Figura 08: Carta/redação de um aluno do C. E. Rui Barbosa sobre a escola.



Fonte: Slides publicado pelo MPRJ

A existência de unidades de socioeducação não é uma informação popularizada, e muito menos que elas contam com escolas estaduais para atender o público-alvo da socioeducação e garantir acesso ao direito à educação, em tese, a base da medida socioeducativa. A afirmação encontra acolhida no relato de um adolescente que se surpreendeu ao saber da existência da escola no DEGASE. Como pode ser observado na redação acima, o adolescente afirma que não sabia que existia uma escola dentro do CENSE e argumenta sobre a importância da mesma para mudança de vida dos que a frequentam, haja vista, apontar a escolarização como uma possível solução para superar os problemas que os levaram até essa instituição. O socioeducando aponta que o não saber ler, escrever e a defasagem idade série como um elemento que mexe com a autoestima dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e faz com que muitos não tenham perspectivas de futuro, sendo a “vida fácil”, isto é, a criminalidade, como a única via para

conseguir o que querem, muitas das vezes. Assim, aponta a escolarização como possível solução para a vida de muitos dos que estavam cumprindo medida com ele.

O colégio Estadual Rui Barbosa foi inaugurado em 25 de junho de 2013, junto com o CENSE, para oferecer atendimento escolar exclusivo aos adolescentes que cumprem medida de privação de liberdade e internação provisória do CENSE Campos. A escola oferece ensino fundamental no primeiro e segundo segmento e ensino médio. A escola é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), bem como o DEGASE, e conta com uma diretoria regional específica, a Diretoria Especial de Unidades Prisionais e Socioeducativa (DIESP).

Não tenho dados de quantos alunos estavam matriculados na escola, nem mesmo quantas turmas tinham quando do início da minha atuação na escola, em 2015. Mas trarei dados da escola compilados por mim, para elaboração dos slides²⁰ que foram usados pela diretora da escola para subsidiar sua apresentação no “I Encontro Estadual sobre o Atendimento Escolar de Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medida Socioeducativa”, realizado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e pelo Conselho Estadual de Educação na cidade do Rio de Janeiro em 2017. Na ocasião, o convite foi para participar da mesa “Algumas Experiências em execução no Estado do Rio de Janeiro”, na qual, a diretora apresentaria a experiência do Rui Barbosa com a implantação do terceiro turno escolar, ou seja, a escola abriu um terceiro turno para dar conta de atender a crescente demanda de adolescentes internados no CENSE Campos dos Goytacazes no período. É válido registrar que das sete escolas em unidades de socioeducação, o Rui Barbosa foi o primeiro a abrir um terceiro turno, o que aponta para o crescente número de adolescentes apreendidos na unidade, no período, ocasião em que a superlotação era uma realidade. Assim, a palestra solicitada pelo evento tinha o terceiro turno como tema e o título da palestra era: “A implantação do 3º turno nas escolas das Unidades de Internação: a experiência de Campos dos Goytacazes.” Título previamente definido pelo evento.

A escola é composta por alunos internos cumpridores de medidas socioeducativas de internação e de internação provisória na faixa etária de 13 a 18 anos. No ano de 2017, a escola dispunha de 04 (quatro) turmas de anos iniciais do Ensino Fundamental, 14 (quatorze) turmas do Ensino Fundamental II, 04 (quatro) Turmas de Ensino Médio; 02 (duas) turmas multisseriadas que atendem aos adolescentes de Internação Provisória.

²⁰ https://www.mprj.mp.br/documents/20184/514485/valeria_maria_apresentacao_20177.pptx. OBS: Os slides que foram feitos por mim e usados no evento para subsidiar a apresentação da diretora estão disponíveis na internet, por isso, farei uso das imagens, já que as mesmas encontram-se publicadas no endereço acima.

Em relação ao corpo docente e burocrático, a escola conta com 01 (um) Diretora Geral, 01 (um) diretor adjunto, 01 (uma) coordenadora pedagógica, 01 (uma) secretária e 18 (dezoito) professores. As turmas variam de acordo com o número de adolescentes e suas respectivas séries.

O espaço escolar é composto da seguinte forma: 01 (uma) sala de direção; 01 (uma) sala da secretaria; 01 (uma) sala dos professores; 06 (seis) salas de aula; 01(um) banheiro com duas cabines; 01 (um) banheiro para alunos e PNE-Portadores de Necessidades Especiais; 01 (um) banheiro para funcionários; 01 (uma) copa; 01 (uma) biblioteca; 01 (um) DML- Departamento para Material de Limpeza.

A escola conta com a parceria do DEGASE para utilizar duas oficinas externas ao prédio como sala de aula, com capacidade máxima de 15 (quinze) alunos por sala. Cabe lembrar que as salas da escola são indicadas para atender no máximo 8 (oito) alunos, pois as mesmas são bem pequenas, mas esse número pode ser maior, dependendo da necessidade da turma. A capacidade máxima de atendimento escolar é de 108 (cento e oito) adolescentes. Como já mencionado, em 2017, a escola abriu um terceiro turno para dar conta do quantitativo de adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa, dado a superlotação da unidade.

Abaixo trazemos algumas imagens da escola e projetos pedagógicos desenvolvidos com os adolescentes para que se tenha uma ideia melhor de sua estrutura e funcionamento.

Figura 09: Fachada da escola que recebeu nova pintura. 4/02/21



Fonte: Grupo do Whatsapp da escola.

Figura 10: Objetivo de mostrar aos professores as obras realizadas. Construção da rampa e caminho.



Fonte: Grupo de Whatsapp da escola.

Figura 11: Projeto “cultivando saberes” desenvolvido pelo professor de biologia da escola. 2017



Fonte: Slides

Figura 12: “Semana de ciências, saúde e educação” promovida pela escola.



Fonte: Slides

Figura 13: Realização de avaliação externa OBMEP. 2017



Fonte: Slides

Figura 14: Feira de Ciências. 2017



Fonte: Slides.

4.2 O jaleco e a “segurança moral”

Ao chegar pela primeira vez ao C. E. Rui Barbosa, vi que as professoras trabalhavam com jalecos, na época, brancos. Uma exigência apenas para as mulheres. Ao inquirir por que os homens não usavam o mesmo uniforme, obtive uma resposta muito insípida e pouco convincente a respeito. A resposta foi totalmente pautada na ideia de cobrir o corpo feminino dos olhares, possivelmente “lascivos”, dos adolescentes internados e assim evitar qualquer tipo de problema quanto a um possível assédio. Pude observar que as poucas mulheres que frequentam a instituição, nem todas fazem uso do jaleco em áreas comuns ou que tenham a circulação de adolescentes. Cabe ressaltar que o quantitativo de agentes do sexo feminino é muito inferior ao masculino. As agentes femininas não fazem uso de jaleco, mas sim do uniforme do DEGASE, igual para homens e mulheres. O uniforme consiste em: calça preta, camisa com a logo/brasão da instituição e escrito atrás “Agente DEGASE”. O uniforme varia entre preto e azul-marinho. Nos pés vejo alguns com coturno, tênis esportivo ou botas de trilha.

As agentes femininas não têm, via de regra, uma atuação tão próxima aos adolescentes, elas desenvolvem mais atividades relacionadas a burocracia. Antes da aquisição e instalação do scanner, as agentes femininas tinham um papel fundamental na revista íntima das familiares que iam visitar os adolescentes. Pelo que me foi relatado, os procedimentos de segurança aplicados no CENSE eram os mesmos utilizados nos presídios, isto é, a revista íntima.

O uso de jaleco foi outro elemento novo e ao mesmo tempo estranho em relação a minha experiência como professora, pois nunca havia trabalhado em uma escola que houvesse a necessidade do uso de tal artefato. Já vi escolas da *pista* exigindo jaleco quando existem aulas de laboratório, exigência de segurança que se aplica tanto para professores quanto para alunos, com objetivo de reduzir os riscos de contaminação, em suma, como medida de biossegurança, independente do gênero. Não por motivos, que chamarei aqui, de “segurança moral”, isto é, para evitar que os corpos femininos sejam vistos pelos alunos.

Ao questionar a necessidade do uso do artefato, ninguém soube explicar claramente se existia algum protocolo institucional que obrigasse ou indicasse o uso do artefato, mas foi me informado que deveria ser usado e ponto. Deste modo, cabe lembrar, conforme apontou Francisco (2013, p. 76) que “a roupa em nossa sociedade pode ser considerada como um dos principais marcadores da diferença de gênero, classe social e profissional, produzindo significados de distinção e pertencimento.”

Observa-se também que o argumento de “tem que fazer e ponto” nas escolas estaduais, têm uma relação direta como o conceito cunhado por Liptski (2019) de burocratas de nível de rua, (já discutido no capítulo três), no qual os funcionários públicos gozam da discricionariedade. Isto é, os administradores confeccionam regras e procedimentos de acordo com suas necessidades e entendimentos.

Cabe destacar que, muitas vezes, a criação de regras informais nas escolas estaduais está diretamente relacionada ao descaso e a negligência do próprio estado no fornecimento de materiais e recursos. Tanto de recursos físicos, materiais quanto humanos que viabilizem um funcionamento satisfatório da escola. Desta forma, muitas dessas regras informais criadas em uma escola, passam a ser socializadas e, na maioria das vezes, incorporadas à cultura institucional. O *modus operandi* tem uma relação direta com o passado recente da gestão escolar, haja vista, a indicação política dos diretores ter sido, por muito tempo, o principal método de escolha dos profissionais. Em outras palavras, durante décadas o acesso ao cargo de diretor escolar, em diferentes regiões do Brasil, se dava exclusivamente por indicação política. Dessa forma, a escolha do gestor escolar era marcada pela inexistência de um processo democrático de consulta à comunidade escolar ou de critérios de competência técnica. Resultando em casos de diretoras(es) que ocuparam o cargo por mais de 20 anos em uma mesma escola.

O cenário descrito acima produziu, além das regras que não encontram respaldo nos decretos e leis, uma série de hábitos autoritários, que ainda hoje, são reproduzidos nas escolas públicas estaduais. O modo de gestão com regras incongruentes e informais não é uma exclusividade do Rui Barbosa. Ao longo de minha trajetória como professora, que já atuou em

outras escolas estaduais, pude observar o mesmo comportamento, isto é, regras criadas pela equipe diretiva que se tornam verdadeiras cláusulas pétreas, mesmo que não tenham respaldo legal. Mas que são obedecidas e seguidas pela maioria dos professores, talvez por desconhecimento da lei, por fé na instituição ou por medo, contribuindo para reforçar a cultura institucional informal e as vezes até autoritária, quando não, ilegal.

As explicações sobre a necessidade do uso do jaleco giravam em torno de uma suposta “segurança moral”, que, ao meu ver, aponta para as permanências do machismo e do patriarcalismo, estruturantes das nossas relações, que colocam o corpo feminino como causador de mal, ou seja, como tentação. E do outro lado, homens, neste caso adolescentes, que são “vítimas” dos seus impulsos instintivos. Argumento ainda muito mobilizado para isentar os homens de responsabilidade, no caso de traição, assédio e, não raro, violência sexual. Desta forma, o uso do jaleco visa, segundo argumento da direção, resguardar as professoras.

Com objetivo de compreender melhor o uso do jaleco na instituição, recorri a uma funcionária que trabalha na unidade, que posso considerar minha informante, ou seja, alguém de dentro. Alguém com quem passei a discutir minhas impressões e rumos de pesquisa, alguém a quem sempre recorro para verificar se minhas observações representam a realidade observada ou se são frutos da minha imaginação. Assim, fui perguntar se existe alguma legislação, recomendação ou qualquer documento que normatize o uso do jaleco no DEGASE por parte da equipe técnica. Ela disse que desconhece alguma portaria ou publicação em Diário Oficial sobre o uso do jaleco. E observa que o uso do artefato está mais para uma cultura institucional que visa uma “proteção moral” dos corpos femininos, corroborando com a minha observação da realidade. No ano de 2020, o DEGASE solicitou a todas as unidades do estado que enviasse informações dos técnicos que pertencem a coordenação de saúde, (que abrange assistentes sociais, psicólogo, enfermeiro técnico de enfermagem, dentista e nutricionista,) pois eles iriam confeccionar jalecos para os profissionais, não contemplando as pedagogas, nem a equipe da escola e ainda assim, todas as mulheres dos dois grupos citados, fazem uso da indumentária.

4.3 Dia zero: o meu primeiro dia de aula

Depois de acertarmos que faria um período de teste na unidade e definido todas as questões burocráticas, e trajando um jaleco, iniciei minha atividade de professora na escola. Meu primeiro dia de aula foi bem emblemático, digo, porque há época, a unidade estava com superlotação e peguei uma turma bem cheia. Mesmo tendo os limites de atendimento para o qual as salas foram projetadas, a realidade impõe novos limites. Em meu primeiro dia de aula fiquei em

uma sala externa a escola com 18 (dezoito) adolescentes, em sua maioria meninos negros, alguns bem grandes e fortes e sempre com um semblante muito sério, uma seriedade que impunha medo, o que me gerou uma certa apreensão, já que o agente levou os adolescentes, fechou a porta (não com chave) e ficou do lado de fora.

Apenas dois agentes do lado de fora da porta e eu em uma sala com os 18 (dezoito) alunos e com todos os estereótipos que eu havia alimentado a respeito de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Isto é, a ideia de pessoas perigosas. Mas a aula transcorreu bem. O primeiro encontro foi dedicado às formalidades de apresentação para que pudéssemos nos conhecer. Iniciei perguntando nome, local de moradia e a quanto tempo estava na unidade antes de começar com qualquer tipo de conteúdo pedagógico. Minha experiência no presídio feminino, já havia me mostrado, que crime é um status em ambientes dessa natureza, ou seja, quanto mais grave o crime, mais respeitado e/ou temido é o seu autor. Por isso, resolvi não perguntar os motivos que os levaram até ali, mesmo a curiosidade sendo grande. À medida que a conversa ia transcorrendo, as caras fechadas davam lugar a sorrisos e a meninos educados e interessados no assunto tratado, assim como minhas pré-noções e estereótipos, a respeito dos adolescentes que ali cumpriam suas medidas socioeducativas, que começavam a se desfazer.

Quando comecei a atuar na escola, não fui avisada das especificidades faccionais, muito menos das possibilidades de desavenças entre eles. Dentre as poucas orientações que recebi estava o aviso de que o adolescente não podia levar material escolar com ele e que eu deveria contar e conferir o material ao término das aulas para saber se não estava faltando e em caso de falta deveria comunicar ao agente. Era como se fosse uma obviedade trabalhar em um ambiente cheio de especificidades, no qual o nome e sobrenome dos adolescentes da turma X e Y é sempre seguido pela facção a qual ele pertence. Ou seja, falar do pertencimento dos adolescentes a uma facção é como falar do sobrenome do adolescente, o que para mim, enquanto socióloga, era algo a ser problematizado e compreendido. Até hoje a direção e nós professores, me incluo, porque depois de oito anos trabalhando na escola já naturalizo muitos comportamentos, nos referimos aos alunos pelo nome, sobrenome e facção a qual ele pertence, quando não, pelo vulgo. A naturalização do pertencimento do adolescente a uma facção, evidencia justamente a centralidade que o pertencimento tem na instituição, isto é, a existência das facções dentro do DEGASE, e é chancelado pelo estado quando os agentes separam os adolescentes por facção, conforme apontado no capítulo três. Em outras palavras, o fato da unidade se organizar internamente de acordo com a lógica das facções estabelecidas na rua é um forte sinal da força que essas exercem na dinâmica da instituição. Além disso, os procedimentos institucionais, funcionamento e atividades como um todo, são impactados diretamente para organizar todas as suas relações dentro da

unidade. Tanto as relações estabelecidas entre os adolescentes, como também entre os funcionários e os adolescentes.

Quando comecei a atuar na escola os adolescentes de facções distintas eram misturados, mas não sem conflitos e confusões. A escola, muitas das vezes, era o único lugar que os adolescentes de facções distintas se encontravam e funcionava como um ponto de interseção, mas não um lugar neutro, haja vista os conflitos. Por vezes as aulas foram interrompidas por brigas. Além disso, alguns adolescentes se recusaram a ir para escola por não querer estudar junto com um adolescente de uma facção distinta da sua. A recusa está diretamente relacionada ao medo de estar em uma sala na qual ele seria minoria e em caso de briga poderia sair no prejuízo. Cabe registrar que a palavra medo é uma interpretação minha, pois nunca é mencionada como motivo ou razão para justificar a recusa de ir para escola, afinal, a masculinidade performada na figura do *sujeito homem*, não deixa brechas para o medo, ao menos discursivamente. O conceito de *sujeito homem* será melhor explorado no capítulo dedicado aos adolescentes.

4.4 O “porte ilegal” de material escolar

O furto de material escolar era e é outro ponto *sui generis* da realidade da escola. O que, inicialmente, me gerou um completo estranhamento, mas que em um lugar de privação como o DEGASE fazia algum sentido uma vez que a privacidade não é um ativo muito acessado pelos adolescentes, como apontaremos abaixo. O furto de canetas e papel ainda é muito comum, o que gerou e gera uma situação de total desconforto e tensão entre os agentes e a escola. Havia e ainda há um tom acusatório e até mesmo de que os professores são coniventes com os alunos no que diz respeito ao “porte ilegal” de material escolar para dentro dos alojamentos, tais como folha, caneta e/ou lápis.

Os materiais são encontrados pelos agentes, geralmente, durante a revista dos alojamentos, ou seja, os adolescentes conseguem burlar a escola e os agentes, quando levam material para dentro do alojamento. E quando os materiais são apreendidos, a escola é sempre acusada e responsabilizada, ou seja, como se costuma dizer por lá, coloca-se na *conta* da escola. E a responsabilização da escola por parte dos agentes e dos diretores da unidade, faz com que a direção da escola dê a temática uma dimensão maior do que ela realmente tem. Uma vez que, muitos dos materiais encontrados nos alojamentos com os adolescentes em nada se parece com o material disponibilizado pela escola.

Em tese, os protocolos de segurança preveem que o adolescente deve ser revistado todas as vezes que ele sai e retorna ao alojamento. E muitas vezes, dependendo do plantão, o procedimento não é executado e mesmo quando executado os adolescentes sempre desenvolvem meios para burlar essa revista e acessarem os respectivos alojamentos com algum artefato escolar. Por exemplo, eles desenvolveram o hábito de descosturar uma parte da bainha da blusa ou do short, no qual insere uma folha ou pedaço de papel, minuciosamente dobrado ou pedaço de lápis ou carga de caneta ou a caneta inteira. Dessa forma, quando o agente faz a revista, que consiste em mandar o adolescente tirar a roupa e sacudir a peça, o artefato não cai nem é visto pelo agente e entra com sucesso no alojamento.

4.5 Sarneando uma caneta

A primeira vez que tive uma caneta *sarneada*, (categoria nativa para furto), em minha sala, foi logo no início de minha atuação na unidade, com a turma da sala externa à escola. Ao se aproximar do término da aula, comecei a recolher o material e a fazer a conferência. Ao contabilizar as canetas percebi que estava faltando uma. Entro em desespero, fico recontando e pensando que poderia estar errada, ou seja, ter distribuído menos ou ter contado errado. Depois de ter recontado várias vezes e recobrar a certeza de que havia distribuído uma caneta para cada adolescente e de ter apalpado cada pasta para verificar se não estava dentro da pasta, fui tomada por um enorme constrangimento: falar com os adolescentes que estava faltando uma caneta, pois os mesmos já são tão estigmatizados e insinuar que eles haviam furtado uma caneta, me deixou péssima. Não tive escolha, fui comentar com eles que estava faltando uma caneta e prontamente todos me disseram que tinham me entregado, o que só aumentou meu constrangimento e nervosismo, pois aquela situação era nova e embaraçosa para mim.

Eles se olhavam e me olhavam. Por um segundo fui tomada por um nervosismo que me fazia tremer de medo e constrangimento. Eu não sabia o que fazer, como agir, como me portar, nem o que falar. Inicialmente, pedi educadamente que me entregasse a caneta, pois aquilo podia me prejudicar e o silêncio era a única coisa que ouvia. Foi quando em desespero, bati na mesa e xinguei, exigindo que me entregassem a caneta, pois do contrário, chamaria o agente e comunicaria o ocorrido, pois não estava ali para prejudicar ninguém e também não aceitaria ser prejudicada. Eles me olharam de forma incrédula e se colocaram a procurar a caneta e, logo em

seguida, a encontraram quebrada dentro da lixeira, coberta por várias folhas de papel amassadas. Na ocasião, conseguiram até um pedaço de fita crepe para colar a caneta. Então, a partir desse dia, comecei a ficar mais atenta com o material.

Não consigo hoje lembrar o fato sem medo e até mesmo com vontade de chorar, pois foi uma situação-limite. Arrependo-me da forma como lidei com a situação, mesmo o desfecho tendo sido positivo, mas a situação poderia ter saído do controle. Cabe ressaltar que nunca tivemos na escola, casos de agressão física dos alunos contra professor(a) ou vice-versa, mas já registramos casos de professores que foram intimidados e até mesmo ameaçados por alunos no espaço escolar. E quando trago a reflexão de arrependimento, não é porque estou em uma unidade de socioeducação, pois a violência escolar é uma realidade nas escolas da *pista*. Episódios de violência contra professores, brigas entre alunos e alunos armados, não é um dado novo nas escolas brasileiras. Como a caneta foi recuperada, não comuniquei aos agentes a situação, relatei apenas a direção da escola.

A seriedade com que o furto de material é tratado pelos agentes ficou evidente quando em outra situação, uma caneta sumiu na minha sala e, por acaso, comentei com uma professora. Como já tinha, ou achava que tinha, mais experiência no assunto, ia *desenrolar* com eles sobre o ocorrido, visando resolver sem envolver terceiros, pois já tinha presenciado a atuação dos agentes em casos similares com colegas e não queria passar por isso. Porém, a professora se adiantou e comentou com os agentes que estavam na escola, que se dirigiram a minha sala e me inquiriram sobre o fato. Ao ser questionada sobre o fato, fiquei sem reação e disse que sim.

O agente solicitou que eu saísse da sala e outros agentes foram chamados, via rádio, para revistar todos os adolescentes que estavam na sala, não me recordo exatamente o quantitativo, mas me recordo vividamente do clima de tensão que inundou a escola. Fui para sala da direção e era possível ouvir os agentes gritando, xingando e perguntando pela caneta, além de sons de tapas e socos. Fui tomada por um enorme pavor e comecei a ficar desesperada, com muito medo dos meninos²¹ ficarem com raiva de mim por ter falado da caneta e com pena deles estarem passando por aquela situação. Pavor e arrependimento eram as únicas coisas que conseguia sentir naquele momento.

Contudo, nem todos os episódios de apropriação indevida de material escolar são dramáticos, alguns podem até ser classificados como criativos e engraçados. Um desses episódios

²¹ É comum, entre os professores, se referir aos adolescentes como meninos.

criativos foi quando o aluno trouxe uma carga de caneta vazia e substituiu pela carga da caneta que eu havia dado a ele para usar em aula, porém ele fez isso com toda uma sofisticação. Haja vista ele ter feito a substituição da carga cheia pela vazia, mas envolveu a carga da caneta vazia com um pedaço de plástico preto do saco de lixo, para que eu não notasse que a carga estava visivelmente vazia. Afinal, olhar para ver se a caneta estava sendo devolvida com a carga, fazia parte da rotina. Mesmo com a sofisticação e a criatividade, consegui perceber, pois o aluno estava se comportando de forma atípica, mãos embaixo da carteira fazendo movimentos contínuos e um certo desconcerto, logo, fui olhar a caneta dele, quando da entrega, com mais atenção e constatei o feito. Relatei para a direção da escola, que avisou aos agentes, o menino foi revistado e a carga interceptada. Uma ação sem grandes sobressaltos ou constrangimentos para mim e para escola, mas infelizmente, possivelmente, bem desagradável para o adolescente.

Essas são algumas das várias situações com material escolar que já passei na escola. A partir das minhas experiências e das experiências de meus colegas de trabalho e tendo em mente que a função de segurança, ou seja, de revistar os adolescentes ou impedir que eles entrem no alojamento com objetos proibidos é dos agentes de segurança, desenvolvi um posicionamento em relação a essa apropriação indevida de material. Sempre que tem um aluno novo, aviso para ele que não pode levar o material da escola, porém se o mesmo insistir em levar, será por conta e risco dele, pois terei que comunicar a escola e ao agente, pois não estou ali para prejudicá-lo e também não quero ser prejudicada. Ou seja, tento, a partir do diálogo, convencê-los de não levar qualquer tipo material.

Discursivamente, é a minha posição, mas na prática escolho hoje não comunicar o desaparecimento de um objeto quando os adolescentes ainda estão na escola, pois não quero passar e nem que os alunos passem por uma situação-limite. Além disso, sempre tento recuperar o material, no *desenrolo*, isto é, conversando educadamente com eles e tentando sensibilizá-los do quanto isso prejudica o professor. Quando o material não é recuperado no *desenrolo*, relato para a direção e ela comunica aos agentes depois que os alunos saem da escola. Além disso, não quero ter a fama de *X9*, isto é, cagueta, dedo-duro e delator, que não é bem visto dentro das convenções éticas dos adolescentes.

É importante falar, que nem sempre é tarefa fácil perceber que um aluno está levando o material, pois, como já disse, eles desenvolvem uma série de estratégias para ludibriar o professor. Traz uma carga de caneta vazia e troca por outra, quebra o lápis e leva um pequeno pedaço, pega material de outra sala, um grupo distrai o professor enquanto outro esconde um lápis, enfim,

muitas são as estratégias. Além disso, à medida que vamos nos acostumando com uma turma, isto é, quanto mais temos contato com os alunos, mais vamos estreitando os laços de afeição, comum da relação professor x aluno, e as medidas de segurança vão sendo afrouxadas.

As preocupações pedagógicas muitas vezes são eclipsadas pelas questões de segurança. Não que a segurança não seja importante, mas é preciso ter em mente que a segurança não é responsabilidade do professor. A segurança é fundamental, mas ela não pode apagar a dimensão pedagógica e muito menos atribuir ao professor uma função que eles não estão aptos a desenvolver.

A escola, assim como a unidade, está em constante mudança. Do início da minha atuação, em 2015, até os dias de hoje, a escola já passou por inúmeras mudanças, adaptações e transformações. Entretanto, as mudanças e alterações pouco têm a ver com modificações no corpo técnico ou no seu corpo docente, haja vista a diretora ter permanecido a mesma até junho de 2023, quando de sua aposentadoria. Além disso, o corpo docente sofreu pequenas alterações ao longo dos anos, tanto no que diz respeito à saída ou chegada de novos profissionais. São os alunos o grande motor que faz a escola precisar se repensar e operar mudanças internas, pois, esses sim, mudam com uma frequência gigantesca. A rotatividade dos alunos é ocasionada pelo fato das medidas socioeducativas serem revistas pelo juiz a cada 6 (seis) meses. Isso faz com que, na maioria das vezes, iniciamos o semestre com uma turma e ao término do semestre os alunos sejam totalmente diferentes, pois os anteriores são soltos e novos são apreendidos e vão sendo matriculados na escola.

Além disso, o C. E. Rui Barbosa está constantemente se (re)construindo, por ser também uma instituição muito nova e as experiências e práticas desenvolvidas em escolas da *pista*, não são aplicáveis as especificidades de uma escola dentro de uma unidade de socioeducação. Independentemente de a maioria dos professores e a diretora serem profissionais experimentados, ou seja, com mais de 10 anos de atuação na educação básica, a escola dentro da unidade traz novos desafios diariamente. Assim, há um entendimento na cultura institucional, trazido pela ex-diretora, que é a ideia de viver “um dia de cada vez”. Pois a dinâmica da escola muda, às vezes, de um dia para o outro. O que deu certo hoje, pode não ser aplicável amanhã.

4.6 Relações (in)tensas entre a escola e o DEGASE

Observa-se, que, por mais que o C. E. Rui Barbosa seja uma instituição separada do DEGASE, em tese, autônoma, na prática está condicionada aos rigores do mesmo. É como se por estar dentro da unidade a autonomia pedagógica da escola encontrasse um limite, mas esse limite está mais para uma censura, que hora é velada, outras se apresenta de forma explícita. Quando falo em censura me refiro principalmente aos agentes, pois há uma enorme preocupação dos professores e da direção da escola sobre o que os agentes vão pensar ou falar da escola e das suas práticas pedagógicas para com os adolescentes. Não que essa preocupação seja algo verbalizado ou debatido, mas sempre insinuado, uma espécie de não dito, mas que impacta as ações dos professores e da direção da escola. Isso porque os agentes vivenciam o dia a dia da escola muito de perto, uma vez que são eles quem levam os adolescentes e ficam sentados no corredor, próximos ao portão, esperando o término da aula para conduzir os adolescentes de volta aos alojamentos, a fim de garantir a segurança, tanto dos professores, quanto dos alunos, pois há desavenças entre os adolescentes que muitas vezes culminam em brigas, por ser um dos poucos lugares que os que ficam em alojamentos distintos conseguem se encontrar.

Em 2019 o DEGASE passou a ser chefiado por uma nova equipe de agentes. A diretora da escola na época comentou, muito entusiasmada, que a nova equipe diretiva era *fechamento* com a equipe da escola, ou seja, que era uma equipe que entendia a necessidade da educação no processo de ressocialização dos adolescentes. O que me fez pensar que o suposto *fechamento* da unidade com a escola, narrado pela diretora, pode ser até possível. Mas somente uma direção que *feche* com a escola não é suficiente para que os comportamentos antigos, em relação à dimensão pedagógica, e da sua equipe sejam abandonados, se os demais envolvidos no processo não tiverem o mesmo posicionamento.

Mesmo com a nova gestão que *fecha* com a escola, persistiram os velhos problemas. Continuamos a ver comportamentos, que analiso, como contrário a esse *fechamento*. Por exemplo, as dificuldades silenciosas e sutis impostas pelos agentes ao encaminhamento dos adolescentes para escola, que se materializam em atrasos no deslocamento do adolescente do alojamento para a escola, ou não levar um aluno e quando inquiridos sobre o fato do adolescente X da internação Y não estar na escola, respondem que o mesmo se negou a ir, quando muitas vezes o adolescente simplesmente não foi chamado. Além disso, é muito comum que alguns agentes conversem e deem risadas altas no corredor da escola, além de assistir vídeos em seus celulares com o volume alto sem qualquer preocupação em atrapalhar as aulas e até mesmo em declarar a insatisfação em ter que levar “bandido” para escola. Outros, se sentem à vontade o

suficiente para dizer, ao chegar à escola, em tom de total ironia que trouxeram os “aluninhos da escolinha da dona diretora”. Comportamentos que persistem, mesmo com uma direção, que é, na perspectiva da antiga diretora, *fechamento* com a escola.

Ações e atividades comuns na rotina escolar, que em uma escola da *pista* são desejados e incentivados, no Rui Barbosa podem não ser bem-vistas, proibidas e até mesmo, ridicularizadas. Por exemplo, não vou me lembrar do ano, mas logo no início da minha atuação na escola, tivemos um episódio que ilustra bem o desrespeito de alguns agentes com o trabalho desenvolvido pelos professores, além de ser sintomático de como alguns deles pensam a escola, os professores e conseqüentemente a socioeducação e seu público-alvo. Claro que não é um dado generalizável, mas que é um comportamento observável, entre agentes que atuam na unidade. Muitos agentes não escondem a ideia de que os adolescentes deveriam ficar trancados o dia inteiro, e não veem a escola como uma necessidade para esse público e o pensamento, muitas vezes, é verbalizado sem nenhum pudor, ou é perceptível através do tom de ironia, e até de deboche, com que alguns se referem a escola, aos professores e ao trabalho desenvolvido pelos mesmos.

Um episódio que representa bem essa relação (in)tensa entre DEGASE e escola foi o caso, não recorro exatamente em que ano esse episódio aconteceu, mas um agente tirou fotos da escola – e, como já foi dito, a escola trabalha com alfabetização dos adolescentes – do material que uma professora dos anos iniciais pregou na parede da sala de aula. A parede estava com folhas em tamanho A4, que continha o alfabeto e o mesmo era em uma fonte mais lúdica e continha desenhos. O que foi suficiente para irritar o agente e o mesmo fez uma série de publicações em seu Facebook pessoal, criticando a escola, os professores e seus métodos. As fotos foram publicadas seguidas de críticas sobre bandido ser tratado como criança, além de chamar os adolescentes de moleques, e dizer que quando estavam na rua cometiam crimes e, dentro da escola ficavam lendo história de João e Maria e eram tratados como amiguinhos pelos professores. Que aquilo era um total absurdo.

O episódio reforçou a censura que existe por parte de alguns agentes para com o trabalho dos professores e o que eles pensam sobre a não necessidade da escola para esse público. É preciso registrar que alguns agentes não demonstram pudor algum em dizer que acha uma perda de tempo levar esses adolescentes para escola, já que ao sair dali eles vão voltar a delinquir. Dessa forma, deixá-los trancados o dia todo seria a melhor solução. Obviamente, não é um dado generalizável, pois existem agentes comprometidos com o trabalho socioeducativo, mas são

algumas das tensões que a escola enfrenta dentro do DEGASE no seu dia a dia, principalmente no que diz respeito à dimensão pedagógica. É uma forma de violência para com os adolescentes na instituição que deveria prover novas sociabilidades e oportunidade para superação das dificuldades que os levaram até ali.

4.7 O dia da carta

Em 2015 a escola era responsável por assegurar o tempo e o material necessário para a confecção das cartas. Isso é, os adolescentes confeccionavam cartas para seus familiares, direito garantido pelo ECA. Portanto havia na rotina escolar o “dia da carta”, sempre às quintas-feiras. As aulas eram suspensas e os adolescentes se dedicavam integralmente à confecção de cartas para familiares, amigos e namorada. Era o dia mais aguardado da semana, pois no “dia da carta” os adolescentes podiam ouvir músicas. Os CDs e DVDs eram escolhidos pelos adolescentes com base em seus interesses, mas dentro de um rol previamente selecionado pela escola. Não me recordo de CDs de funk ou Rap no acervo da escola, sendo o pagode o gênero musical mais ouvido, além de louvor evangélico. Muitas das cartas escritas consistem em cópias de letras de música, que eles solicitavam previamente aos professores, ou poesias, já que sempre circulava um livro de poesia pelas salas. As cartas confeccionadas eram entregues aos professores que passavam para a diretora e a mesma carimbava e entregava à equipe técnica que eram as responsáveis por ler e encaminhar para os respectivos destinatários. Na maioria das vezes, a carta é entregue ao familiar na visita.

O “dia da carta” era um dia muito atípico na rotina escolar, que me gerou um estranhamento, haja vista o comprometimento do conteúdo pedagógico do dia. Mas por se tratar de uma unidade de socioeducação, nem todos os adolescentes recebiam visitas semanais de seus familiares e não são todos os membros da família que poderiam visitá-los, a necessidade de um dia da carta se tornou compreensível.

Não me recordo exatamente o ano e nem o motivo, mas o “dia da carta” foi suspenso, ou seja, as atividades pedagógicas não são mais paralisadas como antes, para a confecção de cartas. Os adolescentes continuam podendo escrever cartas para seus familiares na escola, mas não existe mais um dia específico e exclusivo para essa prática. A recomendação que temos hoje, da direção da escola, é que o menino possa a qualquer momento da aula escrever a sua carta. Mas

os procedimentos de controle do conteúdo continuam vigentes. Isto é, o aluno entregará a carta ao professor, que vai encaminhar para diretoria carimbar e transferir para equipe técnica.

A pandemia trouxe uma mudança na forma de comunicação dos adolescentes com seus familiares. Uma vez que as visitas presenciais foram suspensas e substituídas pela visita on-line, escrever cartas se tornou dispensável, pois não haveria possibilidade de encaminhá-las ao destinatário. Além disso, nessa modalidade de visita, os adolescentes puderam ter contato, nas chamadas de vídeo, com membros da família que, em tempos não pandêmicos, não teriam acesso e seriam, possivelmente, os destinatários das cartas. E ao contrário das cartas, essas ligações gozam de uma maior privacidade, haja vista o adolescente ficar sozinho na sala durante a chamada. Uma realidade que não pode ser generalizada.

O “porte ilegal” de material escolar já foi pauta de muitos conselhos de classe. Como já dito, há uma tensão entre escola e unidade em relação à questão, fazendo com que em todo semestre, o tema volte à pauta de discussão. A escola está sempre preocupada em arrumar mecanismos para combater o furto dos materiais. Por exemplo, comprar canetas de modelos específicos, amarrar caneta na pasta, dar lápis de cores específicas por turma, colar a caneta para que não se consiga remover a carga, marcar o lápis, dentre outras.

Importante registrar que todas as vezes que a escola estabelece um novo protocolo que visa eliminar o furto de material, igualmente, os adolescentes criam meios de burlar a regra. Já tive vários episódios em minha sala de aula de estratégias para levar a caneta.

4.8 Regras de convivência *da escola na escola*

Mesmo sabendo que todas as escolas, sejam elas estaduais, municipais e até as particulares, estão submetidas a instâncias de inspeção e subordinadas a órgão de controle, a realidade vivida no Rui Barbosa é bem diferente das escolas da *pista* pelas quais já passei. Pois, além de precisar lidar com as inspeções e subordinação a esses órgãos oficiais, a mesma precisa dar conta também das perspectivas, opiniões e ações, como apontado acima, dos agentes que atuam na unidade sobre a escola. Além disso, a existência das facções também delinea os rumos

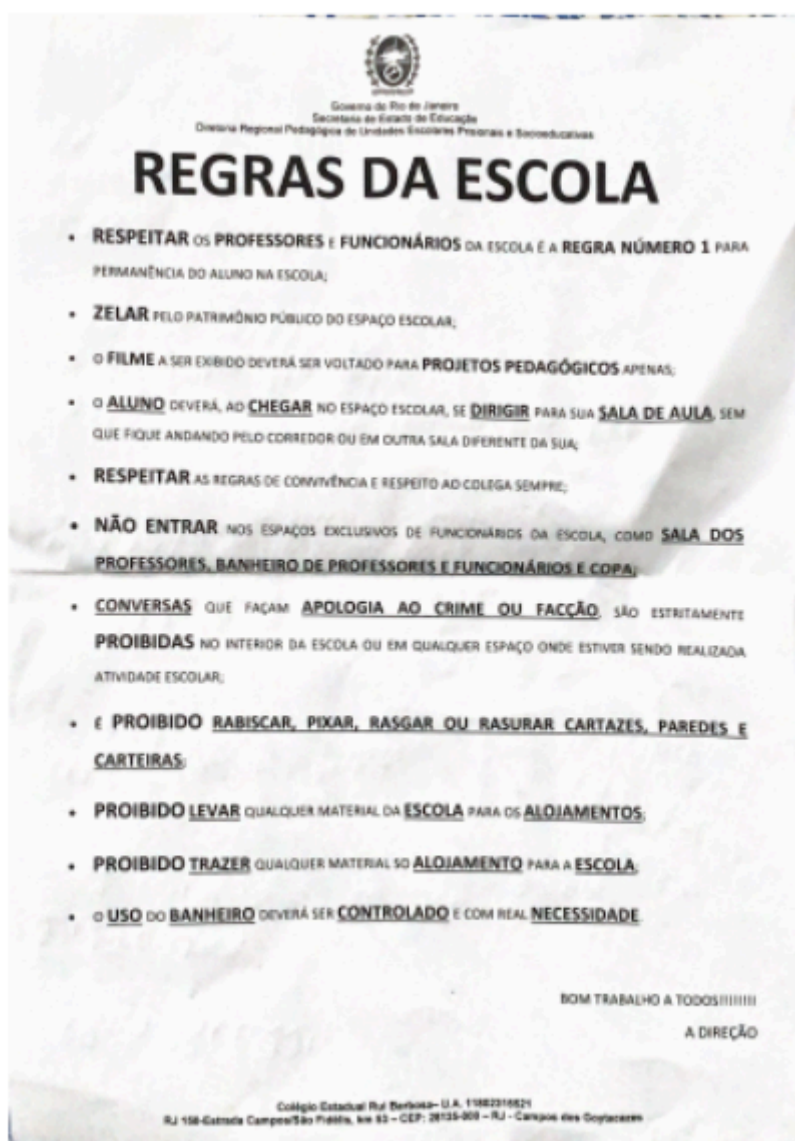
de atuação da escola, pois em tempos de maior rivalidade entre esses grupos, a escola é diretamente afetada, com brigas em seu interior ou com a recusa do adolescente em ir para escola.

Tendo em vista que é impraticável a escola atender cada facção separadamente e que a dinâmica entre elas muda constantemente, a escola sempre traça novas formas de trabalhar. Isto é, a escola precisa se adaptar à dinâmica das facções, ficar atenta às rivalidades, saber qual adolescente pertence a qual facção e até mesmo se houve algum desentendimento recente entre eles para evitar *cobranças*. Outro caso, é, por exemplo, o fato da facção terceiro comando (TCP) ter sido, durante muito tempo, a facção que tinha a maior atuação no município, conseqüentemente, com a maioria dos adolescentes que frequentavam o DEGASE se autodeclarando ou serem declarados pertencentes a esta facção. Como resultado a unidade e, conseqüentemente, a escola tinha a maioria dos seus alunos pertencentes ao TCP. E isso levou a escola a separar o turno da manhã para atender exclusivamente os alunos do TCP, e o turno da tarde e as vezes da noite, para adolescentes do ADA e do CV, que eram minoria. Como os integrantes do CV não eram de Campos, havia uma trégua entre eles. Realidade completamente diferente após 2020 a partir do fim da superlotação, da chegada do comando vermelho nas comunidades de Campos e, principalmente, pela inauguração da central de vagas. A unidade, desde 2023, conta com a maioria de adolescentes do CV, realidade patrocinada pela central de vagas e que pode, a qualquer momento, mudar.

Dentro das mudanças e adaptações pela qual a escola passou ao longo de seu tempo de existência, está a confecção das regras de convívio da escola na escola, ou seja, regras que foram cunhadas a partir das necessidades que a realidade escolar apresentava no momento de sua elaboração pela equipe escolar. Cabe lembrar que o rol de regras podem ser alterados de acordo com a necessidade do momento.

A escola, visando eliminar problemas, tais como o furto de material escolar, pichações e, principalmente, as brigas, elaborou um rol de regras de convivência *da escola na escola*. As regras da escola são fixadas em todas as salas de aula, com intuito de não se fazerem desconhecidas. Além disso, no início de cada semestre, uma reunião com os novos e antigos alunos é realizada com intuito de apresentar e reforçar as regras da escola com os adolescentes. Além disso, as regras da escola são (imagem 13) fixadas nas salas de aula, com o objetivo de informar os novos adolescentes, que por algum motivo não participaram da reunião, o que pode e o que não pode ser feito. haja vista, como já mencionado, a grande rotatividade dos alunos.

Figura 15: Regras da escola



Fonte: Arquivo pessoal

A rotatividade dos alunos faz com que a escola passe por ciclos e/ou fases de novos comportamentos. E os ciclos, também, que vão determinar a necessidade de algumas das regras existentes hoje na escola. Por exemplo, durante um período, os adolescentes tiveram oficinas de origami e aprenderam a confeccionar objetos com a técnica de dobradura. Eles demandavam folhas de papel e cola da escola o tempo todo. No início, o material era fornecido pela escola sem nenhum problema e os agentes permitiam que eles levassem para confeccionar seus objetos no alojamento. Um dos objetos mais confeccionados foi o cisne, também chamado de pato pelos adolescentes. O artesanato tornou-se uma “febre” na unidade. Os adolescentes faziam a escultura no alojamento e levavam para ser colado na escola.

Além do artesanato com papel, o artesanato com sabonete também já teve a sua fase. Para esse artesanato, o sabonete, que os familiares levam, é utilizado pelos adolescentes como matéria prima para a elaboração das esculturas. Mesmo a matéria prima desse último artesanato não tendo nenhuma relação com a escola, ainda assim as esculturas eram levadas com o objetivo de utilizar cola colorida ou outro recurso para dar acabamento ou decoração. Os artesanatos são muito caros para os adolescentes, pois, na grande maioria das vezes, eles são presentes para as mães e familiares que vão visitá-los. Por ser destinado às mães, avós, tias e/ou namoradas, os objetos carregam um peso simbólico muito grande, por isso, muitas das vezes eles podem ser motivo de conflitos e até de *bicação de chapa*, caso um outro adolescente ou agente destrua e danifique o artefato. Hoje, a escola proíbe a entrada dos adolescentes com artesanato, dado a grande confusão em torno desse manuseio, que muitas vezes atrapalhava o desenvolvimento das aulas e gerava confusão. Abaixo algumas fotos dos artesanatos.

Figura 16: Pato feito pelos adolescentes com técnicas de dobradura



Fonte: Grupo de Whatsapp da escola

Figura 17: Pato feito pelos adolescentes com técnicas de dobradura



Fonte: Grupo de Whatsapp da escola

Figura 18: Escultura de sabonete



Fonte: Grupo de whatsapp da escola

Figura 19: Esculturas de sabonete



Fonte: Grupo de whatsapp da escola

A proibição de levar artesanato para escola não ocorreu de forma abrupta, mas sim gradativa. Não havia, de início, o interesse da escola de proibir uma das poucas atividades que os adolescentes faziam no alojamento, mas a frequência e a centralidade que o artesanato foi ganhando na escola, fez com que houvesse a necessidade da proibição, já que as aulas estavam sendo comprometidas, pois os adolescentes queriam aproveitar esse momento para fazer dobraduras. Uma das medidas para que as aulas não fossem mais atrapalhadas pelo “pato”, foi, inicialmente, a proibição de fazer as peças durante as aulas. Depois, o não fornecimento de folhas e cola, seguido da proibição de trazer o artesanato para a escola. Entretanto, a proibição inaugurou um novo problema, a saber, início, ao furto de folhas e cola, derivando dessa experiência a proibição, tanto da escola quanto da unidade de trazer e/ou levar coisas no percurso alojamento x escola e vice-versa

CAPÍTULO V - O PÚBLICO-ALVO DA SOCIOEDUCAÇÃO: OS ADOLESCENTES

5.1 Caminhos, avenidas e encruzilhadas percorridos por um adolescente quando do cometimento de um ato infracional

Para um melhor entendimento das medidas socioeducativas em si, bem como do funcionamento do sistema socioeducativo no geral, vamos percorrer esse caminho a partir do que é previsto no ECA, no Sinase e da análise trazida pelo relatório “Trajetórias: Diagnóstico da Execução de Medidas Socioeducativas de Meio Fechado no Estado do Rio de Janeiro” produzido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), publicado em 2020.

O diagnóstico do MPRJ, contou com dados do Sistema de Identificação Informação de Adolescentes (SIAD), que é alimentado com dados direto do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), e abrangeu o período entre janeiro de 2008 e setembro de 2020. Vamos verificar como se dá o primeiro contato do adolescente com o sistema de justiça no Estado do Rio de Janeiro e quais os atores / instituições que estarão presentes nesse percurso.

Segundo o relatório produzido pelo MPRJ (2020), o primeiro contato dos adolescentes com o sistema de justiça se dá por meio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), após flagrante ato infracional. Nesse caso, o adolescente é apreendido pela PMERJ e encaminhado para uma delegacia, em tese especializada, isto é, uma Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), quando houver. Assim, entra em cena a Polícia Civil, que dará início à fase investigativa processual, sendo a polícia Civil a responsável por lavrar o Registro de Ocorrência (R.O.). Além disso, o relatório aponta que:

Na hipótese de flagrante (Art. 302 do Código de Processo Penal) de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial deverá lavrar o Auto de Apreensão de Adolescente por Prática de Ato Infracional (AAAPAI) e realizar os procedimentos de investigação previstos no Art. 173 do ECA. Nas demais hipóteses, a lavratura do AAAPAI poderá ser substituída por um boletim de ocorrência circunstanciado. Em ambos os casos e, também, nos casos de cumprimento de mandado de busca e apreensão, é lavrada a Guia de Apreensão de Adolescente Infrator (GAAI) ((TRAJETÓRIAS, 2020. p. 09).

O relatório ainda aponta, como regra geral, quando o ato infracional é de menor potencial ofensivo e – estando presente um dos pais o adolescente – poderá ser liberado pela autoridade policial, com a condição de se apresentar a um membro do Ministério Público no mesmo dia ou próximo dia útil. Quando da ausência dos pais, o Conselho Tutelar pode ser acionado pela autoridade policial para realizar o acolhimento emergencial do adolescente. Quando não há flagrante do adolescente, mas indícios de sua participação no cometimento de ato infracional, a autoridade policial deverá agir da seguinte forma:

No caso em que não há estado de flagrância, mas há indícios de participação do adolescente na prática de ato infracional, o delegado instaurará procedimento investigatório via Auto de Investigação de Ato Infracional (AIAI) e o adolescente permanece em liberdade durante as investigações. Ao final do procedimento, a autoridade policial encaminhará ao representante do Ministério Público o relatório das investigações e demais documentos. O adolescente poderá, então, ser notificado para se apresentar para a oitiva informal no Ministério Público (TRAJETÓRIAS, 2020, p. 10).

Entretanto, tratando-se de ato infracional grave e/ou de grande repercussão social o adolescente é encaminhado a um representante do MP, no relatório não fica claro se o adolescente vai para uma unidade do Degase, para delegacia ou se vai para uma unidade do MP. Mas, cabe salientar, que no caso específico da Unidade do Degase de Campos dos Goytacazes, isto é, no Cense, a unidade conta, segundo informações dos agentes, com espaço para acautelamento, evitando, assim, que o adolescente permaneça na delegacia, além de espaço para internação provisória. Segundo o ECA, o acautelamento se faz necessário quando o ato infracional, como dito no início, é grave e/ou de grande repercussão social, tendo como objetivo garantir a segurança pessoal do adolescente e/ ou manter a ordem pública.

O próximo passo, apontado pelo relatório, consiste na apresentação do adolescente ao promotor – representante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) – que vai conduzir a oitiva informal do adolescente, ou seja, o promotor vai ouvir o adolescente, as supostas vítimas e testemunhas do fato. Nessa etapa, o adolescente pode estar acompanhado dos pais ou responsáveis e advogado ou defensor público. As informações trazidas por todos os envolvidos são comparadas com os dados repassados pela polícia. Assim sendo:

Após contrastar as informações repassadas pela polícia com a versão do próprio adolescente, o promotor decide se dará ou não prosseguimento ao caso. Nesse processo, são levados em consideração os indícios de materialidade e de autoria do ato infracional cometido, a sua gravidade e, sobretudo, a situação biopsicossocial do adolescente. Esses elementos indicam a necessidade de aplicar, ou não, medidas socioeducativas (TRAJETÓRIAS, 2020, p. 10).

O ECA, em seu Artigo 180, diz que é a partir da oitiva informal e de todo arcabouço factual reunido pelo representante do MPRJ, será decidido qual encaminhamento será dado ao adolescente. Em tal situação, o promotor poderá:

promover arquivamento, conceder remissão, ou representar à autoridade judiciária. No primeiro caso, o MPRJ entende que não há justa causa para a deflagração da ação socioeducativa. A decisão de arquivamento, uma vez homologada, encerra o procedimento e não há aplicação de medida socioeducativa, mas o adolescente ainda pode pleitear por medida protetiva, se for o caso. A remissão, por sua vez, é concedida quando o MPRJ verifica indícios de autoria e de materialidade, mas entende que não é necessário oferecer representação devido às condições biopsicossociais do adolescente, entendendo que o fato não representa risco para o adolescente ou para a sociedade, e que a probabilidade de reiteração é baixa. Nesse caso, também, há exclusão do processo, mas é possível a aplicação de medida socioeducativa em meio aberto. Essa norma encontra amparo nos princípios da mínima intervenção judicial, que deve nortear o procedimento socioeducativo, representando verdadeira mitigação ao princípio da obrigatoriedade ((TRAJETÓRIAS, 2020, p. 10).

Por conseguinte, caso seja descartado a hipótese de arquivamento do processo ou não haja a possibilidade da remissão, isto é, de perdão, cabe segundo o art. 182 do ECA e o relatório ao MPRJ, dar seguimento com representação à autoridade judiciária para verificar a medida socioeducativa mais adequada, findando, assim, a fase ministerial. Ao término desta fase dá-se início a uma nova etapa com novos atores e instituições, agora temos a presença do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), inaugurando a fase processual. Assim:

Caso o MPRJ tenha oferecido representação, a autoridade judiciária deverá decidir pelo seu recebimento e, em caso positivo, designará audiência de apresentação do adolescente, decidindo, desde logo, sobre a decretação da internação provisória, se houver requerimento do MPRJ nesse sentido (Art. 184 do ECA). Caso o juiz decreta internação provisória, o adolescente será encaminhado a uma unidade do Degase e o juiz deverá concluir o procedimento no prazo máximo de 45 dias (Art. 183 do ECA). De acordo com o Art. 108 do ECA, a decisão pela internação provisória deve ser fundamentada em indícios suficientes de autoria, materialidade e necessidade da medida. Caso contrário, o adolescente será entregue pelo MPRJ

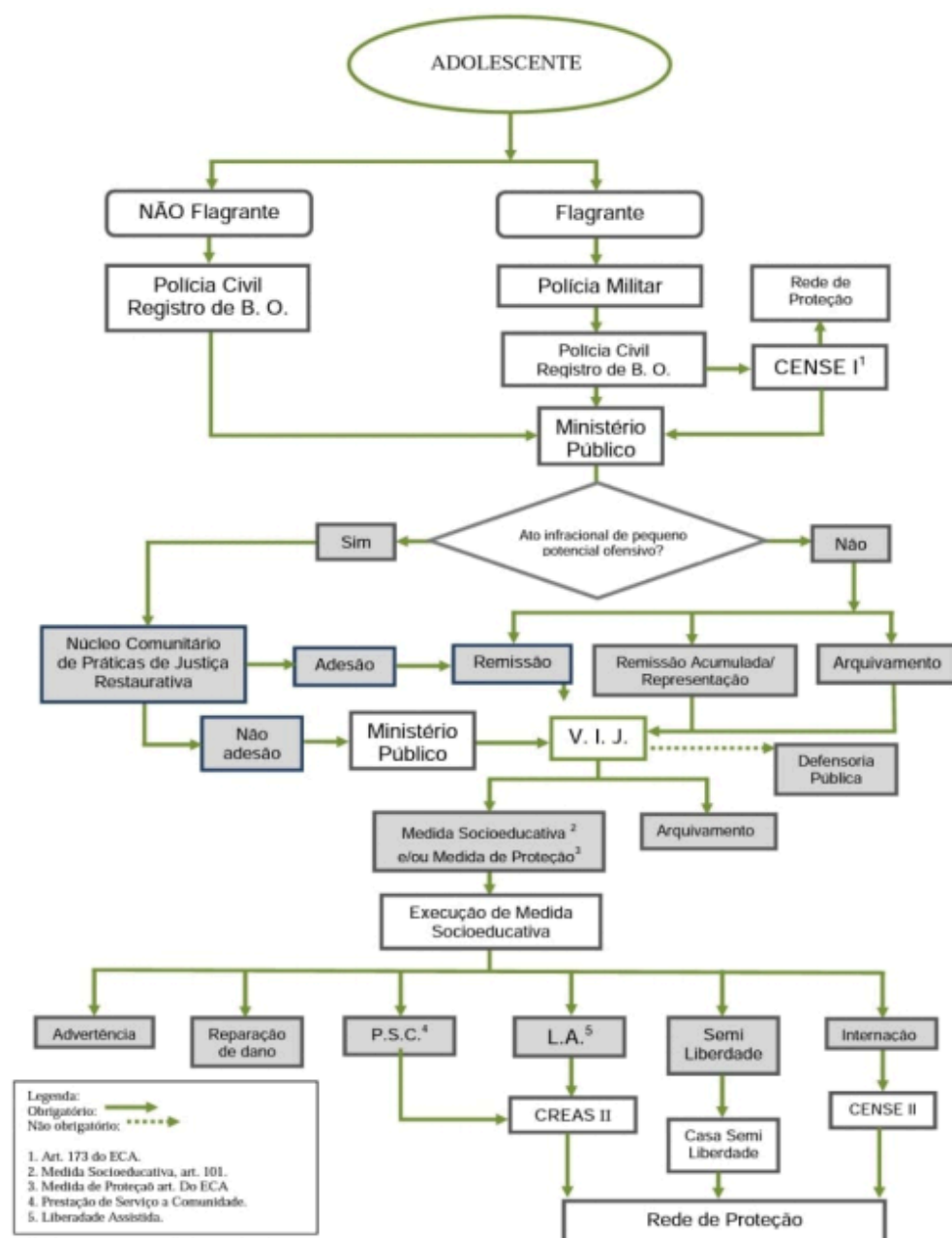
aos pais ou responsáveis e responderá em liberdade. Não sendo localizados seus pais ou responsáveis, ele será encaminhado ao acolhimento institucional (Trajetórias, 2020, p. 11).

Conforme o relatório do MPRJ, na fase processual, o adolescente será submetido a audiência de apresentação, na qual o Juiz vai ouvi-lo no processo chamado de oitiva. Também devem participar dessa audiência, seus pais e/ou responsáveis. O adolescente também será acompanhado por advogado ou defensor público e, nessa audiência, o Juiz poderá:

Conceder a remissão (Art. 186 §1º do ECA), nesse caso como forma de extinção ou suspensão do processo, com a possibilidade de aplicação de medida socioeducativa em meio aberto. Entendendo ser necessária a instrução para aplicação de medida socioeducativa por sentença, a autoridade judiciária designará audiência de continuação (Art. 186 §2º do ECA). Após audiência de continuação, o juiz irá proferir sentença aplicando a medida socioeducativa que entender mais adequada ao caso, podendo esta ser uma medida de meio aberto ou fechado. É possível também que o juiz julgue improcedente a representação (TRAJETÓRIAS, 2020, p. 11).

Com intuito de uma melhor visualização, ou seja, de uma compreensão esquemática dos caminhos, avenidas e encruzilhadas percorridos por um adolescente quando do cometimento de um ato infracional, apresentamos a seguir um fluxograma que nos fornece um mapeamento detalhado de toda a jornada prevista pelo Sinase e pelo ECA. O esquema visual contempla as etapas já descritas e as que ainda vamos tratar, bem como as que, porventura, poderão não ser, adequadamente, apreciadas ao longo do presente tópico (Figura. 01).

Figura 20- Fluxograma de atendimento ao adolescente em situação de ato infracional



Fonte: Ministério Público do Paraná.

A leitura do fluxograma nos permite compreender a jornada a ser percorrida por um adolescente no cometimento de um ato infracional. O mapa aponta quais os caminhos, avenidas e entroncamentos que o primeiro contato com o sistema de justiça submete um adolescente, bem como os atores e instituições são mobilizados em cada etapa do percurso investigativo-processual.

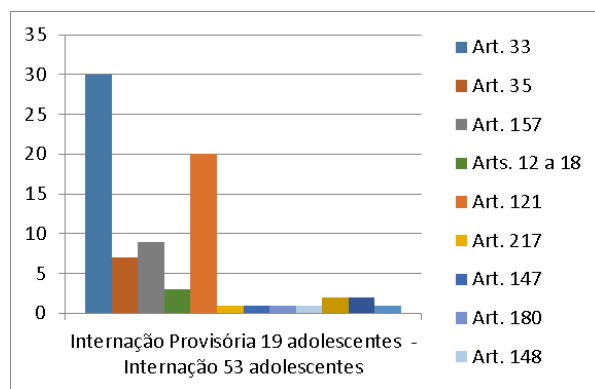
5.2 O Estado penal e os atos infracionais

A população socioeducativa ativa no Degase de Campos em abril de 2021 era de 53 adolescentes cumprindo medida de internação e 19 de internação provisória. Realidade bem diferente dos números encontrados no mesmo período no ano de 2019, por exemplo, quando a unidade era acometida pela superlotação. O Degase de Campos foi projetado inicialmente para abrigar 16 adolescentes na internação provisória e 80 adolescentes na internação. Porém, em 2019 a internação provisória contava com 27 adolescentes e a internação com 157. Nota-se que a partir do habeas corpus coletivo do Facchin a unidade se manteve dentro dos limites de sua capacidade, não ultrapassando a capacidade de atendimento.

Quanto ao gênero, a unidade, como já foi apontado na introdução, atende exclusivamente adolescentes do sexo masculino. A faixa etária dos adolescentes varia entre 16 a 18 anos. Quanto a cor, o Degase de Campos não é diferente da realidade nacional, a maioria dos adolescentes que frequentam a instituição são adolescentes negros ou pardos, oriundos das classes populares e com baixa escolaridade.

Os atos infracionais registrados no Degase são variados, porém o tráfico de drogas, Artigo 33, figura no topo da lista dos atos infracionais responsável pelo maior número de apreensão de adolescentes, seguido pela tentativa de homicídio Artigo.121, que na maioria das vezes, tem relação com o primeiro. O gráfico abaixo traz os principais artigos encontrados entre a população socioeducativa do Degase de Campos em 2021.

Gráfico 1-População Socioeducativa ativa em 15/04/2021 no Degase Campos



Fonte: equipe diretiva

Quadro 1- Artigos e quantitativo de adolescentes

Artigos	Efetivo
Art. 33 (tráfico)	30
Art. 35 (Associação para o tráfico)	7
Art. 157 (Roubo e suas modalidades)	9
Arts. 12 à 18 (Lei do desarmamento)	3
Art. 121 (Homicídio e suas modalidades)	20
Art. 217 (Estupro e suas modalidades)	1
Art. 147 (Ameaça)	1
Art. 180 (Receptação)	1

Art. 148	1
Art. 155 (Furto)	2

Fonte: equipe diretiva

No ano de 2021, conforme dados fornecidos pela equipe diretiva, dos 53 adolescentes que cumprim medida de internação no Degase Campos, 30 estavam apreendidos por sua participação no mercado ilegal de venda de drogas, isto é, atuando no trabalho do tráfico de drogas. De acordo com a Lei 11.343/06 -Lei de drogas- em seu Artigo 33, configura tráfico de drogas os seguinte comportamentos:

Art 33- Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. (BRASIL, 2006)

Segundo Marcelo da S. Campos (2018) a Lei de Drogas promulgada em 2006, eliminou a pena de prisão para usuários de drogas, além disso, a lei visava a diferenciação entre usuários e traficantes, isto é, o deslocamento de “usuário de drogas do sistema de justiça criminal para o sistema de saúde” (Campos, 2018, p. 31). Uma vertente que entendia o usuário como alguém que precisava ser atendido pelo sistema de saúde e não pelo sistema penal. A mesma lei que tirava os usuários do rol de criminosos, também foi a mesma lei que endurece a pena para os considerados traficantes e um dos efeitos mais visíveis da Lei de Drogas foi o aumento considerável das prisões e apreensões -no caso dos adolescentes-, por tráfico de drogas no Brasil. Assim, “passados alguns anos de sua vigência, observa-se que a aplicação deste ‘novo’ dispositivo legal, no interior do sistema de justiça criminal, trouxe como sua principal implicação a intensificação massiva da criminalização de indivíduos por tráfico de drogas.”(CAMPOS, 2018, p.32).

Marisa Feffermann (2006) contribui para o debate ao trazer à pauta que o controle das drogas é a via que o Estado escolheu para exercer e expandir seus domínio sobre a conduta dos indivíduos. Além de ser apontado pela autora como um projeto estatal de saneamento da

sociedade, que propõe regulamentar e disciplinar os usos dos espaços públicos e privados. Estratégia que é sempre utilizada, hora de forma direta ou indireta com novas roupagens, vide a “Operação Verão”, iniciada em 2023 na Cidade do Rio de Janeiro, uma iniciativa do Governo do Estado em parceria com a Prefeitura. O objetivo da operação é aumentar a segurança na orla das praias da cidade do Rio de Janeiro no período da primavera e verão, porém a operação tem impedido que jovens das classes populares, em sua maioria negros e moradores de comunidades, acessem as praias. A operação verão gerou uma disputa judicial, principalmente sobre a legalidade dos métodos empregados pelas forças de segurança, já que na maioria dos casos os jovens são apreendidos e encaminhados à central de acolhimento para identificação, sem qualquer flagrante de ato infracional ou mandado, que seriam os casos legalmente autorizados para condução de um adolescente a delegacia.

Observa-se uma criminalização, por parte do Estado, da juventude popular, isto é de jovens negros, pobres e periféricos que são estigmatizados e violentados sistematicamente. Por um Estado, que em tese, deveria prover acesso ao lazer, trabalho e a cidadania, porém o que se observa são práticas ligadas a ideia de “classes perigosas”, bem como as permanências de um encarceramento seletivo de jovens negros. Além de evidenciar o que Silvio Almeida (2019, p. 31) vai chamar de racismo institucional. Segundo o autor, “é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ele visa resguardar”. Em outras palavras, as instituições estão vinculadas à ordem social da classe que a domina, visando, desta forma, resguardar o seu poder político, econômico e ideológico.

Segundo Wacquant (2001), a precarização do trabalho assalariado, a adoção de uma ordem ultraliberal, o deslocamento da centralidade dos direitos humanos e sociais, o declínio do estado na manutenção da ordem pública são alguns dos fatores responsáveis pela implantação de um *Estado penal*. Um estado que visa o alargamento do sistema punitivo. Além disso, a lógica da penalidade neoliberal é paradoxal na medida que “pretende remediar com um ‘mais Estado’ policial e penitenciário o ‘menos Estado’ econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo” (Wacquant, 2001, p. 4). O autor nos aponta ainda, que esse panorama se torna mais grave em países com fortes desigualdades de condições e de oportunidades. Demarcando a transição do “estado-providência” para o “estado-penitência”.

Para Wacquant, a corrente conservadora constrói, reforça e dissemina a ideia da meritocracia. Que atribui ao comportamento dos pobres, as razões e causas da pobreza e conseqüentemente das desigualdades sociais, tirando completamente a responsabilidade das políticas sociais ou dos governantes, pela desigualdade de renda em uma sociedade capitalista. A miséria, nesse cenário, é consequência direta do enfraquecimento, enquanto projeto político, do estado, no que diz respeito à desregulação da economia, precarização do trabalho assalariado, pauperização dos trabalhadores, que têm impactos diretos no aumento da violência e da criminalidade. Sendo a violência gerada pelo Estado Penal, combatida com estratégias de violência, vide as operações policiais em comunidades pobres.

Desse modo, discursos de fundações e políticos conservadores, vão, ao longo do tempo, construindo uma cultura de combate radical à violência, à seletividade penal e à construção de seus inimigos reais e imaginários, em sua maioria negros, pobres e migrantes, aos quais são atribuídas as causas da violência e por isso devem ser banidos. Vários países depositaram no encarceramento em massa, uma possível solução para o problema da criminalidade e da violência.

Como observa Angela Davis (2018), os Estados Unidos, desde a década de 1980, concentraram esforços para construir mais prisões e, conseqüentemente, aprisionar mais indivíduos, o que tinha respaldo em argumentos políticos que defendem medidas mais duras de combate ao crime. Porém, a autora diz que os números crescentes de encarceramento não tiveram um impacto na redução da criminalidade “na realidade, o padrão mais óbvio foi que populações carcerárias maiores não levaram a comunidades mais seguras, mas as populações carcerárias ainda maiores” (DAVIS, 2018, p. 12).

No Brasil, muitas são as evidências de um estado penal que pune seletivamente os jovens negros, pobres e periféricos.

5.3 “Atenção facção criminosa do nosso coletivo Comando Vermelho”: interditos, fachadas, regras e ritos das facções criminosas no Degase.

As regras das facções se manifestam não só no comportamento dos adolescentes para com outros adolescentes, isto é, no que tange ao modo de falar e no uso dos signos e símbolos, mas também nas suas interdições. A adesão de um adolescente a uma facção, como já foi

apontado, vai determinar o modo de pensar, agir e sentir desse membro dentro da instituição. As evidências do poder dessa faccionalização pululam na unidade. A facção Comando Vermelho é uma das mais duras no que diz respeito aos códigos de conduta, pois seus mandamentos passam pela proibição de prestar qualquer tipo de serviços para o estado, o que impacta diretamente no trabalho socioeducativo. Essa proibição impede que os adolescentes filiados desta facção participem de algumas atividades desenvolvidas na instituição, diga-se de passagem, não são muitas, por exemplo a monitoria, quando da sua existência. Na concepção dos filiados do CV eles ao desenvolverem atividades na e para a unidade, eles estariam trabalhando para o estado, o que dentro dos mandamentos da facção é proibido. Além disso, há casos em que os adolescentes são até mesmo proibidos de conversar ou cumprimentar um funcionário do estado, que são, na perspectiva dos filiados do CV, considerados *vermes*. Observa-se no relato dos agentes, que os adolescentes pertencentes ao CV que por ventura flexibilizam a regra são censurados pelos demais, conforme relatado pela equipe diretiva durante a entrevista.

Pesquisadora: Tem menino que não fala com servidor?

Entrevistado: Tem, tem facção que não admite que haja uma conversa, exceto conversas extremamente essenciais: “eu preciso disso” “eu preciso daquilo” “eu posso isso ou aquilo”. Mas não tem uma conversa sobre a vida, sobre questões pessoais, sobre futebol.

Pesquisadora: E vocês costumam conversar essas coisas com os meninos?

Entrevistado: Sim, nós não temos ... principalmente se o Botafogo perde (risos). Tem adolescentes que a gente consegue ter esse tipo de conversa e tem outros que não, são os que são mais arraigados com a facção, porque tem códigos de facção que você não pode dar bom dia, não pode nem pedir por favor ao funcionário.

Pesquisadora: E como eles pedem as coisas?

Entrevistado: Eles vão pedir, sei lá... se alguma coisa cair no chão, [eles falam] “oh fulano você pode pegar isso aí pra mim que caiu aqui?”, só não pode usar o por favor, ele vai usar um tom de voz tranquilo, não é nada imperativo: “fulano, pega essa coisa que caiu no chão!” não é nada nesse sentido, mas ele não pode usar o por favor. Se a gente der bom dia, o máximo que eles vão responder é “tranquilo”, esse é o máximo de educação deles.

Pesquisadora: Qual facção faz isso?

Entrevistado: Comando Vermelho

Pesquisadora: As outras vocês percebem regras tão rígidas quanto essas presentes no Comando Vermelho?

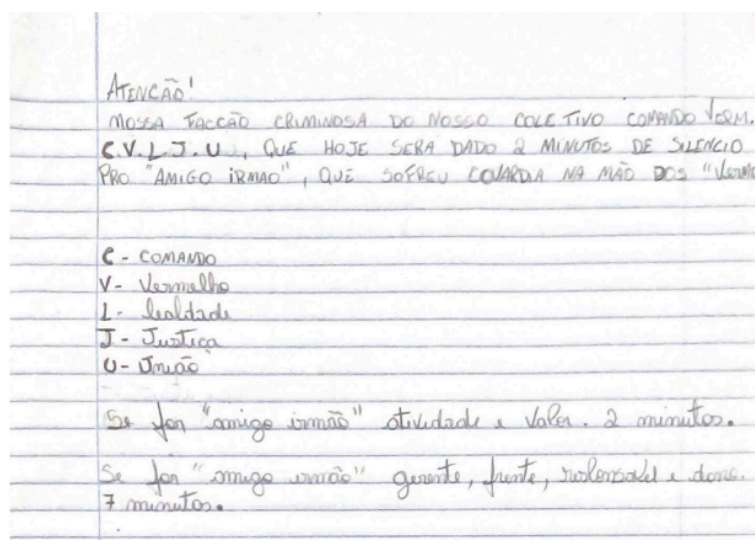
Entrevistado: De convivência?

Pesquisadora: É

Entrevistado: Se der uma rodada aí você percebe que o Comando Vermelho é muito mais sisudo.

Os gestores apontam que além desses comportamentos, existem rituais que são realizados diariamente pelos adolescentes do CV dentro dos alojamentos, tal como orações e o luto no caso do assassinato de um membro da facção. Ao inquirir um adolescente do C.V, ele me disse que toda vez que um “amigo irmão” da facção morre, eles fazem um ritual de luto em memória do falecido. Na maioria das vezes eles ficam sabendo pelos vasos comunicantes eletrônicos, isto é pela televisão do assassinato de um integrante da sua facção, que são resultantes de confrontos entre policiais, que são chamados de *vermes*, e membros da facção. O ritual do luto consiste no pronunciamento, geralmente feito pelo adolescente líder, isto é, pelo *mais velho*, no alojamento, seguido por alguns minutos de silêncio. O tempo de silêncio vai depender da posição hierárquica do falecido na facção, quanto maior o grau hierárquico maior o tempo de silêncio dedicado à memória do falecido. O que eles falam e o tempo de silêncio foi descrito pelo adolescente em uma folha de caderno durante uma aula de sociologia, que pode ser conferido na imagem abaixo.

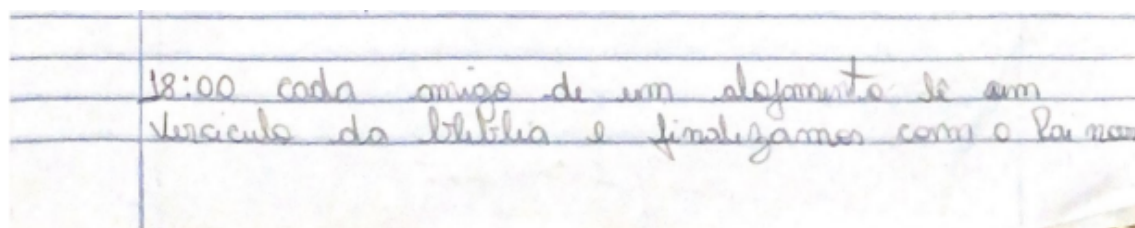
Figura 21- Relato do luto.



Fonte: caderno de campo.

Além do ritual do luto, a escrita evidencia os valores cultivados pela facção, que são os de lealdade, justiça e união. Esses valores vão orientar as práticas dos adolescentes dentro da unidade, assim, independente se o morto era conhecido deles ou não, eles vão render a homenagem com base nos valores cultivados pela facção, que são levados muito a sério dentro da instituição. Outro ritual *suis generis* relatado pelo adolescente, é a realização cotidiana de ritos religiosos. Segundo o relato do adolescente, diariamente às 18h é realizada a leitura de versículos da Bíblia, seguido pela oração do Pai Nosso. Cabe o registro que eles rezam a oração do Pai Nosso de forma adaptada a sua realidade. Não consegui registros escritos dos próprios adolescentes, mas eles tem uma versão diferente da oficial.

Figura 22 - Relato do momento religioso



Fonte: caderno de campo

Para encerrar o dia, além dos ritos religiosos, há o pronunciamento da “última forma” realizado pelo *mais velho* da facção. Esse pronunciamento final acontece, geralmente, às 22h e também é seguido por uma oração do Pai Nosso. Essa “última forma”, visa o silêncio para que aqueles que queiram dormir não sejam incomodados pelos que querem ficar acordados conversando, vendo televisão ou ouvindo música.

Figura 23- Última forma

Todos os dias quando são 22:00 do noite o
 coletivo tem que da atenção.
 Pra "amigo irmão" mas velho da galera por
 falar os 22:00
 "atenção"
 Nessa facção omissa do nosso coletivo comando
 Vermelho.
 São devidamente 22:00 fica a compreensão dos
 amigos pra deixar o Tom de voz, o modo e
 a tela, última forma no penteado.
 realizamos a oração do Pai Nosso.

Fonte: caderno de campo

Por esses e outros comportamentos os adolescentes pertencentes ao Comando Vermelho são conhecidos na unidade pela sua organização e comportamento *sui generis* no que tange ao respeito às hierarquias entre eles e principalmente, as formas, muitas vezes, violenta e com requintes de crueldade, com a qual eles *cobram*, isto é, punem aqueles que desrespeitam os mandamentos da facção dentro da unidade. Como apontado pelos gestores, há exceção no fechamento e rigor do comportamento dos adolescentes filiados ao CV, mas é mínimo, conforme eles nos dizem.

Pesquisadora: Isso é uma característica que vocês encontram em todos os adolescentes que se dizem C.V ou tem exceções?

Entrevistado: Toda regra tem exceções, mas eu vou te dizer que é uma exceção mínima. E que são corrigidos, chamados atenção. Se eu pegar um garoto aqui agora e trazer aqui, se a gente começar a conversar e quebrar o clima, ele vai dar uma risada, vai descontrair, só que no grupo, com os colegas de facção, é sisudo. Porque, é como eu falei, ele é corrigido, o grupo corrige: "pô, fica dando risada pra funcionário, não pode não", é nesse sentido: "ah tá falando de futebol aí com funcionário, esse assunto não pode não"

A fala dos gestores também evidencia a vigilância constante do grupo quanto aos comportamentos dos seus membros, isto é, a necessidade dos integrantes da facção dentro desse convívio performarem o pertencimento. Em outras palavras, mesmo quando o adolescente não tem nenhuma relação com uma facção, em sua passagem pela instituição, ele vai passar a ter, mesmo que seja uma participação proforma, ou a partir da construção de uma fachada

(Goffman,1998). Ele vai precisar encampar as regras e performar os ritos da facção dentro da instituição.

Quando falo de construção de fachada, ele não se limita apenas à facção Comando Vermelho, isso porque, todas as facções terão seus rituais, normas e regras que as diferenciam das demais e, conseqüentemente, exigirão, com mais ou menos organização e rigor que seus filiados sigam as suas cartilhas. No que diz respeito à construção de fachada, me refiro por exemplo a um adolescente que ficou quase três anos no Cense e se diferenciava dos seus colegas de facção e de sala. Sempre muito educado, centrado, nunca se metia em confusão, apesar de dizer, quando na presença de outros adolescentes, que pertencia à facção TCP. Entretanto, em várias ocasiões, que estávamos só eu e ele, dizia que não tinha nenhum envolvimento com facção, que só queria *pagar* (cumprir a medida) o dele na tranquilidade e ir embora. O adolescente, que vou chamar de João, tinha um comportamento, que era considerado exemplar pelos agentes ao ponto de ter sido escalado, pela unidade, como monitor.

Monitores eram adolescentes que apresentavam bom comportamento e eram escolhidos, a partir do interesse do adolescente, para desenvolver atividades de manutenção na unidade. Eram adolescentes que gozavam de uma certa liberdade, pois circulavam pela unidade, isto é, não ficavam o dia inteiro dentro do alojamento, saindo apenas para atividades específicas, tal como escola, banho de sol, quadra e/ou atendimento médico e jurídico.

Os monitores cuidavam, na época, da horta que existia, capinando o terreno e faziam pequenas manutenções na unidade, mas sempre com a supervisão de um ou mais agentes. Os monitores gozavam de uma situação diferenciada, pois usava uma blusa de cor diferente da dos demais adolescentes com objetivo de uma identificação e diferenciação visual e tinham a sua rotina totalmente alterada e uma maior circulação pela unidade, além de ficar em um alojamento separado, isto é, a função de monitor fazia com que o adolescente fosse colocado em um alojamento específico para monitores, isto é, em tese, desfaccionalizado. Hoje esse projeto está desativado.

João, segundo relatos do próprio, teve uma adolescência “normal” em uma cidade do interior do estado. Segundo ele, sem envolvimento com drogas ou com amigos que fizessem uso. Sua vida era estudar e trabalhar com seu pai em um empreendimento familiar, o que me fez entender que João dispunha de uma condição financeira razoável, tendo como métrica a condição financeira média dos adolescentes que frequentam a unidade, que são majoritariamente das

classes populares e narram uma vida pregressa de dificuldades financeiras e materiais. Muitos vêm de famílias chefiadas exclusivamente por mulheres, isto é, não têm a figura do pai presente em suas vidas, participando de sua criação, como era o caso de João.

João, no auge da sua adolescência teve um relacionamento homoafetivo, com um homem, que chamarei aqui de Clodoaldo, de sua cidade. Um relacionamento sigiloso que chegou ao fim quando João se apaixonou e começou a namorar uma menina de sua idade. Porém, essa ruptura não foi sem sobressaltos, pois, segundo a versão de João, Clodoaldo não aceitou o fim do relacionamento com João e estava querendo reatar. O insucesso do retorno fez com que Clodoaldo ameaçasse João, isto é, Clodoaldo ameaçou contar para toda a cidade que eles tiveram um relacionamento. João com medo da repercussão do caso e de ter o seu relacionamento e a sua masculinidade colocados em dúvida, encomendou e pagou pela morte de Clodoaldo.

João contratou um matador de aluguel para resolver o caso, o que foi feito com sucesso. Porém, João não contava que o matador seria preso em outro crime e confessou que matou Clodoaldo a mando de João, o que o levou a ser preso como mandante e mentor intelectual do homicídio. Resumidamente, essa é a história de João e o caminho que o levou ao Degase. A história nos interessa, porque João, ao chegar na unidade, não tinha, segundo relatos dele, uma facção, ou seja, não pertencia, pregressamente, a nenhuma facção. Mas ao adentrar a unidade, foi necessário escolher um lado. Ao declarar não pertencimento pregresso, mas ao indicar o seu lugar de origem, foi classificado, por um agente socioeducativo, na facção TCP e colocado em um alojamento destinado a adolescentes dessa facção. E, cabia a João, quando em grupo, seguir as regras internas das facções, isto é, performar o pertencimento, ao menos, discursivamente.

Existe um conjunto de regras que devem ser seguidas em cada um dos alojamentos de acordo com cada facção. Cada grupo faccional produzirá suas regras de convívio entre eles. Regras essas que vão definir quem serão seus amigos e quem serão seus inimigos, além de definir até mesmo o dia que um adolescente pode se masturbar. Regras que vão orientar todo o modo de pensar, agir e sentir daqueles que passam a fazer parte deste ambiente. Essas regras muitas vezes são adaptações das regras das facções praticadas na *pista*, além de adaptação das regras da instituição traduzidas para a realidade e entendimento dos adolescentes, ou são apenas fruto da criatividade dos adolescentes dentro da instituição.

5.4 Redes, relações e o *fortalecimento*

A pesquisa de campo e meu pertencimento próximo, porém distante – uma vez que trabalho no Degase mas não sou funcionária do Degase – me permitiu verificar, assim como Willian Foot Whyte, em sua *Corneville*, que os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Degase de Campos, apresentam um “Complexo sistema de relações entre grupos, redes sociais e interações individuais que expressava densos e ricos conjuntos de significados” (Whyte, 2005, p. 13). Isto é, muitos adolescentes a partir da instituição vão construir novos vínculos de sociabilidade que vão durar para além da medida socioeducativa.

Desta forma, além de casos similares ao de João, que, supostamente, não tem uma vinculação pregressa a uma facção e que muitas vezes são faccionalizados ao chegar na instituição. Seja através da indicação do agente de socioeducação; seja através da autodeclaração do jovem pelo fato de seu bairro pertencer a uma facção específica e seja essa adesão real ou de fachada, uma coisa é certa, uma vez no Degase, o adolescente vai criar vínculos faccionais, independente de sua vontade. Isso porque o Degase vai patrocinar encontros que acabam “oferecendo oportunidade singular de estabelecer contatos, alianças ou rupturas” (Dias; Manso, 2019, p. 227) com diferentes atores e facções que, possivelmente, jamais se encontrariam se não fosse pelo fato de estarem cumprindo uma medida socioeducativa.

Redes e relações serão estabelecidas dentro da instituição e, muitas vezes, serão continuadas e aperfeiçoadas fora da instituição. Isto é, as relações estabelecidas no Degase transbordam os muros institucionais e criam vínculos que proporcionam um intercâmbio entre bairros distintos de uma mesma facção ou até mesmo o ingresso de um adolescente em uma nova facção e, conseqüentemente, em um bairro distinto de seu logradouro de origem. Por exemplo, um adolescente do TCP do bairro Cidade Luz, conhece dentro do Degase um adolescente do TCP da Portelinha, que fica no Parque Califórnia, ou seja, são da mesma facção, mas são de áreas com dono/patrão diferente. Quando em liberdade, o adolescente pode ir ao encontro desse ou convidá-lo para dar continuidade aos vínculos iniciados na instituição. Conforme relatado por Januário, um dos adolescentes entrevistados, que nos diz que:

Hã, tipo assim, a gente conhece o menor aqui dentro mermo, quando a gente vê que o menor é bom mermo. Aí tipo assim, aquela pessoas, tipo assim, se ligou, que a gente não tem amigo. Se ligou não? Mas querendo ou não, sempre tem aquele menor que a

gente sente pureza. Qui nem a senhora, sempre tem uma amiga que a senhora sente mais afinidade, se ligou não? O papo da gente é assim também, a gente vê que o menor é bom, pá, a gente quer ele do nosso lado. Aí eu saí agora, tava tranquilo, pá. Mandeí uma mensagem pra ele: “- bagulho cê vim pra cá”. (Entrevista com adolescente, junho 2021)

Observa-se a criação de vínculos entre os adolescentes de bairros e até mesmo de Municípios distintos durante o período de internação na instituição. A passagem do adolescente pela internação proporciona a criação de vínculos de sociabilidade fortes o suficiente, que permanecem mesmo depois da liberdade, na figura do *fortalecimento*, ou o *deixar forte*, categoria nativa para descrever a continuidade das relações, de ajuda mútua, iniciadas dentro da instituição. Essa ajuda pode ser de ordem material, bélica, monetária ou simbólica, quando da liberdade. Como é o caso de Januário, que disse ter conhecido em uma das suas passagens um adolescente que quando ele saiu do Degase o fortaleceu dando casa, drogas e uma arma para ele recomeçar a vida.

Pesquisadora: Você conheceu esse adolescente aqui dentro?

Januário: É, conheci aqui dentro. Aí tipo, cheguei lá, o menor já me deu a casa, me deu a droga, me deu a peça.(Risos). Eu tava tranquilo. Tava lá tranquilão. (Entrevista com adolescente, junho 2021)

Observa-se, que os laços estabelecidos durante a passagem no Degase continuam fora da unidade, isto é, quando os adolescentes que se conheceram na unidade se procuram fora dela para manter uma conexão e buscar ajuda para recomeçar. Há relatos de que essas relações e recomeços, podem ser tanto para fins criminais, quanto para superação das ações criminosas, ou seja, para conseguir um emprego formal e “*abandonar a vida do crime*”.

5.5 Dia de visita

Cabe o registro que poucas são as atividades que os adolescentes têm acesso. Muitas vezes a rotina deles envolve ficar a maior parte do tempo em seus alojamentos, já que todas as refeições são feitas via fornecimento de quentinhas e distribuídas no alojamento, dispensando assim a necessidade de saírem. As saídas mais frequentes de seus respectivos alojamentos, são

bem pontuais. Por exemplo, diariamente eles são levados para o solário, para tomar banho de sol. Entretanto, o solário fica dentro da própria internação. Os momentos que eles de fato saem de suas internações e alojamentos é para irem para escola que fica em um prédio separado dos alojamentos, mas como apontado no capítulo um, no mesmo terreno, além de em dias específicos irem para quadra jogar futebol. Além dessas atividades, que podem ser consideradas as mais frequentes, os adolescentes saem dos alojamento quando é dia de atendimento técnico, médico, quando o defensor(a) público(a) vai à unidade ou para ir ao Fórum, em caso de audiência ou ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Em casos excepcionais, saem da unidade para algum atendimento médico de urgência.

Nos finais de semana, eles saem do alojamento para receber a visita do familiar que é realizada na quadra. Na ocasião, são distribuídas mesas e cadeiras por toda a quadra para que os adolescentes possam receber seus familiares. Entretanto, só o adolescente que vai receber visita no dia é tirado do alojamento. A visita é dividida de acordo com a modalidade de internação, ou seja, se o adolescente é da provisória ou da internação. Até a visita familiar é realizada a partir dos critérios do pertencimento faccional dos adolescentes, o dia e turno da visita leva em consideração o pertencimento dos adolescentes as respectivas facções. Além da divisão por facção, existe a separação para os adolescentes que estão na internação e os dias específicos das visitas para os adolescentes que estão na provisória.

Vou narrar aqui a configuração de como era a visita na ocasião da pesquisa de campo, porém, cabe lembrar que essa configuração já pode ser diferente hoje, haja vista a mudança ser uma constante na rotina da instituição. Às sextas-feiras são destinadas à visita dos familiares dos adolescentes que estão na provisória, independente da facção. Aos sábados, na parte da manhã recebem visita os adolescentes do TCP, cujo nome se inicia com as letras A até J. Sábado à tarde é a vez dos adolescentes do CV e ADA, como esses são minoria, todos conseguem ser atendidos em um único turno. E finaliza no domingo pela manhã com o atendimento dos adolescentes do TCP das letras K até Z.

5.6 “Quem não é visto não é lembrado”: signos, símbolos e regras de pertencimento faccional²²

A alta rotatividade do público da escola faz com que sua equipe seja telespectadora, a cada semestre, de novas formas de existir e se expressar trazida por alunos que chegam à unidade. Formas muito singulares que dentro da instituição ganham ou são atribuídas a novos significados. Os adolescentes no contexto de privação de liberdade dentro do Degase (re)criam uma linguagem e um linguajar muito específico, que ao mesmo tempo é encontrado em outros adolescentes na *pista*. Afinal, eles levam a sua bagagem cultural que dentro da instituição é usada ou ressignificada, mas também encontramos signos e significados que são particulares desse universo. Por exemplo, é muito comum que os adolescentes se comuniquem entre eles através da linguagem de sinais. Não consegui identificar se eles realmente tem um domínio das libras, ou se essa linguagem de sinais utilizada por eles é uma inspiração nas libras, mas com adaptações realizadas pelos mesmos. A comunicação, muitas vezes, tem como objetivo que suas conversas não sejam compreendidas pelos agentes.

Observo que quase tudo ganha um novo nome no vocabulário deles, muitas vezes com objetivo de não se fazer entender por aqueles que os ouvem e não pertencem ao seu grupo. O que no início de minha atuação foi uma dificuldade, não que hoje eu tenha total domínio e compreensão da comunicação estabelecida entre eles, pois eles dão novos nomes para quase tudo que os cerca, além das gírias, expressões e códigos que estão sempre sendo (re)criados a fim de se comunicarem, seja verbalmente ou simbolicamente. Por exemplo, eles não tomam banho no banheiro, eles *pagam um pingão no boi*.

Dentre as especificidades de pertencimento *faccional* por parte dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Degase de Campos dos Goytacazes, observou-se que cada facção tem o seu conjunto de signos, símbolos e gestuais que dão sentido e amálgama às relações de cada grupo. Além disso, como observado também por Miranda e Paiva (2023) em unidades de socioeducação do Rio Grande do Sul, o pertencimento faccional, que se apresenta via discurso, vai ser, na maioria das vezes, a única ferramenta que esses adolescentes privados de liberdade vão dispor e manipular com maior agência. Isto é, o discurso vai ser a via utilizada pelos

²² Esse tópico faz parte de um artigo publicado na revista PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.30.2, jul./dez., 2023, p.127-146

adolescentes como meio de (r)existir em uma instituição de privação de liberdade. Assim, os autores nos dizem que:

Ao ingressarem em uma unidade socioeducativa e se perceberem despidos de sua liberdade e de seus objetos pessoais, os adolescentes reforçam suas identidades por meio daquilo que não lhes pode ser tirado: o discurso. [...] como uma ferramenta imaterial que permite a criação de vínculos com outros socioeducandos e o reforço de uma identidade vinculada a ideais de violência, poder e status no contexto de privação de liberdade (Miranda; Paiva, 2023, p. 198).

Partindo-se do pressuposto que o indivíduo é a unidade básica do processo social e suas produções são o resultado das influências culturais que o atravessam, o discurso é uma forma de acesso à realidade e subjetividade dos indivíduos, e a sua produção está diretamente condicionada ao contexto dos indivíduos que o produzem. Por sua vez, Foucault (2014) nos diz que é por meio do discurso que o indivíduo pode manter, transmitir e articular ideias.

Desse modo, as práticas discursivas são passíveis, sob o crivo da análise, de revelar as relações de poder que permeiam as relações sociais. Traço, portanto, como objetivo neste tópico, compreender como a (re)produção da linguagem, dos signos e dos símbolos é utilizada por esses adolescentes no interior de uma instituição total e são eles *vasos comunicantes*. *Vasos comunicantes* não só no sentido empregado por Godoi (2015). Isto é, o mundo de dentro e o mundo de fora, o dos libertos, conforme tratamos no capítulo dois tópico “3.4- O dentro e o fora: vasos comunicantes”. Mas no caso em tela, os *vasos comunicantes* – isto é, a (re)produção da linguagem, dos signos e dos símbolos – proporcionam um fluxo, meio ou ocasião de contato interno daqueles que estão na mesma instituição, mas por serem separados por grupos *faccionais*, e não frequentam os mesmos ambientes simultaneamente. No caso em tela, aparentemente, os *vasos comunicantes*, além de ligar dois mundos, já que visam a manutenção dos laços de solidariedade existentes na rua, ou, para usar uma categoria nativa, na *pista*, podem, ainda, proporcionar a criação de novos vínculos internos.

A (re)produção da linguagem, dos signos e dos símbolos no interior do Degase também serve para colocar em comunicação grupos que estão separados dentro da própria instituição. Sinalizam-se, dessa forma, as estratégias discursivas desenvolvidas no interior do Degase Campos dos Goytacazes como possíveis fissuras na ordem estabelecida, haja vista a proibição de os adolescentes portarem, fora do ambiente escolar, lápis, caneta, papel ou qualquer material que permita a escrita, conforme foi mostrado no capítulo quatro. Além disso, acredita-se que esses

escritos podem ser indícios de brechas de liberdade de ação e de exercício autônomo do eu, o que segundo Goffman (2015), passaria em uma instituição total, por um processo de mortificação, tema já discutido no capítulo dois.

Segundo Magalhães (2005), a Análise do Discurso (AD) tem como objetivo o tratamento teórico e metodológico do discurso. Por seu turno, a Análise do Discurso Crítica (ADC) “estuda textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio-histórico” (MAGALHÃES, 2005, p. 3).

A Análise de Discurso não trata da língua nem da gramática, ela trata do discurso. De acordo com Orlandi (2020), a palavra discurso, etimologicamente, guarda a ideia de movimento, de curso, de percurso, de correr por, desse modo, caracterizando o discurso como palavra em movimento, isto é, como a prática da linguagem. Dito de outra forma, é a prática dos indivíduos falantes. Além disso, o autor defende a tese de que não há como não estarmos sujeitos à linguagem, e que essa é a mediação entre o homem e a realidade natural e social. Não obstante, “essa mediação que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade que ele vive” (ORLANDI, 2020, p. 15).

Orlandi (2020) avança nessa argumentação, ao nos dizer que a AD não concebe a linguagem como um sistema abstrato, mas como a materialização do *modus operandi* dos seus falantes, permitindo-nos acessar seus valores, sua produção de sentido, suas tensões, bem como a materialização das suas ideologias dispostas tanto na fala, quanto nos textos. Para ela, é por meio da linguagem que a relação da língua com a ideologia se traduz. Assim, ela nos diz que:

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, [...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (ORLANDI, 2020, p. 17).

Por conseguinte, entendemos ideologia segundo as concepções de Bakhtin (2006) que apreende as palavras como fenômeno ideológico por excelência. Aponta que tudo o que é ideológico possui um significado situado fora de si mesmo; e, dessa forma, tudo o que é ideológico é, necessariamente, um signo. Bakhtin diz que é essencial operar a distinção entre significado e função de um objeto. Assim, o significado será sempre exterior e visa remeter a algo fora de si

mesmo. Entretanto, ele adverte que qualquer corpo físico pode ser percebido como símbolo. Desse modo, a distinção entre a função e o significado é essencial para compreendermos o que é apenas um objeto, que não tem um significado em si, mas sim uma função estabelecida e conhecida, e o que é um *símbolo ideológico*.

A conversão de um objeto físico em um *símbolo ideológico* acontece à medida que ele ganha um significado diferente da sua função e passa a representar ideias que estão para além da sua função física de objeto. Bakhtin aponta, como exemplo ilustrativo, a foice e o martelo presentes no emblema da União Soviética, já que esse uso fez com que esses, inicialmente, meros instrumentos de produção deixassem de ser vistos apenas do ponto de vista de sua função. Nesse caso, é como se os instrumentos de produção “transcendessem” da sua mera função de objeto e passassem a ter um significado ideológico, isto é, eles passaram a ser um signo com significado distinto da sua função prática.

Diferentemente da análise de conteúdo que vai procurar extrair sentidos do texto, procurando o que o texto quer dizer, a AD, de acordo com Orlandi (2020), preocupa-se em compreender como o texto significa. Não obstante, a Análise do Discurso “produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade” (ORLANDI, 2020, p. 18).

Enquanto a Análise do Discurso (AD) tem como propósito o debate teórico e metodológico, conforme apontado no início da presente sessão, a Análise do Discurso Crítica (ADC), segundo Magalhães (2005, p. 3), “desenvolveu o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea”. A ADC proporciona, assim, grandes contribuições de linguistas para investigações sobre racismo, discriminação de gênero, problemas institucionais, violência, exclusão social, entre outros.

Dessa maneira, com base na compreensão de instituição total como instituição que mortifica e mutila o eu com vista a minar a autonomia e ensejar a renúncia de vontade dos internos, a partir de Goffman, do entendimento do conceito de Análise do Discurso Crítica (ADC) e do conceito de ideologia trazido por Bakhtin, selecionamos 15 registros fotográficos feitos pela autora durante as aulas de Sociologia e o trabalho de campo em julho de 2021. Esses registros mostram a (re)produção da linguagem, signos e símbolos partilhados pelos adolescentes do Degase/Campos. Buscou-se a partir das inscrições realizadas pelos adolescentes nas paredes, no

mobiliário e no material escolar, compreender as ideologias, os valores socialmente estabelecidos, além das relações de poder e solidariedade entre os adolescentes dentro da unidade.

Para melhor compreensão do material, a fim de uma análise de caráter qualitativo, dos escritos dos adolescentes, separamos as fotografias em três grupos, ou, como prefere Magalhães (1986, p.183-4), “três quadros de referências”. São eles: 1. *Comunicação e demarcação de território*; 2. *Faccionalização e demarcação de território*; 3. *Instigação*, que é uma categoria nativa para *provocação*. Dito isso, passemos às análises do material.

1. *Comunicação e demarcação de território*

Figura 24: inscrições que expressam comunicação e demarcação



Fonte: caderno de campo.

No primeiro grupo (Figura 24), os discursos materializados em textos apontam para uma vontade de autoexpressão, transgressão das regras, demarcação de território e, principalmente, enunciação de sua presença na unidade. As paredes são, recorrentemente, marcadas com as iniciais do nome do adolescente, bem como as iniciais de seu bairro e sua cidade. Tais inferências se sustentam no fato de ser proibido escrever nas paredes, ou seja, a proibição de escrever na parede é uma regra da instituição.

Portanto, se por um lado é uma transgressão às regras institucionais, de outro é, conseqüentemente, um ato de autonomia de vontade do sujeito. Isto é, mesmo que a instituição total, segundo a perspectiva *goffmaniana*, tenha como princípio a mortificação do eu e tente submeter os indivíduos a uma monotonia de papéis, observa-se que os adolescentes elaboram meios de exercer a sua autonomia e autoexpressão, mesmo sujeitos a punições institucionais.

A partir das inscrições podemos observar que a tomada de decisão e o exercício da autonomia, mesmo que sejam sistematicamente enfraquecidos e atacados em uma instituição total, com vistas à mortificação e à mutilação do eu, (r)existe. Em outras palavras, a partir do momento que o adolescente decide escrever e o que escrever, estão, mesmo que de forma precária, exercendo a sua autonomia e sua liberdade de ação.

Além disso, durante as aulas de Sociologia, ao inquirir alguns adolescentes sobre o objetivo das inscrições, foi relatado que era para que outros adolescentes soubessem da sua passagem por ali. Dessa forma, as inscrições permitem que adolescentes, que porventura estejam em alojamentos distintos, mas sejam da mesma cidade ou bairro, tomem ciência da existência de seus vizinhos e/ou conterrâneos na instituição. Ou seja, a comunicação marca a existência de um outro adolescente da mesma *área*, marca sua presença, mesmo na ausência. A partir disso, é possível pensar que as inscrições funcionam como uma espécie de *vasos comunicantes* que permitem a manutenção, dentro da instituição, de laços de solidariedade construídos na *pista*.

2. Faccionalização e demarcação de território

Figura 25: inscrições que demonstram *faccionalização* e demarcação



Comando Vermelho de Friburgo.



Fonte: caderno de campo.

No segundo grupo (figura 25), seguimos com a tese da demarcação de território, mas podemos ver a presença de um signo que vai indicar ao leitor atento, que tem o domínio dos códigos e ideologias dominantes na instituição, o que denominamos de *faccionalização*, ou seja, a adesão e o pertencimento a uma das três facções que estão presentes no Degase: Terceiro Comando Puro (TCP), Amigo dos Amigos (ADA) e Comando Vermelho (CV).

No caso das imagens mostradas anteriormente, o número três é uma referência explícita que marca o pertencimento do autor à facção Terceiro Comando Puro (TCP). Além disso, as inscrições demonstram, aos moldes do que foi apontado por Bakhtin, a transposição de um número/objeto, com função em si em um signo ideológico, isto é, com um significado além da sua função prática. Desse modo, os adolescentes das outras facções não vão falar o número três, nem aceitar objetos que culminem no número três. Por exemplo, em algumas aulas na hora da distribuição de lápis de cor, os adolescentes do TCP não aceitam dois lápis e não fazem uso de lápis de cor vermelha, haja vista que a facção CV tem o número dois e a cor vermelha como símbolos ideológicos.

3 Instigação

Figura 26: inscrições que expressam instigação



Fonte: caderno de campo.

O último bloco da nossa análise versa sobre o que os adolescentes denominam de *instigação*, ou seja, a *instigação* pode ser compreendida como provocações e ameaças declaradas de um grupo para o outro. Essas *instigações* são direcionadas, na maioria das vezes, à facção rival ou aos supostos chefes do tráfico de determinada localidade. A *instigação* é fruto de inscrições em cima de uma inscrição já existente, ou seja, um comentário a uma tentativa inicial de demarcação de *território*, *faccionalização* e *enunciação de presença*.

Essa *instigação* evidencia a existência dos embates ideológicos e tensões de força existentes na unidade. A *instigação*, muitas vezes, é motivo de queixas dos adolescentes que denunciam e expressam a sua insatisfação para os agentes de segurança socioeducativos ou para a direção da escola. Pedem que a escola tome providências, pois do contrário eles próprios vão resolver a questão, pois sua facção foi desrespeitada.

A análise da (re)produção da linguagem, signos e símbolos entre adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação no Degase-Campos permitiu inferir, ainda que de forma panorâmica, que, segundo Goffman, mesmo estando em uma instituição total que gera a mortificação do *eu* e tolhe a autonomia do indivíduo, as práticas discursivas se mostraram uma possibilidade de fissura. Os adolescentes, por meio dos escritos, mostraram a existência de formas de contorno às regras estabelecidas, bem como a possibilidade de manter a comunicação e a criação de redes com outros adolescentes. Além do exposto, esses símbolos permitem a manutenção dos vínculos estabelecidos na *pista*, bem como demarcam o pertencimento a uma facção e, conseqüentemente, atualizam a rivalidade com os adolescentes de outras facções, isto é, são mecanismos de ligação e exclusão, uma vez que, “quem não é visto, não é lembrado”.

5.7 Empreendedores morais: (r)existindo na socioeducação

Algumas interações estabelecidas dentro do Cense entre os agentes e os adolescentes, como foi abordado no tópico anterior, dão indícios de um exercício de auto expressão dos adolescentes. Além dos casos narrados no tópico acima, existem outros que podem servir de modelo, por exemplo os casos em que os adolescentes pedem ao agente para trocá-lo de internação ou chamam o agente e solicitam a retirada de um adolescente do alojamento deles, ou seja, do *convívio*. Muitas vezes esse último tipo de solicitação é acompanhada de ameaças, caso seu pedido não seja atendido. Isto é, os solicitantes ameaçam espancar o adolescente em questão, caso a sua solicitação não seja atendida. O motivo que leva um adolescente a querer mudar de alojamento e o porquê deles não quererem mais a presença de um outro adolescente no *convívio* pode ser das mais variadas ordens. A primeira vista, obviamente, o mais sensato, nesse caso, é resguardar a integridade física do adolescente sob a tutela do estado que está em risco, logo, o melhor a se fazer é retirar esse adolescente do *convívio*.

Por outro lado, o atendimento dessas e de outras solicitações nos coloca diante de uma outra problemática, isto é, aponta para um possível afrouxamento da interferência de rígidos procedimentos administrativos e institucionais no modo de vida dos internos.

Ao olharmos de forma mais detida para as dinâmicas, relações e interações estabelecidas entre os agentes e os adolescentes no Degase é possível verificar, mesmo que de forma velada e sutil, que a instituição, em alguma medida, atende e até se adequa às demandas e regras dos adolescentes e as dinâmicas dos seus respectivos grupos. Obviamente, o atendimento das solicitações e demandas dos adolescentes não são recepcionadas prontamente, de bom grado ou por livre e espontânea vontade. Esse atendimento pode se dá, tanto pela via do diálogo cordial ou através de estratégias de reivindicação e mobilização ativa dos adolescentes. E os meios de mobilização ativa mais utilizados pelos adolescentes no Cense para pressionar os agentes a atender às suas solicitações e demandas, são: a *bicação de chapa*, a depredação do alojamento e até mesmo atear fogo nos colchões dentro do alojamento numa tentativa de rebelião.

Diante do exposto é útil pensarmos essas relações a partir do conceito de *empreendedores morais* desenvolvido por Howard Becker. Segundo Becker, um grupo ou indivíduos que têm a iniciativa de criar regras são chamados de *empreendedores morais*, já que o que empreendem é um fragmento da constituição moral da sociedade, isto é, do seu arcabouço de certo ou errado (BECKER, 2019). Uma vez que, as regras derivam dos valores partilhados. O autor vai observar que os indivíduos/grupos de empreendedores são de duas espécies, isto é, criadores de regras e impositores de regras. A existência de uma regra não pressupõe o seu uso automaticamente, sendo as regras impostas somente quando a situação exige sua aplicação. E essa aplicação é precedida por uma explicação. O autor nos diz que:

A aplicação repousa sobre várias premissas. Primeiro, a imposição de uma regra é um empreendimento. Alguém – um empreendedor- deve tomar a iniciativa de punir o culpado. Segundo, a imposição ocorre quando aqueles que querem a regra imposta levam a infração à atenção do público; uma infração não pode ser ignorada depois que é tomada pública. Em outras palavras, a imposição ocorre quando delatada. Terceiro, pessoas deduram tornando a imposição necessária, quando veem alguma vantagem nisso. O interesse pessoal as estimula a tomar iniciativa (BECKER, 2019, p. 131-132).

Podemos observar que a imposição de uma regra, assim como sua criação está diretamente condicionada por processos sociais, econômicos e políticos, além, dos interesses

personais, haja vista a sua aplicação seletiva de acordo com os interesses dos grupos sociais envolvidos. Becker vai se debruçar nas relações produtoras de regras, já que a existência de comportamentos classificados como certo ou errado e criminoso ou não criminoso não têm realidade em si mesmo. Isto é, são produzidos socialmente, tanto as regras como a punição para quem as infringe. Assim, ele nos diz:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a eles apropriados, especificando algumas ações como ‘certas’ e proibindo outras como ‘erradas’. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se esperava viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider (BECKER, 2019. p. 17)

Desse modo, *outsider* será todo indivíduo que infringe a regra social imposta e aceita por um grupo, aquele que se desvia das normas. A análise sociológica de Becker vai se debruçar sobre o processo de criação da regra, já que o desvio não é inerente a quem quebra as regras, comete um ato considerado desviante, ou ao ato em si. Ou seja, não reside em quem o comete e sim nas relações políticas e sociais que criam as regras, que são materializadas nas ações dos que discordam e/ou conseqüentemente transgridem tais regras.

O autor chama a atenção para o fato de o infrator de uma regra considerar que *outsider* são aqueles que julgam seu ato como tal. Logo, outsiders são as pessoas consideradas por um grupo como desviante, isto é, anormais. Uma vez que, as regras sociais são criadas por grupos específicos e todos que se afastam do grupo de referência são uma espécie de outro.

Os grupos sociais rotularão como desviante aquele cometedor de um ato considerado pela convenção do grupo como errado. Conforme Becker (2019. p. 24), “O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal”. Em adição, para um ato ser considerado ou não desviante, também vai depender da reação das pessoas a ele. Além de levar em consideração quem o cometeu e de quem seja prejudicado por ele.

Muitas vezes as regras tendem a ser aplicadas com mais rigor a um grupo do que em outro, conforme o próprio exemplo que o autor traz, da aplicação diferenciada da lei entre pessoas negras e brancas nos Estados Unidos, o que não é diferente do caso brasileiro. Isto é,

uma pessoa preta, pode ter uma pena mais agravada ou uma abordagem policial mais dura, pelo simples fato de ser negro, diferente do que aconteceria com um indivíduo branco ao infringir a mesma regra. Haja vista, as regras são criadas e impostas por grupos sociais específicos, nesse caso, pelo grupo branco, que detém maior poder econômico e político.

5.8 A liderança do *mais velho* X a lideranças institucionais

O fato do Degase ser organizado a partir da divisão por facções, isto é, da mesma lógica existente nas ruas, vai trazer condicionamentos que por mais que não sejam conscientemente declarados vão impactar a vida de toda a instituição, bem como de todos os atores envolvidos na instituição. E, conseqüentemente, vai impactar a realização do trabalho socioeducativo. Assim, mesmo os gestores declarando que o Estado não reconhece facção criminosa ou qualquer poder paralelo, na prática, não é bem assim que acontece. Isso porque as facção estão presentes e, muitas vezes, determinando a tomada de decisões dos agentes, que precisam levar em conta o pertencimento do adolescente para desempenhar uma ação. Entretanto, mesmo que discursivamente eles neguem a existência da facção, na prática as suas ações denotam um comportamento contrário.

Entrevistado: O estado não reconhece facção criminosa, ele não reconhece poder paralelo.

Pesquisadora: Mas quando vocês separam, vocês estão reconhecendo.

Entrevistado: [retomando], aí a gente separa baseado na questão de integridade física. O Sinase, por si só, ele orienta que faça a separação por complexidade física, por tipificação de crime e até por idade.

Pesquisadora: E vocês conseguem fazer isso aqui?

Entrevistado: Não. Porque se for fazer por exemplo, separar sempre nesses 3 eixos aí de complexidade física, idade e tipo de crime e não der atenção a questão da facção é um outro problema. Eu vou colocar facção A com facção B na mesma cela e vou criar uma situação que eu vou pôr em risco a vida do adolescente, do próprio agente ou dos fatores envolvidos na socioeducação. O bem maior é a vida, então a gente acaba fazendo essa separação mais voltada, de forma que a gente tenha o melhor cenário possível para garantir o bem estar, mais do que atender essa nomenclatura, essa orientação do Sinase.

Como pode ser observado no relato dos gestores, as orientações legais são conscientemente ignoradas e dão lugar ao argumento da segurança (Vinuto,). A existência das

facções, o pertencimento dos adolescentes a elas e o impacto desse pertencimento dentro da instituição é tamanho que os próprios agentes fazem uso, quando convém, das “estruturas” e hierarquias estabelecidas entre os adolescentes no desempenho de suas atividades.

Entrevistado: Toda facção tem uma liderança, isso é fato. Seja aqui dentro, seja lá fora. Pode ser por hierarquia, vamos dizer assim... do que ele é lá na *pista*: vapor, soldado, gerente ou dono da boca ou por antiguidade: “ah eu sou o mais velho de cadeia”, mais tempo, não de idade “eu to aqui há dois anos, você chegou agora e não vai xerifar não, então fica na sua”. Acontece dessa pessoa ser a liderança, o frente, o voz ativa dentro do grupo. Igual representante de turma (risos).

Ser o mais *mais velho*, não tem relação com idade, mas sim com o tempo de permanência na instituição, isto é, a antiguidade. Outro critério que também é utilizado para qualificar quem será o *mais velho*, é a hierarquia ocupada pelo adolescente no tráfico de drogas antes da sua apreensão. Quando esse adolescente que na rua tinha um posto alto, ao chegar no Degase vai destituir o *mais velho* ou ocupar o posto de *primeiro mais velho* e o outro passa a ser o segundo. Conforme nos dizem os agentes.

Entrevistado: Agora, o mais antigo de cadeia, ele pode perder a liderança dele ou até mesmo dividi-la se chegar alguém de pista novo, mas que tenha uma hierarquia lá no tráfico mais forte que a dele, aí sim vai mudar. Vamos supor: tem alguém aqui, vamos usar até o filho do dono.

Pesquisadora: É comum essa relação?

Entrevistado: Vamos supor: chegou o Beira-Mar, o mais alto escalão na linha, ele muda de presídio, ele pode ter chegado ontem (risos), mas vai ter... O Marcola se ele chegar em qualquer presídio que for, vai ser naquele dia, mesmo ele sendo o mais novo de tempo, mas ele tem uma hierarquia alta. Então assim, o restante vai chegar, se aproximar, vai fazer um consenso, não é que ele vai chegar mandando em tudo, mas vai chegar num consenso onde haja um acordo pra ele liderar. Enquanto ele não chega, o mais antigo de cadeia é quem vai mandar, que vai ser o porta-voz.

Uma interação interessante de nota é o reconhecimento dos agentes a figura do *mais velho*. observa-se que o agente não só reconhece, como também interage, respeita e quando convém, mobiliza o *mais velho* para ser porta-voz de uma mensagem da unidade. A partir dessa interação, esse adolescente vai atuar também como um agente da ordem, ou seja, espera-se que o *mais velho* organize o ambiente e faça com que seus subordinados obedeçam a sua ordem, que neste caso, veio da unidade. Além disso, ao *mais velho* cabe o poder de *cobrar* (punir) o adolescente que está

dando *alteração*, isto é, causando algum problema. Muitas vezes o *mais velho* vai *cobrar* dos seus subordinados o cumprimento das regras para que os agentes não acionem seus meios de punição e sanções legais ou informais, que na maioria das vezes, atingirá a todos do alojamento ou da galeria. Perguntados sobre os que os agentes achavam dessa organização, eles respondem que:

Pesquisadora: E o que vocês acham dessa organização? Isso é bom ou ruim pro trabalho de vocês?

Entrevistado: Como tudo na vida, tem o lado positivo e negativo. É... tem horas que é bom, porque você consegue fazer um comunicado mais fácil, você chama essa liderança com a outra liderança e consegue falar: “ó isso aqui não tá certo, vocês estão se estranhando, tem adolescentes, por exemplo, na escola se estranhando e tal, ali é um local de respeito, de aprendizado, não é um local de tirar diferença de tráfico, de pista. Ali tem mãe de família, poderia ser a mãe de vocês, irmãs de vocês dando aula na escola e não fica um ambiente legal pra haver xingamentos, troca de ofensas”. Então você consegue, vamos dizer assim, condensar a informação, não precisa chamar um grupo tão grande pra passar uma informação.

Como já foi apontado, por mais que os agentes neguem a existência das facções, em vários momentos essa existência se impõe e eles recorrem a ela para explicar o funcionamento da instituição e as relações e interações estabelecidas entre eles e os adolescentes e entre os próprios adolescentes na unidade. Mesmo que o discurso seja de não reconhecimento da existência das facções e seus desdobramentos, isto é, suas hierarquias e lideranças, a prática relatada nos mostra o contrário. Conforme relatado na entrevista.

Pesquisadora: Então quando vocês precisam falar alguma coisa, vamos usar esse exemplo do CV, que vocês precisam passar uma informação, vocês chamam a liderança, vocês chamam esse garoto que vocês identificam como liderança e conversam?

Entrevistado: Dependendo do que for, a gente vai chamar a liderança, mas a gente sempre vai chamar os envolvidos, quem tá diretamente envolvido no episódio, porque a gente não fortalece essa questão da liderança, a gente não reafirma pra eles essa posição de liderança, o que a gente faz é chamar o envolvido. Usando um exemplo: se houve um desentendimento na escola, o fulano xingou o beltrano, são facções rivais, eu vou chamar os atores diretamente envolvidos e porventura posso ou não chamar as lideranças daquelas facções daquela ala pra poder ter um grau de influência maior, mas não vou deixar de chamar quem tá diretamente envolvido no problema pra chamar as lideranças e falar: “resolvam”. Até porque a responsabilidade de resolver é nossa, não deles.

Não são só os agentes que reconhecem a existência e a liderança do *mais velho* ao mobilizá-los para resolver problemas de comportamentos e interações entre os adolescentes. A direção da escola também interage com os representantes das facções com objetivo de que eles estabeleçam acordos de paz e “permita” o funcionamento da escola. Por exemplo, já houve momentos em que havia uma maior ocorrência de brigas entre adolescentes de facções rivais ou até mesmo entre adolescentes da mesma facção. Isso porque existe uma diferença territorial, ou seja, o adolescente pertence a uma mesma facção, mas é de território e padrão diferente e as divergências iniciadas na *pista* são, muitas vezes, resolvidas na escola.

Tendo em vista que é impraticável a escola atender cada facção separadamente e que a dinâmica entre elas muda constantemente, a escola está sempre traçando novas formas de trabalhar. Isto é, a escola precisa se adaptar à dinâmica das facções. Por exemplo, a facção terceiro comando era, até 2021, a facção que tinha a maior atuação no município, logo, a maioria dos adolescentes que estavam no Degase se autodeclararam ou são declarados pertencentes a esta facção. Conseqüentemente a escola tinha a maioria dos seus alunos, pertencentes ao TCP, assim já houve tempos que a escola separou o turno da manhã para atender exclusivamente os alunos do terceiro comando. E o turno da tarde e as vezes da noite, para meninos do ADA e do CV, que eram minoria e como os integrantes do CV não eram de Campos, havia uma trégua entre eles.

Cabe registrar, que os movimentos não eram feitos à revelia dos adolescentes, sempre havia um *desenrolo* da diretora da escola para com os líderes de cada facção. Ou seja, cada um desses grupos estabelecia uma liderança e eram essas lideranças quem falava pelo *coletivo*. Assim, a organização da escola passava e passa também pelo aval dos adolescentes. E essa mistura de facções só é possível quando há concordância dos grupos envolvidos.

O protagonismo da figura do *mais velho* me chamou a atenção, quando vi pela primeira vez a diretora da escola convocar esse líder para uma reunião, às portas fechadas, na sala da direção e solicitar que ele conversasse, ou seja, *desenrolasse* e/ou desse um *papo reto* a um adolescente que estava apresentando um comportamento não adequado às regras da escola, isto é, estava dando *alteração*.

Além dessas reuniões, com portas fechadas, com o *mais velho* na sala da direção da escola, já presenciei o tempo em que a cada início de semestre a diretora ia até as internações *passar a visão* das regras de convivência da escola na escola. Hoje, as reuniões acontecem na escola, mas em momentos de superlotação e de maior ocorrência de problemas, elas eram feitas

diretamente nos alojamentos. A base dessa reunião é apresentar as regras de convívio e desestimular que os problemas iniciados na *pista* ou mesmo no alojamento, não sejam “resolvidos” na escola, seja entre adolescentes da mesma facção, seja entre facções distintas.

5.9 Entrando no padrão: mãos para trás, cabeça baixa e camisa para dentro do short

Figura 27: Adolescentes do Instituto Padre Severino, unidade do Degase na cidade do Rio de Janeiro, no *padrão*.



Fonte: Internet

A escola dentro do Degase, devido ao fato de ser uma instituição de socioeducação e tendo todas as especificidades narradas até aqui, fez com que meu primeiro contato com a instituição fosse, num primeiro momento, bem marcante. Ao chegar à escola pela primeira vez, tinham alguns professores e depois alguns alunos chegaram. Foi uma cena impactante: um grupo de adolescentes, em sua maioria negros, com cabeça raspada, camisa branca para dentro do short de tãctel azul, chinelos azuis, entrando em fila indiana, cabeça baixa e mãos para trás no corredor da escola. Eram conduzidos por um agente de socioeducação na frente da fila, um parado do lado de fora da porta e outro ao final da fila. Os agentes, uniformizados, portavam latas de spray de pimenta e rádio de comunicação.

Uma cena bem diferente do que estava acostumada nas escolas da *pista*, nas quais já havia trabalhado, mesmo sabendo que a maioria das escolas contam com regras rígidas quanto a entrada e padronização via uso de uniformes e até mesmo realização de formação em filas, por

série e tamanho, no qual são executados, o hino nacional e/ou municipal e até mesmo orações. Assim, mesmo sabendo que a disciplina se faz presente na maioria das escolas, a cena presenciada no Colégio Estadual Rui Barbosa em minha primeira visita me causou espanto. A unidade exige que os adolescentes no deslocamento do alojamento para a escola utilizem modos específicos de gestual e vestimenta, o chamado *padrão*.

O *padrão* consiste na exigência que os adolescentes andem em fila indiana, com as mãos para trás, cabeça baixa e camisa para dentro do short. Esse padrão é exigido dos adolescentes todas as vezes que eles saem de dentro do alojamento, seja para ir a escola ou qualquer outro atendimento. Logo, diariamente, os adolescentes chegam à escola no *padrão* e na hora de sair, ouvimos os agentes solicitando/ordenando que os adolescentes entrem no *padrão*.

Ao entrarem na escola, observei, uma das primeiras coisas que os adolescentes fazem quando cruzam os portões do Rui Barbosa é tirar a camisa de dentro do short, uma prática que se repete até hoje e em todos os turnos e em todos os grupos faccionais. Uma prática de rotina dos adolescentes, mesmo que os agentes permaneçam dentro da escola. É como se a escola fosse um território em que as regras da unidade encontrasse exceção, lugar que eles têm uma “liberdade”, ou até mesmo onde as regras da instituição total Degase fossem temporariamente suspensas. Em outras palavras, é como se eles passassem a operar sob outra jurisdição. Como se a regra de funcionamento da instituição Degase desse lugar as regras da instituição Escola, já que existe uma série de regras de convívio estabelecidas na escola e pela escola. Regras essas que foram elaboradas pela direção da escola conjuntamente com os professores e em consonância com a direção da unidade, que apontamos no tópico dedicado à escola. Mas retomo aqui que as regras da escola não tocam o lugar rígido da submissão e mortificação do eu via cabeça baixa, mãos para trás, da obrigatoriedade e rigidez quanto o uso da camisa para dentro do short ou até mesmo a obrigatoriedade do uso dos pronomes de tratamento senhor ou senhora, de onde deriva o pronome de tratamento utilizado pelos adolescentes no trato para com os agentes, isto é, os adolescentes - e nos funcionários também-chamam os agentes de *Seu*.

A exigência para que os adolescentes entrem no padrão, isto é, andem em fila indiana, cabeça baixa e camisa para dentro do short, não encontra previsão legal nem no SINASE, nem no ECA e muito menos nos manuais institucionais que tratam da execução das medidas socioeducativas. Ao contrário, a ritualização das mãos para trás, cabeça baixa e fila indiana é encontrada em relatórios que denunciam a violação de direitos humanos dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no estado do Rio de Janeiro. Práticas que estão presentes na

rotina institucional evidenciando que “o tratamento dedicado aos adolescentes autores de atos infracionais configura um cenário de crônica violência institucional.”²³ Ao inquirir, informalmente, alguns agentes sobre como essas regras chegam até eles fica evidente que essa, assim como várias outras práticas, fazem parte de uma cultura institucional que vai sendo passada de geração para geração nos cursos de formação. E que algumas são comuns em todas as unidades do estado e outras são regionalizadas, tal como chamar o adolescente pelo número de internação ou pelo nome. No caso do Cense, um agente da última turma do concurso de 2013, que iniciou recentemente as suas atividades laborais na unidade, disse ter ficado espantado com o fato de que aqui em Campos os adolescentes são chamados pelo nome e não pelo número de internação como ele viu em uma unidade na cidade do Rio de Janeiro, durante seu curso de formação.

As práticas cotidianas informais, e algumas até ilegais, criadas pelos agentes de segurança socioeducativa encontram acolhida no argumento da segurança. Seja segurança física, moral ou biológica. Esse último tópico, - segurança biológica-, por exemplo, está relacionado às noções de higiene e asseio pessoal, que historicamente possibilitou a raspagem coativa do cabelo dos adolescentes que chegavam ao Degase de Campos. Hábito que durante muito tempo foi visto e praticado como normal e natural dentro da instituição. Era comum que o adolescente que ganhasse internação tivesse seu cabelo raspado com máquina zero, bem como a barba e bigode, caso o tivesse. Sendo a raspagem compulsória de cabelos um demarcador de pertencimento a nova condição de interno, isto é, uma adaptação externa, uma mutilação do eu, além de um simulacro das práticas dos sistema penitenciário que ainda servem de paradigma para execução da socioeducação no Brasil. A prática sustentava-se no argumento de evitar a infestação de pragas -piolho-e só foi eliminada muito tempo depois da minha entrada na instituição.

A raspagem coativa do cabelo dos adolescentes ingressantes e dos que já cumpriam a medida no Degase, por exemplo, foi uma prática da cultura institucional que perdurou por muito tempo. Houve uma resistência institucional em eliminar o costume. Digo isso pelo fato de ter iniciado minhas atividades laborais na unidade em 2015 e por muitos anos ter visto adolescentes com a cabeça raspada e a proibição de ter barba ou bigode, essas últimas estão mais flexíveis, mas não é comum ver adolescentes com barba ou bigode, quando tem é muito discreto.

²³ Relatório:Rio de Janeiro: violações aos direitos dos adolescentes privados de liberdade são denunciadas à ONU e à OEA. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/rio-de-janeiro-violacoes-aos-direitos-de-adolescentes-privados-de-liberdade-sao-denunciados-a-onu-e-a-oea/> Acessado em 15/08/2023

Em 2015 o Ministério Público Estadual em conjunto com a Vara da Infância, Juventude e do Idoso de Campos dos Goytacazes e a Defensoria Pública tenha ajuizado uma ação civil pública contra o CENSE, com um pedido de interdição parcial da unidade visando sanar as dificuldades e problemas oriundos da superlotação sobre a qual a unidade passava a época. Além disso, como pode ser lido no excerto da entrevista do defensor público do Núcleo de Tutela coletiva Tiago Abud da Fonseca, concedida ao portal de notícias G1²⁴, a imposição ao corte de cabelo dos adolescentes é uma prática que configura violência institucional, uma vez que fere os direitos de personalidade.

Há um quadro de superlotação na unidade, agravado pela falta de água. Além disso, há notícias de violência institucional praticada contra os adolescentes. As acusações vão desde a imposição do corte de cabelos, passando pelo uso excessivo do spray de pimenta e da prática de tortura. Diante de tal cenário, é impossível para a Defensoria Pública ficar inerte', explica Tiago Abud. (Entrevista do defensor Tiago Abud da Fonseca concedido ao portal de notícias G1, publicado em 16/06/2015.)

No que diz respeito à obrigatoriedade do adolescente andar pela unidade com as mãos para trás, foi me relatado, nas conversas informais com alguns agentes, que o objetivo é ganhar tempo de ação caso o adolescente tente uma fuga, atacar um outro adolescente ou até mesmo um agente. A mão para trás das costas possibilita que eles- os agentes- tenham um tempo hábil de (re)ação no caso de uma intercorrência. Assim, manter os adolescentes em fila indiana e com as mãos para trás durante o deslocamento daria uma uniformidade ao grupo e o mínimo de previsibilidade aos agentes. Observa-se mais uma prática informal que se tornou padrão dentro das atividades cotidianas, também enraizada na cultura institucional, como pode ser observada até mesmo na imagem (imagem que abre o presente tópico) veiculada em um portal de notícias de uma unidade do Degase na cidade do Rio de Janeiro.

O argumento que justifica a prática de os adolescentes serem obrigados a andar de cabeça baixa no deslocamento do alojamento para outras partes da unidade, é evitar que ele faça contato visual com outros adolescentes, principalmente, os de facções rivais. O que, segundo os agentes, vai evitar uma possível *instigação* - categoria nativa para provocação- e consequentemente reduzir a possibilidade de conflitos. Ou seja, vai manter a segurança ao evitar

24

<https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2015/06/justica-decreta-interdicao-parcial-do-centro-de-socioeducacao-de-campos.html> Acessado em 9/9/23

possíveis conflitos. Isso porque no Degase muitos adolescentes ficam olhando a movimentação da unidade pelos cobogós, e ao verem internos de outras facções passarem em frente ao seu alojamento ficam fazendo sinais de sua facção e/ou fazendo sinal de dedo do meio, os mais ousados e destemidos até xinga os que passam.

Entretanto, esse contato visual não patrocina apenas a *instigação*, ou seja, a afronta. Esse contato pode ser também para fins de colaboração e criação de novos vínculos. Deste modo, alguns adolescentes reconhecem o passante, por ser de seu bairro, por já ter visto em outra passagem pela unidade, por ele ter cometido algum ato infracional de repercussão midiática ou por algum outro interesse na companhia do passante. Geralmente, os internos que estão nos cobogós fazem contato com o adolescente que passa, gritando convites para que o transeunte peça aos agentes para mudá-lo de internação e assim possam *tirar* a medida juntos.

Quanto a regra da camisa para dentro do short, segundo me foi relatado por alguns agentes, nasceu das exigências, convenções e necessidades dos primeiros adolescentes a frequentar a instituição. Hoje essa regra faz parte do conjunto de regras institucionais fazendo com que a maioria dos adolescentes não encontrem sentido nessa regra, achando-a uma *oprimissão*. Deste modo, a primeira coisa que fazem ao entrar na escola, como já foi apontado, é tirar a camisa de dentro do short.

Entretanto, o argumento da existência dessa regra também repousa na ideia de segurança, mas nesse caso, uma segurança moral. Ou seja, o respeito às mulheres, principalmente as que compõem a família dos adolescentes, tais como mães, irmãs, tias e avós dos adolescentes, já que, majoritariamente, são as mulheres que frequentam a instituição em dias de visita. Deste modo, a camisa para dentro do short assim como o uso da *coruja*, -nome dado a cueca- nos deslocamentos pela unidade tem como objetivo coibir uma possível ereção, isto é, que um adolescente fique, visivelmente, excitado com a presença de uma mulher. No entendimento que respalda essa regra, a camisa para fora do short possibilitaria que essa falta, considerada gravíssima, possa ser escamoteada com a camisa. Assim, a imposição do uso da cueca e da camisa para dentro do short fora do alojamento visa o controle do corpo e o respeito para com as mulheres, principalmente as que pertencem ao seu núcleo familiar, mas também as que atuam cotidianamente na unidade.

Como pode-se observar, a regra do uso da camisa para dentro do short foi, supostamente, um empreendimento, isto é, uma necessidade dos adolescentes dentro da

instituição. Empreendimento pautado na moralidade que não só foi atendida como também foi incorporada à rotina laboral da unidade, aparentando, hoje, ser mais uma regra institucional. Acredita-se que por ter se tornado parte do rol de regras da instituição ela tenha perdido, para os adolescentes, o seu sentido, já que eles não veem propósito em andar pela unidade no *padrão*, além de criticarem toda e qualquer regra que derive da unidade.

Alguns adolescentes, em conversas informais, relataram não ver lógica em andar no *padrão*, acham que é uma prática vexatória, ou como eles preferem, uma *oprimissão*. Mas, mesmo não concordando e não vendo sentido, diz saber que é uma regra da *cadeia* - categoria nativa para se referir a unidade, muitos até chamam de *cadeia de criança*.

O Degase é uma instituição em constante mudança, isto é, em constante variação. Com isso, a produção de regras também permanece em movimento, uma vez que fatores internos e externos impactam o funcionamento da unidade. Deste modo, o conjunto de regras informais, e até mesmo as formais, que orientam as relações em um dia de trabalho podem não ser mais suficientes ou úteis no dia seguinte. Isso porque a medida que a direção, o plantão, as decisões judiciais, os adolescentes (a rotatividade de adolescentes é muito grande) e até mesmo as tensões das facções na *pista* vão mudando, mudam também as dinâmicas estabelecidas dentro da instituição. Esse movimento faz, conseqüentemente, com que as regras também sejam mudadas, tanto as regras entre os adolescentes, entre os agentes e os adolescentes, quanto entre os próprios agentes.

As regras produzidas por um grupo de adolescentes que passaram pela unidade podem ser incorporadas, adaptadas e/ou até mesmo abandonadas entre os novos integrantes. Entre os agentes não é muito diferente, cada plantão tem um *modus operandi* particular na execução da sua rotina laboral, assim, as regras da instituição ganham novos contornos, a depender do plantão e do contexto interno e externo.

5.10 Construindo o *sujeito homem*: práticas, discursos e gestos²⁵

²⁵ Tópico original do artigo: “Discursos e práticas na formação do “sujeito homem” em uma unidade de socioeducação”. Escrito em parceria com o Pr^o. Dr^o Rafael França Gonçalves dos Santos, apresentado no GT19 - Gênero e sexualidade pelo interior do Brasil: fronteiras e cartografias no 44^o Encontro Anual da ANPOCS-2020

Nessa parte final do texto, buscaremos descrever e analisar as performances de gênero que são forjadas pelos adolescentes do Degase na construção do *sujeito homem*. Seguiremos, então, por três momentos que nos permitirão mapear e compreender essas dimensões performáticas. Nossa análise está ancorada nos estudos de gênero, com destaque para algumas abordagens que se concentram no campo das masculinidades.

O aumento da desigualdade e da violência figuram entre os fatores que contribuem para o envolvimento de adolescentes e jovens no tráfico de drogas ilícitas (Silva; Graner-Araujo, 2011) e assim, conseqüentemente para a filiação desses a uma das facções que dominam esse comércio. Deste modo, essa adesão é um elemento importante para compreensão dos altos índices de encarceramento e homicídios no país entre esse público, haja vista, o caráter bélico das guerras entre facções rivais nas disputas por pontos de drogas ilícitas (DIAS, 2014).

Pode-se acrescentar, ainda, que esses grupos funcionam como agências de socialização, a partir da aprendizagem das regras, técnicas e principalmente da internalização dos valores da masculinidade performada por esses grupos, como demonstrado por Alba Zaluar (1994). Esses valores podem ser verificados, por exemplo, na demonstração de atos considerados audaciosos e até mesmo na disposição para matar. Essa disposição para matar é que vai separar os meninos dos homens, funcionando assim, como um rito de passagem, como demonstrou a autora, pois “uma subcultura criminosa que marca o espaço exclusivo da masculinidade - o campo de guerra -, o uso da arma de fogo, o primeiro assalto, a primeira morte, são como rituais de passagem que marcam a entrada do menino no mundo dos homens.” (ZALUAR, 1994, p. 143)

Segundo Zaluar (1994), não existe um motivo específico e único que possa explicar o envolvimento de adolescentes e jovens com a criminalidade violenta, por se tratar de um fenômeno complexo, heterogêneo e multicausal. Porém, a autora é incisiva em romper com as teorias positivista e determinista, que depositam na pobreza o elemento constituidor do criminoso, e conseqüentemente das classes pobres como classes perigosas. Além disso, ela aponta que se a pobreza é o elemento central da constituição de um *ethos* marginal, como se explicariam os crimes ditos do colarinho branco, que têm como característica de seus autores o pertencimento às classes médias e altas. Dessa forma, a autora nos diz que “[...] não é a pobreza que explica a criminalidade, mas é a desigualdade social que explica tanto a visibilidade do crime quanto a atitude tomada institucional, política e socialmente em relação a ele.” (ZALUAR, 1994, p. 128)

Essa dinâmica pode ser vista, ainda, sob uma ótica de gênero, pois como destaca Connell, tem havido um processo de remasculinização da periferia no contexto de expansão imperialista no mundo globalizado neoliberal. Nesse sentido, fica evidente que a noção de masculinidade, e das relações de gênero, está implicada, ou ao menos impactada, pelas questões relacionadas ao contexto econômico vigente em determinado período histórico (CONNELL, 1995, p. 193).

Nossas análises são produzidas desde uma perspectiva que considera o gênero como “uma atividade ou devir” e não “como coisa substantiva ou marcador cultural estático.” (BUTLER, 2003, p. 163). Ninguém nasce com um gênero pronto, dado pela natureza; menos ainda ele pode ser considerado como a expressão de uma essência que encontra-se guardada no âmago dos sujeitos. Pelo contrário, sua construção se dá diariamente; os gêneros são construídos historicamente em relações cotidianas. Isso é cotidianamente evidenciado no interior de instituições de privação de liberdade.

Butler define este movimento como uma performance, ou seja, uma prática reiterativa e citacional que é responsável pela materialização do sexo no corpo dos sujeitos, produzindo-os no interior da inteligibilidade cultural calcada no imperativo heterossexual. “Portanto, como estratégia de sobrevivência em sistemas compulsórios, o gênero é uma performance com consequências claramente punitivas”(BUTLER, 2003, p. 199), que indica aos sujeitos o papel social que devem assumir a partir de sua materialidade corporal, identificada como masculina ou feminina, de acordo com a genitália apresentada. Assim, percebida como uma estratégia política de gestão dos sujeitos, “a *performance* é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária – um objetivo que não pode ser atribuído a um sujeito, ao invés disso, ser compreendido como fundador e consolidador do sujeito.” (BUTLER, 2003, p. 200).

Desta forma, utilizamos o gênero como categoria de análise das relações estabelecidas no Degase de Campos, entendendo gênero segundo a definição de Scott (1994) como saber a respeito das diferenças sexuais. De acordo com a autora, o saber não se refere somente a ideias, mas também estão incluídas as instituições, as práticas cotidianas e uma vez que o saber é uma forma de organizar o mundo, enquanto o gênero é a forma de organização social da diferença sexual. Porém, para fins deste tópico, jogaremos luz, não na perspectiva de gênero que trata a dicotomia feminino e masculino, “macho” e “fêmea”, mas na masculinidade. Não em uma masculinidade universal, mas na perspectiva trazida por autores como Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2013), Fernando Bagiotto Botton (2007), Miguel Vale de Almeida (1996), Maria Izilda Souza Matos (2001) que rompem, cada um à sua maneira, com a noção abstrata de

“homem” enquanto identidade única, vendo-a portanto como múltipla, que varia de contexto para contexto, porém atravessada por permanências e hegemonias (MATOS, 2001).

Segundo Connell (1995) masculinidade é uma configuração de práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Deste modo, existem, em geral, múltiplas configurações dessas práticas em uma sociedade, sendo então preferível falar em “masculinidades” no plural, já que não existe uma única maneira de performar a masculinidade. Entretanto, a autora adverte para a necessidade de levar em consideração nas análises das masculinidades, as relações de poder envolvidas, do contrário “passamos a pensar gênero simplesmente como um pout-pourri de identidades e estilos de vida relacionados ao consumo.” (CONNELL, 1995, p. 188)

Fernando Bagiotto Botton (2007) nos diz que as masculinidades não podem ser estudadas, nem entendidas, por si só. Precisamos levar em consideração as estruturas e instituições que atravessam os sujeitos, bem como as questões como classe social, nacionalidade, geração, temporalidade, etnia dentre outras, que são fundamentais para compreendermos as relações de poder entre os atores envolvidos e estudados.

Além dessa triagem institucional realizada pelos agentes- abordada no capítulo três-, mas que não é oficial, os adolescentes também passam por uma “triagem” feita pelos próprios adolescentes que já estão nos respectivos alojamentos há mais tempo. Cada grupo faccionalizado estabelece suas próprias regras internas, ou seja, há uma configuração nos moldes do que Nobeit Elias (2000) chama de estabelecidos e outsiders. Dessa forma, os novatos são inquiridos sobre a sua vida pregressa na *pista*. As perguntas variam desde os crimes cometidos até o envolvimento em relações homossexuais, essa última, de cunho moral e machista, é determinante para a permanência do novato no convívio com o *coletivo*. Cabe registrar, a relevância do uso da palavra coletivo, como uma categoria nativa. Nesse contexto também significa a coletividade, mas ganha um significado especial. Quase uma personagem dotada de vida própria, que delega leis, ordens de convivência, orienta e organiza as relações no alojamento.

Nesses dois momentos das triagens, além da questão faccional, está em operação outro importante código: o “policiamento da heterossexualidade” (Connell, Messerschmidt, 2013, p. 251). Os adolescentes, ao serem interrogados sobre sua vida pregressa (ainda que cronologicamente curta, pode ser longa de experiências não associadas à fase da infância e adolescência), o interrogador busca por vestígios de uma experiência homossexual. Cumpre dizer,

porém, que para os adolescentes, a homossexualidade ainda é associada ao padrão bicha-bofê (Fry, 2000, p. 12), sendo que só são considerados homossexuais os adolescentes que são vistos como “bichas”, isto é, que são todos como os passivos da relação.

Sabemos que todo esse sistema de manutenção da heterossexualidade é repleto de fissuras. Toda essa cena de enquadramento de práticas afetivas e/ou sexuais com outros rapazes enquanto algo condenável, se dá em performances coletivas, nas quais os adolescentes se engajam para a produção da masculinidade hegemônica. Longe desse holofote há outras negociações e práticas que ficam guardadas sob o código do silêncio, sob a pena de possíveis violências contra aqueles que rompem os acordos.

Com isso, não negamos a existência do policiamento da heterossexualidade na produção normativa das masculinidades, mas destacamos que esse sistema é tão poroso, ou até mais, do que os muros que pretendem isolar esses adolescentes do convívio social.

Cumpramos observar, porém, que o modelo de masculinidade performado por eles mantém-se fiel à noção de uma superioridade masculina; são valorizadas: a coragem, a indiferença à dor, a disposição para guerra e, principalmente, o desprezo pela fragilidade ou por qualquer comportamento ou valor que sejam socialmente considerados femininos.

Connell (1995) explica que a masculinidade é como um projeto que é desenvolvido ao longo de muitos anos. Nesse sentido ela está de acordo com Elizabeth Badinter (1993), para quem a masculinidade é fruto de um árduo processo de construção, muitas vezes mais doloroso do que a feminilidade. Em *XY: sobre a identidade masculina*, a autora demonstra como é realizada a difícil tarefa de produzir a masculinidade.

Daniel Welzer-Lang (2001), ao destacar a casa-dos-homens, ambiente típico de agrupamento masculino em que a dinâmica de interação entre os *machos* indica a construção da masculinidade concebida como verdadeira. É, pois, um local de aprendizagem para aqueles que ainda não são grandes homens (Welzer-lang, 2001). O esporte, por exemplo, pode ser um destes caminhos:

Aprender a jogar hóquei, futebol ou beisebol é inicialmente uma maneira de dizer: eu quero ser como os outros rapazes. Eu quero ser um homem e, portanto, eu quero me distinguir do oposto (ser mulher). Eu quero me dissociar do mundo das mulheres e das crianças. (WELZER-LANG, 2001, p. 463)

A instituição de cumprimento de medida socioeducativa também se torna um espaço de produção desses adolescentes. Ao chegar no alojamento indicado, o novato precisa *pegar a visão*, ou seja, entender quais são as dinâmicas, códigos e símbolos que integram aquela cultura própria do lugar, reconhecendo a interferência das facções, no estabelecimento das regras dos alojamentos e a proeminência do gênero enquanto um importante delimitador das ações, performances e gestos, desde os mais simples atos.

Essa dinâmica nos permite compreender uma das formas de constituição das subjetividades masculinas experienciadas na instituição. Connell e Messerschmidt afirmam que:

A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular. (CONNELL; MESSERCHMIDT, 2013, p. 250)

O Degase se torna, assim, nosso “cenário social particular” em que apenas adolescentes meninos cisgêneros se encontram em regime de acolhimento.

Nesse ambiente, quase que exclusivamente masculino, observamos que as práticas de produção da masculinidade presentificam as feminilidades a partir do discurso sobre as homossexualidades masculinas, nos contatos afetivos e gestos ou posturas qualificadas como femininas. Faz parte desse repertório a substituição de vocábulos que podem possuir alguma conotação sexualizada, tais como: tomar café, sentar, linguíça ou salsicha, ovo – todos produtos que são significados a partir de uma ordem fática e sexualizada.

Essa presentificação é elaborada no compasso da recusa, de modo que acreditam que essa ação garante, atualiza e demarca o que é ou como deveria ser o *sujeito homem*, conforme explicitado por Badinter, é relevante considerar que a masculinidade, no geral, é invocada como uma tripla negação ao feminino, representado pela mulher, o bebê e o homossexual. “Por três vezes, para afirmar uma identidade masculina, deve convencer-se e convencer os outros de que não é uma mulher, não é um bebê e não é um homossexual.” (BADINTER, 1993, p. 34)

O esforço de negação realizado a fim de construir o masculino pode ser percebido tanto na adoção de padrões de comportamento que o dissocie do feminino, quanto nas vestimentas, nos cabelos e nos hábitos. A virilidade, por exemplo, um dos valores mais caros à masculinidade, deve

ser cultivada cuidadosamente, e compor o aspecto da masculinidade verdadeira, de um homem ativo e provedor, que pertencente a uma facção, seja capaz de ações de coragem, além da ação de assumir um vocabulário específico que permita a identificação àquele grupo.

Kimmel também destaca que o sexismo e a homofobia são dois importantes elementos na constituição das masculinidades (Kimmel, 1998, p. 105). Há de se notar que, enquanto se entende “masculinidade por oposição à feminilidade, é inegável que a homofobia, a exemplo da misoginia, desempenha um papel importante no sentimento da identidade masculina” (Badinter, 1993, p. 116-7). É, portanto, por meio desse comportamento homofóbico que se busca, mais uma vez, a (re) afirmação da identidade masculina, corroborando a concepção de que, ser homem significa negar todo aspecto de feminilidade física, psíquica ou moralmente concebidos. Pois, como lembra Welzer-Lang:

O paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres. E em relação aos homens tentados, por diferentes razões, de não reproduzir (ou o que é pior, de recusá-los para si próprios), a dominação masculina produz a homofobia para que, com ameaças, os homens se calquem sobre esquemas ditos normais da virilidade. (WELZER-LANG, 2001, p. 465)

A masculinidade hegemônica é entendida como um conjunto de práticas que garantem ao sujeito que as protagoniza, um espaço de poder sobre os demais que são o alvo dessas ações – mulheres, homens gays, homens estrangeiros, homens fracos, crianças e idosos. Conforme explicado por Kimmel: “As mulheres e os homens gays são os outros clássicos, o pano de fundo contra o qual os homens brancos heterossexuais projetam suas ansiedades de gênero e é sobre a emasculação destes que os *self-made-men* constroem definições hegemônicas.” (KIMMEL, 1998, p. 116)

No caso do sujeito homem, entendemos que ele é forjado na e pelas ações discursivas em evidência nos momentos-chave que citamos ao longo do texto. Assim, reconhecemos que os discursos e a linguagem são práticas que também criam realidades. Percebemos que os adolescentes mobilizam falas machistas e misóginas, estabelecem códigos de interdição às práticas sexuais com outros rapazes, e investem em performances de gênero e expressões gestuais para constituírem essa posição de sujeito que eles denominam de *sujeito homem*.

Amparados na leitura de Connell e Messerschmidt (2013), concordamos que esse sujeito pode ser lido e interpretado como um exemplar, ou ao menos um protótipo do que seria a

masculinidade hegemônica. Porém, e ainda afetados pela leitura das mesmas autoras, entendemos que o *sujeito homem* é mais uma normativa do que uma posição de sujeito estável e acessível à maioria dos adolescentes. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245)

Portanto, nessa posição de norma, percebemos que as falhas, fissuras e instabilidades também compõem o universo do *sujeito homem*. Isso fica evidenciado nas relações interpessoais que os adolescentes estabelecem nas aulas de Sociologia, em que conversas privadas com a professora, uma mulher negra e jovem, estão protegidas do escrutínio dos pares – adolescentes meninos em cumprimento de medida socioeducativa.

Esse material foi elaborado de forma não sistemática entre os anos de 2015 e 2019, período em que atuei presencialmente ministrando aulas de Sociologia. Registros trata-se de um material não sistemático, pois sua produção se deu em algumas aulas em que os adolescentes foram instados a falarem sobre suas perspectivas para o futuro. Não era objetivo da atividade realizar essa análise que agora apresentamos. Além disso, cumpre registrar que em muitos momentos as aulas não seguem o cronograma de planejamento a rigor e que alguns adolescentes ficam pouco tempo na instituição, sendo improvável a elaboração de uma atividade que demande vários encontros consecutivos.

Os textos produzidos nas aulas de Sociologia são um material privilegiado para compreendermos outra dimensão dessa produção de si mesmo empreendida pelos adolescentes. Nessa ação podemos verificar uma narrativa de si que é como um ato de confissão que busca a redenção e purificação, mais do que uma prática de liberdade que vislumbre uma constituição ética do sujeito (Rago, 2013, p. 50-1). Esses aspirantes à posição de *sujeito homem*, expõem suas fragilidades, medos, afetos tristes e a vontade de escapar às normatividades de gênero, mas também reforçam o lugar da masculinidade hegemônica, da virilidade que seria inerente ao masculino e da constituição da família nuclear heterossexual. Nesse movimento, os adolescentes elegem as mulheres: mães, avós, namoradas e esposas, e também suas filhas e filhos, geralmente bebês ou crianças de pouca idade, como aquelas responsáveis pela remissão de todos os pecados que os levaram até aquela situação de restrição de liberdade e cumprimento de medida socioeducativa.

Essas análises que apresentamos podem ser uma singela contribuição ao entendimento da constituição das masculinidades juvenis de adolescentes que se encontram em cumprimento de medida de socioeducação em uma cidade de médio porte no interior fluminense. Com isso

podemos exercitar um olhar mais plural e complexo sobre a constituição das masculinidades a partir das especificidades – etária, de renda, de região de moradia -, e assim poder estabelecer comparações, encontrar semelhanças e aguçar a emergência de novas interrogações que potencializam a compreensão dos muitos e múltiplos masculinos, das masculinidades e dos *sujeitos homens*.

Lembrando-nos de que:

A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular. (CONNELL, R. W; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250)

A masculinidade hegemônica não representa necessariamente um sujeito, um determinado tipo de homem concreto e materializado em um corpo com pênis; ela é mais que isso, trata-se de uma posição de sujeito, uma série de normas, performances, atos, gestos e condutas a serem seguidas. Ou seja, o indivíduo pode se posicionar, por meio de práticas discursivas, nesse lugar hegemônico do masculino e das masculinidades. (CONNELL, R. W; MESSERSCHMID, 2013, p. 257)

O *sujeito homem* se materializa em momentos, lugares e situações; ele não se traduz como um indivíduo palpável, muito embora possa ser representado por um deles. O *sujeito homem* é como um estado, uma posição a ser ocupada, mesmo que transitoriamente. Assim, *sujeito homem* é também um vocativo que, ao ser acionado, mobiliza repertórios de gênero para instituir um lugar de poder hierárquico para o sujeito masculino que o ocupa. Cumpre destacar, conforme descreve Kimmel, que a masculinidade é sempre variável – entre as culturas, dentro de uma mesma cultura e até mesmo no curso de vida de um sujeito (KIMMEL, 1998, p. 105).

Essa nomeação cria uma categoria, por meio da qual uma série de hierarquias são estabelecidas e atualizadas; é uma forma de compreender a economia das relações de poder entre esses adolescentes desde uma perspectiva de gênero.

Por fim, o *sujeito homem* é parte de uma trama sociológica, antropológica e localizada historicamente, que envolve gênero, raça, geração e sexualidade, tornando-se uma importante categoria analítica para cartografarmos a produção de subjetividades no mundo contemporâneo

CONCLUSÃO

Longe de pretender uma conclusão definitiva ou fechada sobre as relações e interações estabelecidas entre o estado e as facções criminosas no Degase de Campos dos Goytacazes, porque não é possível tal empreendimento. Tentei, com este trabalho, sistematizar e registrar os pontos que mais me chamaram a atenção nesses anos de atuação na instituição como professora de Sociologia e, nos últimos cinco anos, como doutoranda. Visando, inicialmente, contribuir com o debate entre os objetivos da internação propalados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema Nacional de Ações Socioeducativas (SINASE) e o que de fato é realizado dentro dos muros institucionais.

A ideia inicial era realizar um raio X do funcionamento da instituição através das minhas impressões e das impressões dos que dela fazem parte, para então mapear as relações e interação estabelecidas entre os agentes e os adolescentes. Mas me darei por satisfeita, caso tenha conseguido, ao menos, fazer uma fotografia 3x4 da realidade complexa, dinâmica e acelerada que é o dia a dia no Degase. Haja vista que ações e práticas que deram certo em um dia, no dia seguinte, já estão obsoletas e exigem dos que nela atuam, principalmente dos agentes de segurança socioeducativo, novas formas de lidar com as intercorrências que surgem a cada dia. Tornando a atuação nesta instituição demasiadamente complexa, conforme nos mostrou Vinuto (2019) ao ouvir/pesquisar o “outro lado da moeda”.

Além disso, ao iniciar a atividade de pesquisadora me vi à deriva no tsunami de acontecimentos que um único dia dentro desta instituição pode ser. Soma-se a isso, uma pandemia que impactou o mundo, logo a mim e a minha pesquisa.

Pesquisar uma instituição de socioeducação, por si só, já guarda uma série de complexidades quanto ao que se vê, ouve e escreve a respeito. Quando a unidade pesquisada é também a instituição na qual, de alguma forma, se faz parte e continuará a fazer parte depois da finalização do trabalho, as angústias, dúvidas e inseguranças, sobre o que se vê, ouve e escreve a respeito, não são menores ou infundadas.

Dito isso, advirto que muitas foram as perguntas não realizadas, mesmo que numa primeira versão deste trabalho, quando ainda naufraga no tsunami dos acontecimentos do trabalho de campo, que nesta pesquisa se funde com meus dias de trabalho como professora, tive a “ingenuidade” de propor 16 perguntas para a realidade. Advertida na última qualificação, pela

banca, da impossibilidade de levar a cabo tal empreendimento, pois cada uma das 16 perguntas propostas na qualificação demandaria uma pesquisa específica sobre os temas levantados, optei por tentar responder apenas uma. Mesmo assim, chego a parte final do texto consciente das minhas limitações e incompletudes quanto aos objetivos propostos na pesquisa.

Dito isso, a partir da revisão da literatura, do trabalho de campo, das entrevistas formais e informais realizadas e, também, da minha vivência de longa data nesta instituição, como alguém de “dentro”, mas não tão de “dentro” assim, já que não sou funcionária do Degase. Mas sim de uma instituição educacional estatal que está localizada dentro do Degase, para atender exclusivamente os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de privação de liberdade. Situação que me coloca em um lugar ambíguo, isto é, de proximidade, mesmo sendo distante. Essa posição exigiu de mim um esforço constante para empreender um processo de objetivação (BOURDIEU, 1992) e de questionamento crítico da realidade pesquisada.

Desta forma, foi necessário um esforço para “abandonar” a professora de Sociologia, de adolescentes que são sistematicamente violentados, tanto simbolicamente, quanto fisicamente dentro de uma instituição que segue operando sob a égide de parâmetros punitivistas, uma instituição, cujos agentes -não todos obviamente- censuram os professores por tratar os adolescentes com educação e cordialidade. Uma instituição que não contribui, em quase nada, para que os adolescentes que passam por ela possam ressignificar e superar sua trajetória infracional. Em outras palavras, foi necessário que a “professora desse lugar” à pesquisadora, isto é, distanciar-me da maneira mais objetiva possível de meu objeto de pesquisa e conseqüentemente passar do senso comum ao senso sociológico (Paugam, 2015), tarefa nem sempre exitosa. Cabe registrar que neste trabalho não se defende, em hipótese alguma, a não responsabilização de adolescentes que cometem atos infracionais.

Mas advoga, a partir de estudos científicos, que apontam que o encarceramento em massa não tem relação com a redução da violência (Feffermann, 2006. Borges, 2019. Wacquant, 2001. Davis, 2018), logo, encarcerar não contribui para a redução das violências, pelo contrário, reforça e contribui para a construção de trajetórias infracionais. Prezando, desta forma, pela ruptura formal com as velhas práticas inauguradas pelo código de menores, com a punição seletiva de adolescentes negros, pobres e moradores de comunidades, bem como, com as práticas cruéis e violentas presentes nas instituições de socioeducação do Estado do Rio de Janeiro.

A partir da pesquisa buscamos compreender quais as implicações do Degase, enquanto uma unidade de socioeducação ser organizada seguindo a mesma lógica estabelecida pelas facções criminosas no Estado do Rio de Janeiro – Comando Vermelho (CV), Amigo dos Amigos

(ADA) ou Terceiro Comando Puro (TCP). Em outras palavras, quais são os efeitos inesperados resultantes da organização interna da instituição de acordo com a lógica externa, isto é, a separação e classificação dos adolescentes em alojamentos específicos de acordo com o pertencimento faccional. Esse questionamento é importante porque o Degase tem como objetivo, favorecer a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais competentes, bem como possibilitar a construção de projetos de vida, convivência familiar e comunitária de adolescentes em conflito com a lei. E, principalmente, proporcionar a ruptura dos adolescentes com trajetórias infracionais, logo, a organização interna a partir da lógica dos grupos criminais é contrária aos princípios propalados pelas leis e doutrinas que fundamentam a existência e funcionamento da instituição.

A hipótese de pesquisa, era de que o Estado, na figura dos agentes de segurança socioeducativo, legitimava a existência das facções criminosas, cooperando com o aumento do número de integrantes e contribuindo para a conformação de redes criminais, mediante a obrigação de os adolescentes, que cumprem medida socioeducativa, terem de escolher um espaço pertencente a uma das facções presentes no interior da unidade socioeducativa, durante a sua permanência na instituição.

A pesquisa também visava compreender como funcionava o processo de triagem institucional, que na presente investigação é entendido como processo de “faccionalização”, discutido no capítulo três. Isso porque é nessa triagem que os adolescentes são separados e classificados a partir de seu pertencimento progressivo a uma facção ou da indicação de um agente estatal que - faz uso da discricionariedade e de seu conhecimento empírico sobre o domínio das facções nos bairros e municípios atendidos pelo Degase- vai indicar o adolescente para o alojamento de uma facção. Isto é, investigou-se como os adolescentes são alocados nos respectivos alojamentos e também como eles constroem o discurso de pertencimento a determinados grupos desviantes, a fim de verificar os efeitos e consequências dessa adesão e da indicação, ou seja, compreender como se dá o processo de “faccionalização” dentro da instituição.

A partir do exposto, a seguinte questão orientou a investigação: como e por que se dá o processo de “faccionalização”, ingresso e pertencimento dos adolescentes a uma facção criminosa dentro do Degase de Campos dos Goytacazes?

Para responder a questão proposta neste estudo, bem como verificar se a hipótese levantada contava com evidências científicas suficientes para sua confirmação, foi empreendida uma pesquisa qualitativa. Nesta investigação o Degase de Campos foi o nosso campo de observação, os agentes e adolescentes foram os sujeitos observados. Isso porque, entendemos os

agentes de segurança socioeducativo como representantes máximos do Estado na aplicação de uma política pública, ou seja, como burocratas de nível de rua conforme termo cunhado por Michael Lipsky (2018). E, os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, como filiados das facções criminosas, uma vez que se autodeclaram ou são declarados integrantes de suas respectivas fileiras. Dessa forma, sobrando pouco espaço para as exceções, passando, os adolescentes, a defender suas bandeiras e seguindo suas cartilhas dentro da instituição conforme a pesquisa nos mostrou.

Dito isso, podemos passar a alguns achados de pesquisa. Não é outra a conclusão em torno do impacto das facções no funcionamento do Degase de Campos dos Goytacazes. A instituição é diretamente afetada pelas dinâmicas das facções na *pista*, ou seja, as tensões das ruas inundam o interior da unidade e impactam o funcionamento dela, condicionando a sua lógica de funcionamento. Fazendo com que as atividades cotidianas sejam planejadas e executadas de acordo com o pertencimento dos adolescentes a uma facção.

A triagem institucional é uma das peças que contribuem para o que estamos chamando de processo de *faccionalização*. Que também pode ser classificado como um efeito inesperado, logo, não intencional. Isto é, acredita-se que a partir do momento que os agentes estatais separam os adolescentes por grupos específicos, estão, além de concedendo legitimidade a existência das facções, também estão contribuindo para adensar o número de integrantes delas. Isso porque uma vez separados e alocados em alojamentos específicos os adolescentes são compelidos a agir de acordo com as regras já estabelecidas por esses grupos dentro do Degase. Dessa forma, acreditamos estar diante de um processo de *faccionalização*. Em outras palavras, o estado, via seus agentes, está arregimentando novos integrantes para as facções de forma institucionalizada, organizada e com regularidade, quando separam os adolescentes. Mesmo sem ter essa intenção.

Como foi mostrado ao longo do trabalho, o funcionamento do Degase, tal como a visita familiar, o atendimento escolar, o atendimento técnico e os projetos da unidade, levam em consideração a existência real e formal das facções. Real e formal, porque a separação dos adolescentes a partir da triagem institucional e a existência de alojamentos e internações específicas de acordo com a facção, materializa e formaliza a sua existência, não há como negar essa realidade.

Ao longo da pesquisa não encontramos elementos que deem indícios, ou denota que haja uma colaboração no sentido de uma participação desejável e simbiótica dos agentes do estado para com os membros das facções dentro da instituição, isto é, de alinhamento dos agentes estatais com as facções.

Nesse sentido, os burocratas de rua, na tentativa de viabilizar melhores condições de trabalho, isto é, fazer a instituição funcionar, eles a organizam com a mesma lógica de separação territorial existente nas ruas. Visando resguardar, conforme relatado pelos gestores na entrevista (capítulo três), a integridade física dos adolescentes, indiretamente ratificam a existência das facções, aqui chamados de efeitos inesperados. Essa existência vai impactar estruturalmente o funcionamento de toda a unidade

Além disso, muitas vezes esse funcionamento não é só impactado, mas é, em alguns casos, invisibilizado pela existência das facções dentro da unidade, por exemplo o caso da monitoria que, quando da existência do projeto, era proibida a participação de adolescentes filiados ao CV. Essa proibição tem como base os mandamentos da facção que são rigorosamente seguidos dentro do Degase, como todos os seus rituais que contribuem para reforçar os laços de pertencimento dos membros. Mandamentos que vão proibir até mesmo os adolescentes de falar de forma cordial e educada com um agente estatal, conforme mostrado no capítulo três, a partir da entrevista com a equipe diretiva.

Ficou evidente que a existência desses grupos faz com que haja uma preocupação da equipe diretiva não só com o que acontece dentro da unidade, mas também com as ocorrências fora da unidade. Os conflitos resultantes da rivalidade entre as facções no Estado, Município e nas Cidades que o Degase atende, inundam a instituição. O que torna o trabalho dos agentes mais complexo.

A atuação das facções na rua são uma espécie de força motriz que vai movimentar a instituição. Conforme foi relatado na entrevista com os gestores da unidade (capítulo três) os acontecimentos extra muros inundam o Degase compelindo e reconfigurando o funcionamento da instituição. Deste modo, mesmo os agentes de segurança socioeducativos negando discursivamente a existência das facções, isto é, dizendo que os Estado não reconhece poder paralelo ou de facção criminosa, na prática as ações e a execução do trabalho na unidade apontam para outro norte, uma vez que eles operam na realidade com a variável facção como ponto de partida para a organização institucional e de toda a sua prática laboral. Isto é, a existência e atuação das facções pululam por toda parte no cotidiano do Degase de Campos dos Goytacazes, mesmo que sua presença seja conscientemente e discursivamente negada ou não percebida.

A separação de adolescentes por vínculos faccionais em unidades de socioeducação não é uma exclusividade do estado do Rio de Janeiro e, sim, uma realidade presente em várias unidades de socioeducação Brasil afora, como mostrado nos trabalhos de Rodrigues (2020),

Carvalho (2021), fruto de pesquisas com adolescentes em unidades de socioeducação de Alagoas, e, também, por Miranda e Paiva (2023), no Rio Grande do Norte. Nesses trabalhos é possível observar que a lógica faccional das ruas transborda para dentro dos muros das instituições destinadas à socioeducação e esse movimento vai condicionar o funcionamento institucional e colocar em xeque a ideia de instituição socioeducação, isto é, de ruptura dos adolescentes com trajetórias criminais.

Deste modo, os achados de pesquisa nos permitem, olhar para as unidades de socioeducação e vê-las reproduzindo uma lógica existente nas instituições carcerárias, que é a de favorecer o recrutamento de novos membros para as facções. Por mais que se tenha tecido críticas aos agentes ao invocar o sistema penitenciário para explicar a socioeducação. Observa-se que as lógicas das facções existentes no sistema penitenciário invadem a Degase Campos e, patrocinam, novas formas de atuação e recrutamento das facções criminosas, dentro da instituição de socioeducação, nos permitindo verificar que essas unidades estão, assim como os presídios federais, servindo como “uma espécie hub da criminalidade brasileira” (DIAS; MANSO, 2019, p. 228). Contribuindo na conformação de redes.

Esta tese demonstrou, que as ações estatais contribuem para manutenção e fortalecimento das facções, assim conforme mostrado por Miranda e Paiva (2023, p. 196), no excerto que nos diz que “ao traçarmos uma genealogia das facções criminosas em diferentes países, encontramos sua origem precisamente naquilo que é utilizado para combatê-las: as prisões”. Fenômeno, na atualidade, também observado nas unidades de socioeducação.

Observou-se, durante a pesquisa de campo, que os agentes não só reconhecem, como também interagem, respeitam e quando convém, mobilizam a figura do *mais velho*, isto é, dos líderes das facções dentro da unidade. Muitas vezes para ser porta-voz de uma mensagem da unidade para os demais adolescentes. A partir dessa interação, esse adolescente vai atuar também como um agente da ordem, ou seja, alguém a quem os agentes atribuem poderes. Espera-se que o *mais velho* organize o ambiente e faça com que seus subordinados obedeçam a sua ordem, que neste caso, veio da unidade, apontando como mais uma forma de reconhecimento e ratificação da existência das facção dentro da unidade. Além disso, ao *mais velho* cabe o poder de *cobrar* (punir) o adolescente que está dando *alteração*, isto é, causando algum problema. Muitas vezes o *mais velho* vai *cobrar* dos seus subordinados o cumprimento das regras para que os agentes não acionem seus meios de punição e sanções legais ou informais, que na maioria das vezes, atingirá a todos do alojamento ou da galeria.

Observou-se que a unidade também vai patrocinar redes e relações que são estabelecidas dentro da instituição e, muitas vezes, serão continuadas e aperfeiçoadas fora da instituição. Isto é, as relações estabelecidas no Degase transbordam os muros institucionais e criam vínculos que proporcionam um intercâmbio entre bairros distintos de uma mesma facção ou até mesmo o ingresso de um adolescente em uma nova facção e, conseqüentemente, em um bairro distinto de seu logradouro de origem.

Finalizo este trabalho, na certeza de não ter alcançado todos objetivos iniciais e me responsabilizo por todas as faltas. Mas na expectativa de tudo que foi narrado ao longo dessas linhas, por mais embrionário e incompleto que seja, possam servir de ponto de partida para pensarmos o modelo de socioeducação vigente, isto é, as permanências. Pensar nas políticas de segurança pública que tem como foco principal a apreensão seletiva de adolescentes pretos e pobres e moradores de comunidade. Jogando-os em instituições, que como pode ser observada, impelem os adolescentes a (re)criar e fortalecer uma trajetória infracional.

Segundo Marisa Feffermam (2006, p. 44) “[...] mesmo indiretamente, o Estado é um grande fomentador do desenvolvimento do crime organizado.” Deste modo, esta investigação não pretendeu em momento algum culpabilizar os agentes de segurança socioeducativo pelos efeitos inesperados que as condições de trabalho a que eles estão submetidos geram. Mas jogar luz e evidenciar o resultado das relações e interações resultantes deste trabalho na prática.

REFERÊNCIAS

ADEMI, Andreza; BAUER, Marcela. **Perfil e prática do agente de segurança socioeducativa: Recomendações para a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas de Minas Gerais**. Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

ADORNO, Sergio, DIAS, Camila Nunes. **Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões**. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS Águas de Lindóia – SP 23 a 27 de setembro de 2013 / ST 28 – Violência, criminalidade e punição no Brasil

ALTOÉ, André Pizetta. **Tradição, Família e Propriedade (TFP): uma instituição em movimento**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, 2006.

ANDRADE, Wemerson Pedro de. **Organizações criminosas: Por uma melhor compreensão**.

Ano 2010. Disponível em:

http://www.ambitojurídico.com.br/site/index.php?n_linkrevista_artigo_leitura&artigo_id-8714.

Acesso em 31 mar. 2023.

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes - RJ**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2014.

ASSIS, Renan Lubanco. **Morador de Custodópolis e morador de Guarus: a moradia como um símbolo de estigma na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ**. Tese (doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2016.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

BADINTER, Elizabeth. **XY: sobre a identidade masculina.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BECKER, Howard Saul. **De que lado estamos?** In: Uma Teoria da Ação Coletiva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

_____. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

_____. **Segredos e Truques da Pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar 2007

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A demissão do Estado.** In: A Miséria do mundo I sob direção de I Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo ... I et. ai. 17. ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

BAKHTIN, M (2006). **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** 12ª Edição, HUCITEC

BRACHER, Vantoir Roberto. NASCIMENTO, Claudia Terra do. OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **A construção social do conceito de infância: uma tentativa de construção Historiográfica.** Revista LINHAS, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04 ã 18, jan. / jun. 2008

BRASIL, Maira Americano do. **Socioeducação no Estado de Exceção: A restrição de liberdade e as concepções dos Agentes Socioeducativos na Unidade de Atendimento em Semiliberdade de Taguatinga UAST- DF,** Monografia – Pedagogia Brasília: UnB, 2017.

BRASIL (1991). **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Reentradas e reinterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros/ Conselho Nacional de Justiça** – Brasília: CNJ, 2019

BRASIL. Lei n. 12594 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de janeiro de 2012.

BOTTON, Fernando Bagiotto. **As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica.** *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, 2007

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Ailton Mota de, e TOTTI, Maria Eugênia Ferreira, (orgs.). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CASTRO, Paulo Roberto de Andrade. **A construção social do delinquente menor de idade na esfera jurídica.** UFF/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Niterói, 2006.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. **O Novo Nem Sempre Vem: Lei de Drogas e encarceramento no Brasil.** Boletim de Análise Político-Institucional | n. 18 | Dezembro 2018

CECCHETTO, Fátima Regina; MONTEIRO, Rodrigo de Araujo; MUNIZ, Jaqueline. **“BASTA TÁ DO LADO” – a construção social do envolvido com o crime.** In: Caderno C R H, Salvador, v. 31, n. 82, p. 99-116, Jan./Abr. 2018

CONNELL, R. W. **Políticas da masculinidade.** *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

CONNELL, R. W; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito.** *Estudos Feministas*, Florianópolis, v., n. 21, p. 241-282, jan./abr. 2013.

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. **Criminalidade Organizada: antigos padrões, novos agentes e tecnologias.** Ponto Urbe [Online], 8 | 2011, posto online no dia 30 julho 2014.

D’AVILA, Cristine Gomes. **Da situação irregular à proteção integral: a juventude em conflito com a lei em Campos dos Goytacazes.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para obtenção do título de Mestre. Dissertação, 2011.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** 3º ed. Rio de Janeiro: Dief, 2019.

DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever.** 1998, p. 17-35

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Disciplina, controle social e punição: o entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, 2014.

DIAS, Camila Caldeira Nunes; RIBEIRO, Natália Caruso Theodoro. **O deslocamento da prisão em três Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e sua centralidade na conformação de redes criminais transnacionais.** In: revista brasileira de sociologia | Vol. 07, No. 17 | Set-Dez/2019

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 (1965).

FIGUEIRÓ, Martha Emanuela Soares da Silva, MINCHONI, Tatiana Minchoni, MELLO, Leonardo Cavalcanti de Araújo. **Políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil: um resgate histórico.** In: Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo / Organizadoras: Ilana Lemos de Paiva, Candida Souza, Daniela Bezerra Rodrigues. – Natal, RN: EDUFRRN, 2014.

FOOTE- WHYTE, William. **Sociedade de esquina. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005. [Anexo A, B e C]. .

FOUCAULT, Michel. 1926-1984, **Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975- 1976).** São Paulo: Martins Fontes. 1999.

_____. **A Ordem do Discurso** . 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014

FRASSETO, F. A. **Execução de medida socioeducativa de internação: primeiras linhas de uma crítica garantista.** In: ILANUD; ABMP; SEDH. UNFPA (org.). Justiça adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 303-342.

GODOI, R (2016). **Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo** / Communicating vessels, penitentiary flows: between inside and outside of the prisons in São Paulo. Vivência: Revista de Antropologia, [S. l.], v. 1, n. 46

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana,** Petrópolis, Vozes, 1985

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Brasília: Enap, 2019.

LOTTA, Gabriela. **O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade**. In: FARIA, C. A (org.). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

MAGALHAES, M. I. S (2005). **Introdução: A análise de Discurso Crítica**. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, Volume: 21, Número: spe, Publicado: 2005

_____. (1986). **Por uma Abordagem Crítica e Exploratória do Discurso**. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, Vol. 2, nº2 (1981-2005

MARINHO, Gláucia. **Democracia e crime organizado: os poderes fáticos das organizações criminosas e sua relação com o Estado**. Gláucia Marinho, Lena Azevedo, Sandra Carvalho, Josmar Jozino, Fausto Salvadori. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich. Böll, 2019. 82 p.

MELLIM FILHO, Oscar. **Criminalização e seleção no sistema judiciário penal**. 2009. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MESQUITA, Wania Amélia Belchior, PEREIRA, Reia Silvia Gonçalves. **Tomar a favela para Jesus: ethos heróico, juventudes e pentecostalismos em territórios de exceção ordinária**. In: Revista Plural - v.30 n.02 (2023). Afetividades Marginais, Grupos Armados e Mercados Ilegais

MIGOWSKI, Eduardo. **As origens do Comando Vermelho explicam por que o Brasil é tão violento**. Voyager, 15/1/2018. Disponível em: <https://voyager1.net/sociedade/origens-do-comando-vermelho>. Acesso em 12 jan. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

- MIRANDA, G. PAIVA, I. L. (2023). **Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e facções criminosas**. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 16, n 1, 193-218
- MOUR A, S. A. PINHO, A. G. N. **Discurso e Poder: a autoexpressão como prática Social**
- OLIVEIRA, Daiane. **Coronavírus e Sistema Socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro: Como fica a saúde dos adolescentes privados de liberdade?**. Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. 2020, v. 30, n. 03 [Acessado 16 Janeiro 2023]
- OLIVEIRA, Elena Maria Duarte de. **Por uma arquitetura socioeducativa para adolescentes em conflito com a lei: uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008, p.24
- ORLANDI, E. P (2020). **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13ª ed. Campinas, SP: Pontes.
- PAUGAM, Serge. **A Pesquisa Sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- PINHEIRO, Ana Carla de Oliveira. **“Ver e não enxergar, escutar e não ouvir, ver e não falar”**: um estudo sobre a sociabilidade e as formas de conviver com o medo e o sentimento de (in) segurança em uma comunidade de periferia em Campos dos Goytacazes (RJ). UENF/ PPGSP. 2018. Tese de Doutorado apresentada ao Programa Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.
- PINTO, Tatiana de Albuquerque. **É possível educar para o social? Uma análise da construção do discurso da “socioeducação”**. São Paulo, 2012. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei da Universidade Bandeirante de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Políticas e Práticas com Adolescentes em Conflito com a Lei.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **Histórias de vida e depoimentos pessoais**. Sociologia. 1952. n. 1. vol. XIV. p. 8-24.
- RODRIGUES, Flávia Silva, LIMA, Ana Laura Godinho. **Instituições de assistência à infância no Brasil nas décadas de 1880 a 1960: um estudo da legislação federal**. S/d.

RODRIGUES, F. J. (2020). **“Corro com o PCC, “corro com o CV”, “sou do crime”: facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 102, p. 1-21

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. SINASE - Documento referencial para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília: SEDH, 2005.

SIERRA, Vânia Morales. **Vigilância em Michel Foucault e Anthony Giddens.** In: Palestra da Disciplina Seminários no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF. 2019.

SILVA, Nelson Pedro; GRANER-ARAUJO, Renata Cristina. **O adolescente, tráfico de drogas e função paterna.** Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 11, n. 21, p. 141-158, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 01 maio 2020.

SIQUEIRA, Carolina de Oliveira. **Territórios proibidos? Uma análise das circulações e práticas sociais de jovens das periferias de Campos dos Goytacazes/RJ.** Dissertação de Mestrado do Programa de Políticas Sociais da UENF. 2016

Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. **Prefácio a Gender and politics of history.** In: *Cadernos Pagu*, n. 3. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1994.

SOUZA, André Torres de. **Facções Criminosas nos presídios brasileiros: Dificuldades de Enfrentamento ao Crime Organizado pelo Estado Brasileiro.** Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Direito, do Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita). Caruaru, 2019.

SOUZA, Cássia Regina Mello de. **Políticas públicas e o adolescente infrator - os desafios da liberdade assistida: educação, profissionalização e mercado de trabalho**. Dissertação de mestrado do programa de políticas sociais da UENF, 2006

SOUZA, Sandra Rangel de. **Fala juventude! Um estudo sobre as relações entre juventude, cultura e lazer no município de campos dos Goytacazes**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

SOUZA, Suellen André de. **Existir no Tráfico: percepções e vivências dos jovens traficantes de drogas da favela Baleeira**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, UENF. Campos dos Goytacazes, 2010.

VINUTO, Juliana. **Ecos da pandemia nos sistemas socioeducativos: Masculinidades caricatas e suas propagações securitárias**. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Reflexões na Pandemia. pp. 1-13, 2020.

VINUTO, Juliana. **“O outro lado da moeda”: O trabalho de agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2019.

VINUTO, Juliana; FRANCO, Túlio Maia. **“Porque isso aqui, queira ou não, é uma cadeia”: as instituições híbridas de interface com a prisão**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 24, n. 2, 2019, pp. 250-277.

VOLPI, Mário. **Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente**. São Paulo: Cortez, 2001

WACQUANT, Loic. **As prisões de miséria**. Rio de Janeiro: Zahar. Tradução André Telles

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, Vol. 09, nº 2, 2001.

WIRTH, Louis. **“O urbanismo como modo de vida”**. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. VELHO. Rio de Janeiro: Zahar Editores: 1973

ZALUAR. Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

ZALUAR, Alba. **Democratização inacabada: fracasso da segurança pública** In: Estud. av. vol.21 no.61 São Paulo Sept./Dec. 2007. Dossiê crime organizado.